

# O SENADO EM CRISE E O DESPRESTÍGIO DAS INSTITUIÇÕES

(Atuação Parlamentar 2007)



*Daumier*

Senador Pedro Simon



SENADO FEDERAL

Senador PEDRO SIMON

# **O SENADO EM CRISE E O DESPRESTÍGIO DAS INSTITUIÇÕES**

(Atuação Parlamentar – 2007)

BRASÍLIA – 2008

Ilustração da Capa: "O Vagão de Terceira Classe", de Daumier,  
National Gallery Ottawa

Simon, Pedro.

O Senado em crise e o desprestígio das Instituições :  
atuação parlamentar, 2007 / Pedro Simon. – Brasília :  
Senado Federal, 2008.

892 P.

1. Simon, Pedro, atuação parlamentar. 2. Política e  
governo, Brasil. 3. Discurso parlamentar. I. Título.

CDD 320.08

# Sumário

	<b>Pág.</b>
<b>Apresentação</b> .....	7
<b>Pronunciamentos</b> .....	19
Nelson Jobim na Presidência do PMDB .....	21
Carta aberta à mãe de João Hélio .....	26
Programas de cunho educativo na mídia.....	30
A catástrofe do aquecimento global.....	46
Concessão de foro privilegiado para autoridades.....	55
Preocupação com a violência no País.....	59
O papel da mulher no mundo atual .....	69
Falecimento de Dom Ivo Lorscheiter .....	72
Debate com o Senador Fernando Collor .....	80
O abismo entre ricos e pobres no Brasil.....	127
Nomeação de Dom Odilo Scherer .....	136
Fechamento da Varig e o Apagão Aéreo .....	142

	<b>Pág.</b>
Documento único de registro civil.....	152
O papel da mídia na vida dos cidadãos .....	159
Homenagem à ex-Senadora Heloísa Helena.....	170
Homenagem a Octavio Frias de Oliveira .....	185
Perda de confiança nas instituições brasileiras .....	190
Homenagem às mães .....	199
Recondução do Procurador-Geral da República.....	203
Bento XVI na Fazenda da Esperança.....	216
Perda das referências políticas .....	228
Os 90 anos do nascimento de Teotônio Vilela .....	251
Debates no Conselho de Ética do Senado .....	257
Em defesa do Ministro Adylson Motta.....	259
Nota da CNBB sobre Democracia e Ética .....	262
União Nacional dos Estudantes .....	265
O legado de Franco Montoro.....	269
Homenagem à memória de ACM.....	275
Criação dos cursos jurídicos no Brasil .....	280
Crise interna do Senado.....	284
Supremo aceita processo contra mensaleiros.....	299

	<b>Pág.</b>
Homenagem a Getúlio Vargas.....	311
Absolvição do Senador Renan Calheiros .....	323
Discussão pública sobre a TV Brasil .....	338
15 anos da morte de Ulysses Guimarães .....	345
Espionagem contra senadores.....	368
“Como endireitar um esquerdista” .....	396
Homenagem a Che Guevara .....	414
Usinas Hidrelétricas do Madeira .....	421
Primeiro Fórum da Igreja Católica.....	427
Homenagem ao Senador Ramez Tebet.....	436
Situação Financeira do Rio Grande do Sul .....	445
Eleição do Presidente Garibaldi Alves Filho.....	460
Maior prazo para debater CPMF .....	466
Influência de FHC na derrubada da CPMF .....	475
Reforma tributária nas férias de verão.....	498
Contra a construção de anexo para o Senado .....	512
Centenário de Oscar Niemeyer .....	514
<b>Proposições Legislativas</b> .....	<b>519</b>
<b>Pareceres</b> .....	<b>675</b>
<b>Requerimentos</b> .....	<b>815</b>

## Apresentação

O ano político de 2007 foi marcado, no Senado Federal, pelo surgimento, a partir do final de maio, de sucessivas denúncias contra o então Presidente da Casa, Renan Calheiros. No total, foram feitas seis representações na Comissão de Ética contra o senador alagoano. O processo só foi concluído no início de dezembro, quando, após mais de seis meses de bombardeio jornalístico, Renan Calheiros pediu desligamento da Presidência do Senado.

A crise política começou quando a revista *Veja* publicou reportagem na qual denunciava que o senador alagoano teria pago pensão alimentícia a uma filha nascida fora do casamento com recursos de uma empreiteira de obras públicas.

Renan Calheiros apresentou, de imediato, documentos que comprovariam uma renda que lhe permitiria pagar a pensão sem recorrer à ajuda de terceiros. Esses documentos foram contestados por reportagens de jornais e emissoras de televisão. E geraram, por sua vez, novas controvérsias.

Vieram, a seguir, denúncias de que o senador teria adquirido secretamente o controle de uma emissora de rádio e que teria intermediado a venda de uma fábrica de refrigerantes a um poderoso grupo econômico.

Nos meses em que se estendeu o processo, o Senado Federal esteve diariamente nas manchetes dos jornais brasileiros e mesmo de outros países. Vários foram os senadores que da Tribuna pediram a Renan Calheiros que deixasse o cargo, a fim de que a Casa pudesse enfrentar a sua vasta pauta de trabalho, então travada. O Senador Pedro Simon foi dos primeiros, e dos mais enfáticos. Para

ele, Renan deveria deixar a Presidência da Casa para que pudesse, com maior isenção, assumir a própria defesa.

Em pronunciamento no dia 17 de agosto, referindo-se ao então presidente do Senado, Pedro Simon disse:

“Que ele se licencie da Presidência do Senado. Ele está em uma posição que é desgastante para ele porque eu sei que ele não está fazendo, na Presidência do Senado, nada em favor dele. Pelo contrário, ele está tendo atitude delicada porque é o Presidente do Senado.”

“Se ele se afastar, está aí o Vice-Presidente, que assume. Ele fará sua defesa, e nós teremos a tranqüilidade de levar essa questão adiante da maneira como deve ser. Vejo que a situação adquiriu contornos que foram ao exagero: era um processo, depois dois, agora são três. Isso vai levar um tempo indeterminado.”

“O Presidente Renan está vivendo momentos que eu não desejo para o meu maior inimigo – aliás, eu não tenho inimigos, mas não desejo isso para ninguém. É muito difícil a situação dele, mas eu lhe daria um conselho: que ao menos se licencie da Presidência, deixe o caso andar. Acho que ele precisa fazer isso...”

“O conselho que eu daria ao nobre Presidente: que ele se recolha da Presidência do Senado, se licencie...”

“Seria muito bom que o Senado estivesse fora dessas manchetes neste momento e, para o Renan, seria muito bom que ele estivesse fora desse tipo de discussão nessa hora”

## **Mensalão**

Entre os principais fatos políticos de 2007, destaca-se, sem dúvida, a apresentação, no Supremo Tribunal Federal, do voto do Ministro Joaquim Barbosa, que aceitou a denúncia do Ministério Público da União contra os 40 integrantes do Mensalão.

Em pronunciamento do dia 28 de agosto, o Senador Pedro Simon registrou suas impressões sobre o fato:

“Vamos dizer, com toda a franqueza, sabemos que a estrutura do Supremo Tribunal Federal é difícil para uma responsabilidade dessa intensidade, tais como decidir questões criminais. É complexo... E, olha, decidiram com muita competência! Decidiram com seriedade, com responsabilidade!

O Relator foi muito competente na hora de dividir o nome das pessoas, a espécie de crime, para depois fazer o debate. Deixaram muito claro que uma coisa era aceitar a denúncia para abrir o processo, outra coisa era decidir, em caráter de culpar ou não culpar, e nesse contexto é que o processo foi!”

“A decisão, por unanimidade, com relação ao Deputado José Dirceu também foi importante. Volto a repetir: não foi uma decisão de condenação; foi uma decisão – e eu votaria tranqüilamente com o Ministro do Supremo – de aceitar a denúncia, para agora se fazer a apuração e depois ter a decisão final!”

“Vamos analisar o seguinte: dos que votaram, seis foram indicados pelo Presidente Lula e os seis votaram a favor de aceitar a denúncia. Isto tem mérito, na minha opinião, com todo o respeito, para o Congresso, para os seis e para o Presidente Lula...”

“Acho que, de certa forma, os seis devem ser simpáticos ao Presidente Lula. Mas, na hora de votar, votaram com a consciência de ministros do Supremo e votaram como achavam que deveriam votar.”

“Ontem foi o dia de o Supremo Tribunal Federal viver um grande momento e o Brasil inteiro reconhece isso, o Brasil que defende a luta para se acabar com a impunidade, os que defendem a luta para ter uma Justiça mais justa, mais feliz na história deste País, ontem foi um grande dia.”

## **CPMF**

Um outro fato político de grande repercussão foi, sem dúvida, a votação, já no encerramento dos trabalhos do ano, que culminou com a derrubada do projeto que previa a prorrogação da CPMF. Num importante pronunciamento, feito na sessão em que o assunto foi votado, o Senador Pedro Simon pediu que governo e oposição suspendessem o debate por umas poucas horas a fim de que os senadores pudessem analisar com calma a derradeira proposta feita pelo Governo.

O Senador Pedro Simon pediu a suspensão dos trabalhos por julgar que a proposta finalmente feita pelo Executivo contemplava as exigências da Oposição, que eram a transferência de todos os recursos do tributo apenas para a Saúde, a extensão de sua vigência por apenas mais um ano e a realização imediata de uma reforma tributária.

Como o clima dos debates estava muito aceso, argumentou Pedro Simon, umas poucas horas de reflexão poderiam levar a uma conclusão positiva, que beneficiaria o sensível setor da Saúde. Mas seu convite à racionalidade não foi aceito, devido à posição intransigente dos líderes dos dois maiores partidos da oposição, DEM e PSDB, e mesmo do líder do Governo, que queria pôr o assunto logo em votação. Resultado: a prorrogação foi derrubada.

Analisando a sessão histórica, disse o senador gaúcho em pronunciamento que fez no dia 13 de dezembro:

“Ontem, íamos votar. Íamos rejeitar, eu ia rejeitar, quando me disseram: “Olha, o Governo, agora, está fazendo uma proposta”. Qual era a proposta? O primeiro ponto era que todo o tributo iria para a saúde... O Governo dizia: “Vamos prorrogá-lo só por um ano e, no ano que vem, vamos fazer a reforma tributária”

“...se tivesse vindo essa emenda aqui quinze dias atrás, daria para conversar. Seria diferente, seria diferente! Mas deixaram para as dez horas da noite do último dia...”

“Primeiro, foi dito que o Senador Romero Jucá, Líder do Governo, iria à Tribuna para dizer que falava em nome do

Governo e que, em nome do Governo, garantiria que o Governo faria isto: tudo para a saúde e reforma tributária dentro de um ano. Aí, eu disse: "Espera um pouquinho! O Governo não confia em mim. Então, por que vou confiar no Jucá? Não tenho por que confiar no Jucá." Aí vieram com as assinaturas dos ministros da Fazenda e das Relações Políticas... Lá atrás, quando queriam mexer na Petrobras, terminar com o monopólio estatal, houve um rebuliço, a votação seria em plenário, íamos derrubar, e, aí, o Fernando Henrique mandou uma carta para cada Parlamentar assumindo o compromisso de honra de que ele não mexeria na Petrobras. Votamos. Acreditamos nele, ele não mexeu na Petrobras, nunca mais falou em privatizar a Petrobras. Aí o Lula mandou a carta, às dez horas da noite! Errado? Errado. Equivocado? Equivocado. O DEM e o PSDB têm razão em dizer: "ficamos aqui, por um mês, por dois meses, por três meses, a toda hora, falando, debatendo; fomos ao Ministro da Fazenda, conversamos com ele, eles vieram aqui, e nada houve." É verdade, é verdade."

"Às dez horas da noite, chegou a mensagem do Governo. Eram dez horas da noite. O que pedi? "Vamos deixar isso para amanhã, até às duas horas da tarde. Vamos discutir". Não falei que tinha de aprovar. Disse: "Vamos ler, vamos analisar, vamos interpretar e vamos ver se dá ou não para fazer".

"A Oposição tinha mil razões? Tinha. O Governo agiu de forma errada? Agiu de forma errada, mas apresentou a proposta. Tínhamos de chegar aqui e, das onze horas da noite de ontem até hoje, a noite inteira, tínhamos que ficar aqui sentados! Viria o Lula conversar conosco. E lhe diríamos: "Como é isso? É para valer ou não é para valer? Vamos fazer! A reforma tributária vai sair no ano que vem? Vamos assumir esse compromisso! Esse dinheiro vai todo para a saúde? Se vai, vamos assumir!". Esse era um fato da maior importância. Era um fato da maior importância. Foi isso que pensei."

"... esclareço que não falei em votar nem contra nem a favor, nem do lado do Governo, nem contra o Governo, mas, sim, em encontrar uma fórmula de entendimento."

## **Instituições Desprestigiadas**

Os pronunciamentos do Senador Pedro Simon, feitos ao longo do ano de 2007, podem ser divididos, arbitrariamente, em duas etapas. Nos primeiros meses do ano, antes da eclosão do caso Renan, o senador gaúcho fez um série de importantes pronunciamentos analisando a realidade brasileira no que ela tem de mais trágico: miséria, violência, exclusão, desprestígio das instituições e falta de referências éticas na vida pública.

No segundo semestre, vários dos seus discursos esmiúçam a crise de credibilidade que manietou o Senado ao longo das sucessivas representações, movidas na Comissão de Ética, contra o então Presidente do Senado.

Um dos pronunciamentos do primeiro semestre que mais ampla difusão teve foi uma carta aberta à mãe de um garoto barbaramente assassinato do Rio de Janeiro que o Senador leu da Tribuna. O episódio ficou conhecido como “Caso João Hélio”. Por ocasião do roubo de um automóvel, os ladrões levaram de arrasto o garoto que estava preso ao cinto de segurança. Disse Pedro Simon no dia 13 de fevereiro:

“Como bem dissestes, minha querida mãe, o teu filho não pode ser mais um número nas estatísticas da violência. Como em outros casos tão recentes, temo que a tua imolação seja esquecida quando a comoção dobrar a esquina, talvez a mesma esquina em que foste abordada tão covardemente. Mas a tua dor, não. A dor por um filho é eterna. Mas há, sempre, lá no mais fundo da nossa existência, uma imensa força, que nos faz, pelo menos, conviver com tamanho sofrimento. Essa energia, que é divina, nos ampara até o reencontro em outra dimensão. Por isso, as tuas lágrimas têm de irrigar a indignação, que hoje toma conta de estádios, de ruas e de lares; das famílias, das escolas e das igrejas. Quem sabe o sacrifício do teu filho signifique o renascimento do tripé que suporta outros valores, que não a barbárie.”

Um outro tema sempre presente nas preocupações do senador gaúcho é a questão da má divisão da renda, que faz com que no Brasil convivam duas nações díspares: uma que tem indicadores de padrão europeu, como os desfrutados na Bélgica; e uma outra que tem condições de indigência similares a das regiões mais pobres da Índia. Ao examinar o assunto, disse o senador gaúcho:

“A globalização deu origem a uma espécie de gladiador dos novos tempos. As arenas modernas são os vestibulares, o mercado de trabalho, o mundo digital, a concorrência comercial, os concursos com todos os tipos e características: pela vaga na escola, pelo emprego, pela beleza e tantos ouros. Pior: pela vaga no hospital, pelo remédio, pela vida enfim!”

“Esse mundo de competição gerou novos conhecimentos, tecnologias de ponta e, não há como negar, melhorou a qualidade de vida para a parte “incluída”: carros, redes de comunicação, computadores de última geração. Mas não se pode negar que, por outro lado, destruiu valores fundamentais do comportamento humano, gerou privilégios. E privilégio, segundo os melhores dicionários, é uma “vantagem que se concede a alguém com exclusão de outrem e contra o direito comum”. Incentiva o ter no lugar do ser. Exclui. Gera fome e miséria. Mata e fere.”

“Esse mesmo mundo de exclusão incentivou o individualismo, no lugar do coletivo; o consumismo, no lugar dos valores interiores; a esperteza, no lugar da ética. O “mundo dos espertos” tomou o lugar da seriedade, da honestidade, da ética e dos então chamados “bons costumes”. Há, sempre, que se “levar vantagem” em tudo, mesmo que em detrimento dos mais nobres sentimentos dos nossos semelhantes. A falta de pudor criou um vácuo, no qual se sepultou a solidariedade.”

“O homem passou a ser “um na multidão”. Muitas vezes, coberto por sentimentos paranóicos, de que há alguém a persegui-lo. Tudo isso porque as oportunidades de sobre-

vivência lhe são competitivas: é ele, no lugar de alguém, para não ser alguém no lugar dele. Repito: tudo isso porque as oportunidades de sobrevivência lhe são competitivas: é ele, no lugar de alguém, para não ser alguém no lugar dele. Sai de cena a figura do semelhante e dá lugar à imagem do concorrente. O resultado de tudo isso é o que já se chamou de esgarçamento do tecido social, cujas previsões sombrias dão conta de um verdadeiro caos social.”

### **Personalidades**

Em vários dos seus pronunciamentos de 2007 o senador homenageou importantes cidadãos brasileiros que faleceram ao longo do ano, como o Cardeal Dom Ivo Lorscheiter, o Jornalista Octávio Frias Filho e o Senador Antonio Carlos Magalhães. Sempre preocupado em destacar o papel de liderança cívica ou religiosa desempenhado por importantes cidadãos brasileiros, Pedro Simon fez pronunciamentos sobre Oscar Niemeyer, Dom Odilo Scherer (que assumiu a presidência da CNBB) e a ex-senadora Heloísa Helena. Dentre os líderes políticos do passado, Simon fez o elogio de Ulysses Guimarães, do Presidente Getúlio Vargas, do Líder Guerrilheiro Ernesto Che Guevara e do Senador Ramez Tebet.

Entre os temas abordados pelo senador gaúcho ao longo de 2007, podemos destacar ainda: a situação da mulher, aquecimento global, crimes de improbidade administrativa, necessidade de reforma política, o papel da mídia na vida dos cidadãos, registro único, apoio à recuperação da Varig, racismo na universidade de Brasília, Campanha da Fraternidade, processo de *impeachment* do Presidente Collor, visita do Papa Bento XVI ao Brasil, atuação do procurador-geral da República, criação da TV Brasil, instalação dos cursos jurídicos no Brasil, fundação da UNE, crime de lavagem de dinheiro e feriados forenses.

### **Medidas Provisórias**

No que se refere à atividade legislativa, o ano de 2007 foi marcado, mais uma vez, como nos anos anteriores, pela deturpação do princípio constitucional que determina que a iniciativa das leis cabe

aos parlamentares. A exceção, que seria a iniciativa legiferante do Poder Executivo, passou a ser a regra. Houve um extenuante e perene abuso na edição de medidas provisórias, e o seu decorrente bloqueio de pauta do Senado. Outro entrave foi, sem dúvida, o processo que culminou no desligamento do Senador Renan Calheiros da Presidência do Senado.

Em função dessas duas circunstâncias, o Senado trabalhou menos do que seria o ideal. Mesmo assim, o Senador Pedro Simon manteve o ritmo constante de sua larga produção legislativa, com vistas à melhoria dos aparatos institucionais que visam assegurar a cidadania aos brasileiros.

Embora o aspecto quantitativo não seja o mais relevante, é bom registrar que o senador gaúcho apresentou em 2007 mais de 80 proposições legislativas, assim distribuídas: 5 propostas de emenda à Constituição, 24 projetos de lei, 1 projeto de decreto legislativo, 2 projetos de resolução, 22 requerimentos, 25 pareceres/relatórios e uma lei federal sancionada.

Pode-se dizer que a produção legislativa de Pedro Simon, ao longo de mais de 50 anos de vida pública, como objetivo central o combate à corrupção e à impunidade. Suas ações visam assegurar o zelo e respeito à coisa pública, constringendo os agentes da corrupção.

Dentro da produção de 2007, pode-se destacar algumas proposições mais relevantes, ou mais abrangentes. Optamos pelo enquadramento em determinados eixos temáticos, mas é importante ressaltar que muitas destas iniciativas parlamentares compreendem um conjunto de idéias politêmáticas. Assim, cumpre considerar que as classificações são mais por critérios didáticos que essencialmente hermenêuticos.

### **Corrupção Pública e Privada**

Neste tema, dentro das Propostas de Emenda à Constituição, ressaltamos algumas propostas de emenda constitucional, como a que cria o Ministério Público próprio dentro do TCU; a que confere instrumentos de investigação mais eficientes às Comissões de Fiscalização e Controle; e a que submete ao Senado a competência de autorizar

não somente o endividamento público, mas também, os perdões e remissões e dívidas feitos pelo Governo Federal a vários países.

Podemos destacar, dentre projetos de lei e de resolução, a proposta de uma moderna e ágil Lei do inquérito Parlamentar. Igualmente importante é projeto que exige da plena identificação das despesas e pagamentos públicos feitos pelos administradores.

Destacam-se também iniciativas legislativas para a proibição de empresa de turismo de negociar moedas estrangeiras; aumento da pena de concussão; a contagem em dobro do prazo para a prescrição dos crimes de ordem econômica e financeira e a regulamentação da assistência judiciária internacional para fins de apuração, julgamento e repatriamento de culpados e recursos financeiros evadidos ilegalmente.

No mesmo sentido, o senador propõe que se exija registro e identificação completos das operações de recepção e remessa de registros; a criação do cargo de Vice-Presidente do Banco Central e o estabelecimento de “quarentena” mínima para que os que foram egressos das instituições financeiras públicas possam exercer atividades no sistema financeiro privado; estabelece que as empresas de “factoring” serão fiscalizadas pelo Banco Central e pelo Ministério Público; extingue a decadência de direito e haver tributário em questão judicial, enquanto corre o respectivo processo; aumento os prazos de prescrição para os crimes de improbidade administrativa; e muitos outros que compõem esta obra.

Além disso e sem sair desta temática, o Senador Pedro Simon estudou com profundidade diversas propostas para combate a diversos ilícitos, e sobre elas proferiu pareceres, que constituíram relatórios normativos que dotam os poderes públicos de notáveis instrumentos de defesa. Dentre esses é imprescindível citar seu trabalho sobre os cinco projetos de lei, mais contribuições do Ministério da Justiça e de diversas outras instituições com a OAB, AMB e universidades, sobre uma nova legislação para o combate ao crime de “lavagem de dinheiro” e evasão de divisas. Este extenso e intenso trabalho que transforma a Lei nº 9.613/98 – que já é uma lei bastante moderna – numa norma de pretendida larga eficácia e profunda abrangência, além de estar conforme com as mais variadas

instruções, orientações e acordos internacionais para o combate a esta verdadeira “praga” que advêm e, ao mesmo tempo sustenta, o narcotráfico, o terrorismo, o tráfico de bens, pessoas e órgãos, que justifica a criação dos paraísos fiscais.

### **Direitos de Cidadania**

Neste segmento que, de certa forma, tem estreita ligação com a classificação anterior, compõe-se de proposições, estudos e análise em que o primado é a substância em si dos direitos dos entes públicos e privados. Também ele é forma por uma longa lista de proposições, da qual podemos destacar, por exemplo, a que proíbe o estelionato eleitoral em que o político eleito assume cargo nos poderes executivos. Uma outra veda que o candidato a cargo pública seja dono de meios de comunicação (ainda que use familiares e “laranjas”) e que este faça contratos com a administração pública.

Uma outra proposta exige do candidato a condição de reputação ilibada e idoneidade moral para que possa concorrer às eleições; outra ainda aumenta os poderes e as exigências para o controle da ética e decore parlamentar; e uma terceira requer fiscalização das vultosas obras de usinas hidrelétricas no rio Madeira, no Amazonas.

Ainda dentro deste tema, cumpre lembrar a proposição que protege o tomador de empréstimo em consignação, geralmente o aposentado que assina contratos draconianos. Destacamos ainda a que aumenta a assistência ao portador de doenças e transtornos mentais; a que institui o auxílio financeiro pela União aos Institutos Históricos e Geográficos; a que trata do reconhecimento do comerciante como profissional; a que reformula no Estatuto da Criança e do Adolescente sobre os períodos e critérios para os casos de interdição e estabelece outros tipos de sanções ao menor infrator.

O Senador Simon relatou matérias correlatas ao tema e que também merecem ser lembradas. Lembramos inicialmente o Voto de Censura ao Magistrado mineiro que, em sentença, desrespeitou as mulheres e se eximiu de cumprir a Lei Maria da Penha. Importante também é o requerimento sobre as despesas do Banco Popular do Brasil.

## **Rio Grande**

É relevante destacar do mesmo as iniciativas de Pedro Simon que tinham como objetivo atender os mais altos interesses do Rio Grande do Sul, especialmente num momento em que o Estado passa por uma de suas mais graves crises econômicas de sua história. Neste aspecto, a atuação de Simon é de permanente articulação e de incessante busca de entendimentos entre as autoridades da União e do Estado. Destaca-se em 2007, sua pertinaz busca pelo aval do Governo Federal para que o Rio Grande possa contratar empréstimo junto ao Banco Mundial. Por sua intervenção – coordenada com a bancada gaúcha – esta operação está ultimando suas etapas, e será de grande valia para o reequilíbrio das contas do Rio Grande do Sul.

Seu forte vínculo com o sul e sua cultura motivou-o a agir incansavelmente em diversas áreas: comemorou a importância dos 50 anos do grupo RBS, solicitou homenagens póstumas aos gaúchos Amir Domingues, Assis Brasil, D. Ivo Lorscheiter; requisitou a presença do Ministro de Ciência e Tecnologia para debater sobre o Centro Regional Sul de Pesquisas Espaciais, em Santa Maria; Relatou as criações da Universidade Federal do Pampa, da transformação em Universidade da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, da Universidade Federal da Região das Missões e da criação da Escola Técnica Federal de Erechim; proferiu parecer favorável a recriação da Superintendência de desenvolvimento da região Sul.

## **Infância**

Um tema de transcendental importância que tem ocupado a atenção do senador é o atendimento e o cuidado com as crianças brasileiras. Em novembro de 2007, foi realizado em Brasília, por iniciativa do senador gaúcho, o Fórum Raízes da Violência, que contou com debatedores e especialistas nacionais e do exterior em educação, saúde e assistência infantil. O Fórum nasceu em decorrência da Lei nº 11.523, de 28-9-2005, de autoria de Simon, que instituiu a Semana de Prevenção da Violência na Primeira Infância. E representou um importante marco no trabalho de resgate da infância brasileira, submetida hoje a condições indignas de vida.

*Jorge Schelb,  
Lourenço Cazarré*

# **PRONUNCIAMENTOS**

## Nelson Jobim na presidência do PMDB

*(Pronunciamento em 7 de fevereiro)*

Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, neste início de Sessão Legislativa, quando vemos o Governo iniciando as suas atividades e anunciando as suas metas, nosso Partido, o PMDB, vive um momento muito importante, talvez, depois de algum tempo, um dos momentos mais importantes.

Em primeiro lugar, vejo que há um diálogo interno muito bom no PMDB: senadores, deputados, membros de um lado e do outro. Há uma participação muito positiva. O PMDB elegeu a maior Bancada na Câmara, no Senado, a maioria dos governadores. A recondução do Senador Renan Calheiros foi feita com muito entendimento aqui no Senado. A Bancada do PMDB teve grandeza na Câmara dos Deputados, onde era majoritária, e fez um acordo, abrindo mão da Presidência para daqui a dois anos.

No entanto, acho que o PMDB tem uma responsabilidade muito grande.

Disse isso, Sr. Presidente, na reunião da Bancada e repito aqui: o papel do PMDB é muito importante hoje. Não podemos apoiar o Governo, as coisas acontecerem, e o PMDB continuar apoiando. O Presidente da República diz que tem um grande projeto de governo. E nós devemos estar prontos para apoiar e ajudar esse grande projeto de governo, mas o PMDB deve estar pronto para apoiar e ajudar com a sua ação, com a sua palavra, e não com um voto anônimo, ridículo, de quem não sabe em que está votando.

Então, a presença e a ação do PMDB são fundamentais hoje. Tenho o maior respeito pelo Presidente do PMDB, que tem tido uma

atuação importante e significativa. Neste momento de entendimento, a sua presença tem sido muito importante, mas, com todo o respeito, estou sentindo e vejo que, se o PMDB lançasse hoje o nome do ex-Senador e ex-Ministro Nelson Jobim para Presidente do PMDB, estaria lançando um nome que tem a unanimidade da integração e da participação em todo o PMDB. Sua história e sua biografia o habilitam como um dos grandes nomes da política brasileira; como Parlamentar, aqui se impôs ao respeito de nós todos como Líder do PMDB na Constituinte no lugar de Mário Covas, como o Relator da Reforma da Constituinte; como Ministro da Justiça, teve uma atuação excepcional. Como Presidente do Tribunal, ressaltamos aspectos importantes como a criação da urna eletrônica e a seriedade com que as eleições foram realizadas.

Retornando à vida civil, largando o Tribunal, fez questão de assinar a ficha e retornar ao PMDB. É o nome que está aí e que, na minha opinião, estaria, por assim dizer, acima do bem e do mal, acima das divergências, das discussões, das questões que existem hoje no nosso Partido. E nós teríamos um nome com história, com biografia, com personalidade, com autoridade e com credibilidade para juntar todo o PMDB, para nos formarmos todos e termos, perante o Presidente da República e perante o Governo e outros partidos, um porte à altura do que representa o PMDB.

Jobim não é um político profissional. Ele entrou na política, digamos assim, ao acaso. Levado pelas circunstâncias, ele que era Vice-Presidente da OAB do Rio Grande do Sul e que queria e defendia, como toda a OAB, uma Assembléia Nacional Constituinte quando não se aprovou a Nacional Constituinte. Mas a OAB decidiu apresentar candidatos à Constituinte, e ele se elegeu Deputado. Teve uma atuação de diálogo com toda a Casa. Dentro do MDB, fez uma amizade profunda com o Dr. Ulysses Guimarães – ele, o Ibsen Pinheiro e outros companheiros, fizeram uma amizade imensa com o Dr. Ulysses Guimarães – e o acompanhou durante todo o tempo. Depois, foi escolhido para Ministro da Justiça de Fernando Henrique. Teve uma atuação respeitável por parte de todo o Governo e da Oposição. Há um respeito muito grande ao trabalho que ele fez com relação aos que foram cassados, à anistia e ao pagamento daqueles atrasados

a que tinham direito. Foi para o Supremo, onde teve uma atitude respeitável. É interessante salientar que, às vezes, conforme seu voto, sua ação, diziam que ele era muito Fernando Henrique, porque tinha dado um parecer a favor dele. Outras vezes, falaram até que era líder do Fernando Henrique, mas, lá pelas tantas, no Governo do PT, ele fez a mesma coisa, porque defendia as teses importantes, da justiça e da verdade, e para garantir a governabilidade inclusive. Não vi nenhuma vez, no Governo do PT, dizerem que, por ser amigo do Fernando Henrique, por ter sido indicado pelo Fernando Henrique, tenha tomado uma atitude contrária ao PT, e o mesmo se pode dizer com relação ao Governo de Fernando Henrique.

Por isso, Nelson Jobim – e falei isso longamente com o meu amigo Jarbas Vasconcelos – já era, para mim, o candidato à presidência da República que o PMDB deveria ter apresentado na última eleição. O Jarbas acha que é uma grande notícia, ele, que faz questão de dizer que está totalmente de acordo e em apoio a essa tese de Jobim para presidente do PMDB. Acho que o Jarbas e eu somos, hoje, no PMDB pessoas que estamos neutras. Não sou Governo nem Oposição. Apóio, mas não integro a linha de governo; tenho minha independência. Passei o ano muito mais batendo no Governo passado do que defendendo, mas acho que é, a esta altura, uma tentativa de acertar. Trata-se de rezar para que dê certo: é muito mais justo do que ficar torcendo para que as coisas dêem errado.

Acho que o fato de o PMDB participar, ajudar nesse sentido, é positivo, mas não pode ser um PMDB anônimo, ridículo, que não participe, que não diga o que pensa, que não tenha coragem de criticar as coisas que estejam erradas.

Com todo respeito ao atual presidente, acho que essa escolha seria um salto de qualidade. O atual presidente poderia ser aproveitado em inúmeras posições nesta hora em que estamos vivendo; uma pessoa com a sua competência, com a sua capacidade e com a sua liderança não pode simplesmente sair. Há muitas posições: nos ministérios, na Câmara dos Deputados, são as mais variadas posições que o bravo presidente do PMDB pode assumir, e isso deve ser feito num grande entendimento.

Agora, com o partido dialogando com o Governo, vamos ter um entendimento geral. Se os senadores tinham um movimento mais avançado e uma participação maior é porque, em tese, a Câmara tinha uma posição contrária. Pois agora a Câmara está se integrando a esse movimento. É normal que, amanhã, ao escolher membros que vão integrar o Governo representando o partido, a Câmara fale – representantes da Câmara estarão lá, e deverão estar lá com o apoio do Senado.

Creio que o PMDB daria um passo muito importante, muito significativo, se, a esta altura, colocasse o nome do companheiro Jobim na presidência do partido.

Olha, eu sou gaúcho e ele é gaúcho, mas, cá entre nós, o Jobim é hoje um nome nacional, ele não tem participação alguma nem no PMDB nem na política do Rio Grande do Sul. Ele não foi candidato, ele não se candidatou à reeleição; ele, terminado o primeiro Governo do Fernando Henrique, ficou no Ministério e não se candidatou à reeleição. Conseqüentemente, desde aquele momento até hoje, ele não teve nenhuma participação na política do Rio Grande do Sul.

É gaúcho sim, mas não significa que um gaúcho estará na presidência representando o PMDB do Rio Grande do Sul. O PMDB do Rio Grande do Sul estará com ele, mas não por ser um gaúcho que estará lá, mas por ser um brasileiro. Acho que ninguém representaria melhor o PMDB brasileiro do que ele, a sua escolha daria um sinal de entendimento e de entrosamento de todo o Brasil. Isso também eu acho muito importante.

Ele foi Deputado, esteve lá, mas respeita o Senado e com ele dialoga. Ele é um deputado que tem o respeito do Senado, representa as alas.

Os governadores têm falado comigo, têm telefonado para mim para dizer que acham importante a escolha de um nome como o do Jobim para a presidência do partido.

Este novo Governo está dando seus primeiros passos. Aliás, parece que Lula vai deixar a definição de seu ministério para depois do carnaval. Primeiro, dizia-se que ele estava deixando o Ministério para depois da eleição da Mesa da Câmara, porque o resultado da Mesa da Câmara haveria de influenciar na escolha do Ministério.

Agora, diz-se que ele vai escolher o ministério depois do carnaval. Talvez esteja esperando a vitória da escola de samba para a qual ele torce para decidir – se não me engano, é a Mangueira.

Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> o conhece bem. A escola de samba do Presidente Lula no Rio de Janeiro é a Mangueira?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sinceramente, não sei da preferência dele.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não sabe. Os jornais publicam, mas agora me deu um branco.

Não sei se a mudança do Ministério ficar para depois dos desfiles do carnaval tem alguma coisa a ver com as escolas de samba, mas é verdade que, no meio desse vazio, a escolha do presidente do PMDB é muito importante. É muito importante o indicarmos com tranquilidade e com respeito, dando o maior carinho ao companheiro Temer, o maior respeito. O atual presidente lutou, teve capacidade, competência e agiu com honridade, mas neste momento parece-me que, se nos unirmos em torno do companheiro Jobim, estaremos dando um passo muito importante para a consolidação, para a unificação do PMDB.

Diz-se que o PMDB tem vários líderes regionais, mas não tem comando. Acho que estaríamos dando o primeiro passo nesse sentido.

Era isso, Sr. Presidente, que eu gostaria de dizer.

## **Carta aberta à mãe de João Hélio**

*(Pronunciamento em 13 de fevereiro)*

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, a Sr<sup>a</sup> Rosa Cristina, mãe da criança tão tristemente comentada pelo que aconteceu com ela no Rio de Janeiro, pede uma audiência com o Presidente do Senado Federal. Talvez, amanhã, ela converse com o Presidente Renan.

Venho a esta tribuna para ler uma Carta Aberta que faço à Sr<sup>a</sup> Rosa Cristina.

### **Carta aberta para Rosa Cristina.**

Mãe:

Conheço o tamanho de tua dor, que é a mesma do Éli-son e da Aline. Para mim, é, também, uma dor vivida. A perda de um filho é, sem dúvida, o maior de todos os sofrimentos. Por que tamanha provação? Versões contemporâneas de Abraão? "Tome seu filho, o seu único filho Isaac, a quem você ama, vá à terra de Moriá e ofereça-o, aí, em holocausto, sobre uma montanha que eu vou lhe mostrar". Por que, então, o anjo de Javé não te ajudou a desatar aquela simples fivela de um cinto dito de segurança, que permitiria devolver aos teus braços de mãe o pequeno João Hélio, o Isaac dos nossos tempos, para que ele permanecesse entre nós, dividindo e multiplicando sua alegria de vida? "Meu Deus, meu Deus, por que me abandonastes?"

É nesses momentos que nos sentimos ínfimos diante dos desígnios do Criador. Pior: é também nesses mesmos momentos que sabemos o quanto a humanidade se distanciou de Sua obra. Dissestes: “Eles não têm coração”. Eles têm! É que nós utilizamos os dons que nos são unguídos e criamos, com novos deuses, a inteligência artificial, enquanto desdenhamos os sentimentos mais sublimes e naturais, aqueles que brotam somente e somente em corações fertilizados pelo amor e pela fraternidade. Ao contrário, permitimos que florescesse em muitos corações, nas favelas e nos palácios, a barbárie: no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Brasília, em Washington ou em Bagdá. É a humanidade, enquanto gênero humano, que se distancia dos seus próprios conceitos de benevolência, de clemência e de compaixão.

Que tuas lágrimas não se percam apenas nos índices de audiência e nos discursos de conveniência. Ao contrário, que elas mobilizem corações e mentes para a reconstrução dos valores que perdemos nessa travessia terrena. Em outros tempos, não tão distantes, os valores morais e culturais se construíram sobre o tripé: família, escola e igreja. Hoje, a família foi dilacerada; a escola, sucateada; a igreja, excomungada. No lugar, um novo e perverso tripé: a droga, a rua e a arma. A droga, como estímulo; a rua, como palco; a arma, como poder.

Ainda naqueles outros tempos, as famílias se reuniam para contar e para trocar suas histórias de vida. Era um grande círculo de amizade e de fraternidade. Família, escola e igreja ao mesmo tempo e no mesmo espaço. Respeito, aprendizado e bênção. Pais heróis. Hoje, o círculo familiar deu lugar a um semicírculo vicioso: no centro, a TV, e os novos heróis são aqueles que mais atiram, que mais batem, que mais matam. É a arte imitando a vida, ou incentivando a morte, ou vice-versa.

Portanto, por mais que se tente considerar ultrapassados os discursos como os meus, que pregam o resgate da

humanidade, o teu sacrifício demonstra que eles são atuais e, cada vez mais, necessários. Por isso, não mudei nesses tantos anos de vida pública. Continuo vivendo os valores que herdei da família, da escola e da igreja. Para mim, não há diferença entre o favelado que puxa o gatilho nas esquinas e o dirigente que manda despejar mísseis sobre cidades inteiras. Quantas serão as mães de Bagdá que choram a morte dos seus pequenos inocentes, meninos da guerra, trucidados em nome do poder e da ganância? Pior: “em nome de Deus”. São todos bárbaros, cruéis, desumanos!

É essa a minha luta para resgatar o verdadeiro sentido de humanidade. Que os homens retomem o projeto do Criador. Onde reina a barbárie, de nada vão adiantar novas leis que não se cumprem; novas punições, que servirão, tão-somente, para alimentar a impunidade. Há que se ressuscitar as letras mortas, e isso se faz somente com o grito estridente das ruas.

Como bem dissestes, minha querida mãe, o teu filho não pode ser mais um número nas estatísticas da violência. Como em outros casos tão recentes, temo que a tua imolação seja esquecida quando a comoção dobrar a esquina, talvez a mesma esquina em que foste abordada tão covardemente. Mas a tua dor, não. A dor por um filho é eterna. Mas há, sempre, lá no mais fundo da nossa existência, uma imensa força, que nos faz, pelo menos, conviver com tamanho sofrimento. Essa energia, que é divina, nos ampara até o reencontro em outra dimensão. Por isso, as tuas lágrimas têm de irrigar a indignação, que hoje toma conta de estádios, de ruas e de lares; das famílias, das escolas e das igrejas. Quem sabe o sacrifício do teu filho signifique o renascimento do tripé que suporta outros valores, que não a barbárie.

Somos parceiros nessa dor. Em tempo: quando conversares com João Hélio, nos teus sonhos de mãe, diga-lhe que um menino alegre, feliz, bonito e inteligente como ele irá procurá-lo entre todos os anjos. Diga-lhe que eles têm

muito em comum na inocência de criança. Ele partiu há alguns anos, mas, nas minhas mais belas lembranças, o meu filho continua o mesmo guri que me encantava a alma. Também partiu precocemente, como todas as vítimas de algum tipo de violência. Diga-lhe que esse guri se chama Matheus. Eu já conversei com ele nos meus sonhos de pai.

Um abraço fraterno, minha querida mãe.

Senador Pedro Simon.

Obrigado, Sr. Presidente.

## Programas de cunho educativo na mídia

*(Pronunciamento em 23 de fevereiro)*

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Parlamentares, antes de iniciar meu pronunciamento, eu não poderia deixar de destacar algo que considero muito importante dentre os acontecimentos que envolvem o carnaval do Brasil, uma festa tradicional que, a cada ano, aumenta mais em dias, horários e tudo o mais.

Já há tempo venho participando do grupo de brasileiros, incluindo jovens, que, durante esse período, não vão às festas de carnaval e, em organizações feitas por várias igrejas, fazem dele um momento de profunda reflexão. Eu fico impressionado.

Particpei, durante quatro dias, do Rebanhão, num ginásio de Brasília, sempre superlotado. Ele é feito pelo grupo carismático da Igreja Católica e o que impressiona é ver a alegria, quase igual à do carnaval, e ouvir a cantoria dos hinos de igreja, cujas letras são muito bonitas, que as pessoas faziam com a alma, com sentimento, das oito horas da manhã às oito horas da noite.

As famílias, as mulheres, os filhos colocavam barracas e ali passavam o dia. Houve um debate que, realmente, emocionou-me, uma análise dos problemas da sociedade, alguns muito difíceis, como filhos fora do casamento e como se realizar o bem-estar da sociedade.

Emocionei-me e fiquei ali o tempo todo. Esse encontro chamou-me a atenção porque mostrou que não dá para se dizer que a nossa sociedade, que os jovens brasileiros estão destruídos, que são levados para o mal e não têm condições de encontrar caminhos.

Isso não aconteceu apenas na minha igreja. Na de V. Ex<sup>a</sup> e em várias outras igrejas houve “rebanhões”, em que se reuniram milhares

de jovens para debater essa questão. Os jovens estiveram presentes, embora em televisão alguma se visse um anúncio. Os próprios jornais publicaram uma matéria pequenininha, mas os jovens estiveram lá. Imagine se a Rede Globo, talvez durante o carnaval – poderia ser das oito às dez e meia da manhã –, convocasse os jovens para debater, discutir e conversar sobre o Brasil.

Entrando ali, meu querido Mão Santa, parecia que estávamos em outro mundo. No Rio de Janeiro, então, imagine sair daquela loucura e, de repente, entrar na Toca de Assis.

É uma outra realidade, apesar de vivenciarmos o mesmo momento e a mesma hora. De um lado, toda uma propaganda chamativa feita pelo rádio, pelo jornal, pela televisão, pela tradição, pela história, e, de outro, apenas uma convocação boca-a-boca. Penso que esse é um exemplo do que pode ser feito.

Sou autor de uma emenda que tramita no Congresso Nacional, especificamente no Senado, que fala a respeito de as estações de televisão destinarem uma hora por dia direcionado a um programa voltado para a ética e para a moral para a sociedade brasileira. O horário é nobre. Mas cada estação de televisão escolhe o seu horário para fazer o programa. Não é o Governo que vai impor isso ou aquilo, porque seria bobagem, estupidez, ridículo. Cada emissora de televisão vai brigar para disputar o horário com um programa melhor do que o da outra. O programa social pode ser o mais variado possível. Pode ser um programa de debate, trazendo discussões sobre o aborto, a mocidade etc. Pode ser um programa médico sobre parto. Pode ser um programa social, voltado para a ética, para a moral, a questão da penalidade. Vão escolher o programa. E tenho a certeza absoluta de que a sociedade vai assistir e gostar de ter esse programa. Repito: não vamos impor o assunto, nem vai ser no mesmo horário, mas eles vão fazer. Imagine se isso acontecer no Brasil! O Brasil está entupido de novelas! Apenas em uma emissora de televisão, das 18 horas às 23 horas, temos quatro novelas para o cidadão assistir!

Imaginem se, no meio disso, ele tivesse uma hora para o social em geral, para mostrar que o Brasil não é aquilo que a novela está mostrando. A verdade é esta: o Brasil não é carnaval apenas. Embora haja muita diversão no carnaval, o Brasil não é apenas diversão e

carnaval. No entanto, o europeu, o americano pensam que aquele carnaval a que estão assistindo é o dia-a-dia do brasileiro; eles pensam que todo fim de semana seja um programa de sexualidade, ou seja, chegar no Nordeste, pegar uma mulher e fazer sexo.

Lamentavelmente, foi dito aqui que falamos, falamos e não acontece nada. Na verdade, estamos vivendo hoje no Brasil, Sr. Presidente, um exemplo de uma Torre de Babel, onde cada um fala e ninguém se entende. Cada um diz o que quer, pensa o que quer. Agora saiu o senador representante do Amapá dizendo que tem uma fórmula espetacular para salvar o problema da mocidade e pede para o Lula chamá-lo. Eu até diria para S. Ex<sup>a</sup> que peça ao Senador Sarney, que é amigão do Lula, que o leve para falar com Sua Excelência, se a fórmula é tão espetacular.

Mas, a verdade é que esse Rebanhão, além dos outros acontecimentos feitos nas outras igrejas, devem ser mostrados. Não atirem à mocidade brasileira a questão de que o problema é só diminuir a idade penal dos 18 anos para 16 anos, porque é uma turma de bandalheiros que não resolve nada. Tem muita coisa, tem muita gente, tem muitos jovens brasileiros que vão bem, obrigado – perdoem-me a sinceridade –, apesar de programas de televisão.

Vejam V. Ex<sup>as</sup> que, agora, tenho de fiscalizar, porque tenho a Net lá em casa. Outro dia, cheguei tarde em casa, estava com o meu filho, e ligamos a televisão e, ao mudar de canal, na Net, me deparei com um programa de sexo ao vivo.

Uma emissora – canal 43 ou 44 –, o meu filho levou um susto, e eu, outro. Era meia-noite e pouco. Chegamos em casa, liguei a televisão para assistir o jornal da Globo News – canal de número 40 –, e, ao avançar um pouco mais, nos deparamos com aquilo. Como essas coisas acontecem?

Vejo, agora, os jornalistas, os diretores de televisão e os representantes, reunidos no Conselho, aqui no Senado, dizerem que a preocupação deles é com a liberdade; que nós não podemos atingir a liberdade. Também acho que não podemos atingir a liberdade. Mas o problema de não poder atingi-la é muito limitado. Mas, acho que quando se tem de organizar, de orientar, de conscientizar a so-

cidade brasileira, o conceito de não atingir a liberdade, é o conjunto de toda a liberdade.

Levei meu filho, minha mulher, minha secretária, e assistimos, ali, exemplos emocionantes; exemplos de pessoas do povo que contaram suas histórias.

O Sr. *Mão Santa* (PMDB – PI) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> participar?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas o que mais me emocionou – já lhe darei um aparte – foi aquela gente ali, principalmente as pessoas simples, gente humilde, que vinha de ônibus do fim do mundo, debaixo daquela chuva, e lá ficava das sete horas às vinte horas. Então, essa é uma demonstração de que há condições. Se um grupo da igreja consegue fazer isso em pleno carnaval, época em que há grande concorrência – meu Deus, concorrer com o carnaval, as pessoas, ali, fazendo festa, brincando, em um momento de alegria, tudo é alegria! – portanto, em um momento como esse se conseguir fazer quatro dias de reflexão fechada, quanto mais em um outro período normal, podemos fazer isso serena e tranquilamente.

Agora eu digo uma coisa, Sr. Presidente, eu digo uma coisa – eu disse ao Presidente Lula; eu nunca vou ser Presidente da República –: se eu chegasse a Presidente da República, a primeira coisa que eu faria era enquadrar as televisões. Esta era a primeira. Não enquadrá-las no sentido de estatal. Pelo amor de Deus, eu não sou doido! Porque aí, eu liquidava com o negócio. Mas enquadrar as televisões no sentido de elas terem de contribuir para o conjunto da sociedade, para o bem-estar da sociedade. Contar a verdade, dizer a verdade, mostrar a verdade, mostrar como as coisas são, mas respeitar o conjunto da sociedade.

Vejam que fantástico! Outro dia, o *Correio Braziliense* publicou uma matéria de página inteira, algo que é raro, a respeito de um grupo de aposentados daqui de Brasília, aposentados de porte alto, que ganham bem, que resolveram adotar uma cidade. Escolheram uma das mais pobres do Brasil, que fica no Estado de Alagoas. Anualmente, às vésperas do Natal, mais ou menos dois meses antes, o grupo se dirige para lá. Mas, durante o ano, eles preparam roupas e coisas de

que eles precisam, pegam o ônibus e vão para lá. Ali, durante um mês, eles pintam as casas, arrumam fogões, compram as coisas que faltam, enfim, eles revolucionam a cidade. A cada ano fazem coisas novas.

No ano passado, ao chegarem àquela cidade, depararam-se com um recém-nascido que ficou sem mãe, sem nada. Então, uma das senhoras da comitiva – não me lembro o nome dela –, já de idade avançada, ela tinha duas filhas, uma de 23 anos e a outra de 27, resolveu adotar a criancinha e a trouxe para Brasília. Aqui chegando, a criança, que não conseguia se adaptar à mamadeira, foi levada ao médico, que a aconselhou que a levasse a um desses hospitais que tem banco de leite, onde um conjunto de crianças recém-nascidas eram amamentadas. Lá, aconselharam a mãe adotiva a colocar a criança em seu seio para que aprendesse a sugar, embora o seio dela estivesse seco, sem leite para amamentar. Deu certo. Senador Mão Santa, não mais do que de repente, essa senhora começou a ter leite. Os médicos não conseguem entender, mas essa mulher passou a ter leite e amamentou não só o filho adotivo como outras crianças que também estavam ali. Os médicos disseram que era um autêntico milagre. Essas coisas acontecem! No entanto, não vemos uma notícia como essa na televisão.

Outro dia, mostraram um jovem carioca, rico, alinhado, que se formou em Medicina – não sei o que deu nele –, que resolveu ir para a Amazônia. Comprou um barco e foi parar em uma daquelas cidadeszinhas ribeirinhas, daquelas que só se pode vir à capital de vez em quando, para clinicar.

Esse carioca, com o dinheiro dele, fez um pequenino hospital e há trinta anos está trabalhando de graça, se esforçando, fazendo verdadeiros milagres naquela cidade. Isso existe.

No Brasil há muitas dessas histórias, mas só vemos na novela vigarice, bandalheira, cachorrada. A sociedade não tem o direito de conhecer o lado bom da vida, meu Deus do céu? Na novela o vigarista é o que ganha, a mulher safada é a que fica por cima, o cara bacana cai, é liquidado. Vendo tudo isso a pessoa perde a vontade de ser séria, perde a vontade de ser digna. Isso não pode acontecer. Não se pode dilapidar a consciência do povo brasileiro, que é um povo

bom, um povo sério, um povo digno, um povo trabalhador, talvez pacifista demais, mas de repente as coisas vão se modificando.

Está-se tornando corriqueira a comunicação de seqüestro relâmpago, quando telefonam para uma pessoa e dizem que estão com o filho dela e que ela tem de dar tanto em dinheiro. Essa prática hoje é usada em todo o Brasil, em todo o interior do Rio Grande do Sul, em cidades pequenas, que nunca tomaram conhecimento desse tipo de ação, estão aplicando isso. O golpe dá certo porque nunca viram nada igual. Por quê? Porque a televisão é a formadora do caráter ruim da sociedade brasileira.

Concedo o aparte ao Senador Mão Santa.

*O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, V. Ex<sup>a</sup> supera V. Ex<sup>a</sup> mesmo, que tem sido o melhor neste Senado. Está aí, em verdade, em verdade, eu vos digo... Assim falava Cristo, Senador Crivella. Senador Pedro Simon, eu votei em Lula da Silva em 1994. Muitos não votaram, mas eu votei. Mercadante é um bom caráter; gosto dele. Tivemos debates qualificados de um lado e de outro. Então, ele se aproximou de mim, Pedro Simon: PMDB. Aí eu disse: é simples, é bom, é puro. Basta vocês colocarem Pedro Simon. Lá na residência de Luiz Otávio, que nos recepcionava com um almoço. V. Ex<sup>a</sup> se lembra? Eu era dos poucos que havia votado em Lula. Sei que alguns votaram. Eu tinha votado e trabalhado por Lula. Eu disse: basta Pedro Simon, porque ele nos representa. Estaremos satisfeitos. E ele saiu eufórico. Mas aí, lá no Rio Grande do Sul, a gauchada disse que Pedro Simon não podia... São essas coisas do PT. V. Ex<sup>a</sup> seria outro. Mas pedi um aparte quando V. Ex<sup>a</sup> falava em exemplo. Padre Antônio Vieira disse: "Palavra sem exemplo é como um tiro sem bala". V. Ex<sup>a</sup> tem palavras e exemplo. O Nordeste é encantado com V. Ex<sup>a</sup>. A peregrinação que V. Ex<sup>a</sup> fez de Fortaleza a Canindé, ainda hoje é lembrada. É como reviver Frei Damião, que lá é santificado. Quer dizer, V. Ex<sup>a</sup> tem dado exemplo de franciscano, de pureza. Então, há ainda essa esperança. Digo a V. Ex<sup>a</sup>, Crivella, que está na presidência, o Lula, que foi reeleito sabia que é difícil dividir o bolo. Ó, Lula, está aí um homem para ser ministro, um homem que engrandeceria o Governo. O exemplo arrasta, diz Padre Vieira. Isso de que ele está*

falando é o Brasil e não é ilusão, não. Temos de buscar no passado... Esse modo de dizer: essa Esquerda aí... Precisamos conhecer a história. O Presidente Geisel era um homem honrado e honesto. Nunca me esqueço da atitude dele diante de um programa de televisão dirigido por Flávio Cavalcanti, o poderoso daquela época, como Sílvio Santos é hoje. Flávio Cavalcanti estava apresentando um quadro de um marido pernambucano impotente que ia buscar outro homem para transar com a mulher dele e satisfazê-la. Geisel, com a sua coragem – ele era gaúcho, não era? –, mandou suspender o Flávio Cavalcanti e a Globo, porque aquilo era um atentado. Ó, Lula da Silva, estou aqui para ensinar: o General Álvaro Obregón, do México, disse: “Prefiro um adversário que me traga a verdade a um amigo que me traga a falsidade da bajulação”. Vou-lhe dar um quadro agora: vivo em Buenos Aires, namorando Adalgisa. Gosto de ser feliz. Às quatro horas da manhã, não posso andar aqui no Brasil. Lá, em Teresina, vou-lhe dizer, Pedro Simon, estão acabando com o nosso costume, com a sentinela, que é o ato de velar um defunto durante a noite. Não existe mais isso, não; morreu, enterra logo, porque, se o velório for à noite, vêm os criminosos e fazem o arrastão. Isso é o Brasil da barbárie. Então, eu quero dizer que há tempo. Está aí o Pedro Simon. Há tempo, há tempo. Vem a luz depois do carnaval. Está aí um homem que tem... Por que não convida Pedro Simon para ser ministro, para o povo ter esperança, para ele mostrar que o bem vence o mal? Então é isso. V. Ex<sup>a</sup> que está na Presidência, leve... Está aí um homem qualificado e tal. Não chegou à Presidência? Não chegou, mas Rui Barbosa também não chegou. O seu exemplo tem nos arrastado e nos levado a acreditar no Brasil e na democracia. Agradeço a Deus essa oportunidade de vê-lo e aprender com V. Ex<sup>a</sup>.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado. Com muito carinho agradeço as manifestações de amizade de V. Ex<sup>a</sup>.

O discurso vou deixar para outra hora, Sr. Presidente, mas, se V. Ex<sup>a</sup> me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – V. Ex<sup>a</sup> tem o tempo de que precisar.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não.

Dentro desse contexto, apenas digo o seguinte: o Presidente Lula ainda não começou o seu segundo mandato. Foi uma vitória espetacular. Depois da vitória, como o Brasil não está acostumado com reeleição – para ele era continuação –, ele tirou férias, porque ninguém é de ferro. Tirou férias anunciando que quando voltasse das férias anunciaria o novo Governo. Voltou de férias, não anunciou o novo Governo e disse que faria isso depois do carnaval. Nós já estamos na sexta-feira de cinzas, ou melhor dito, sexta-feira depois das cinzas e também não anunciou. As informações que se têm são as de que agora ele vai esperar a eleição do novo presidente do PMDB para depois fazer a escolha,

Ele não quer fazer a escolha e correr o risco de a Convenção do PMDB sair com resultado negativo.

Digo agora ao Presidente Lula uma coisa que tive ocasião de dizer-lhe pessoalmente há poucos dias. O Presidente Lula estava no velório do nosso querido amigo Tebet e, embora a comitiva de senadores que lá estava tivesse ido por conta própria, o Presidente convidou-nos para voltarmos juntos. Pela primeira vez, o Presidente me convidou para falar com ele. Eu prontamente o atendi. O Presidente não queria imitar o que aconteceu quatro anos antes. Ele reconhecia o equívoco do Governo dele, quando fez alianças diretas com um Parlamentar aqui e outro lá, desprezando a vida partidária, desprezando os comandos partidários. Sabemos, por exemplo, que, no PMDB, era o Fulano e o Sicrano que comandavam tudo, e nem a Bancada do Senado, nem a Bancada da Câmara, nem a Executiva, nem o Partido tomavam conhecimento. E isso acontecia também nos outros partidos. Ele disse que agora não; agora, ele vai fazer uma organização partidária e que pretende organizar um Governo com aliança consolidada em torno de princípios, em torno de idéias, em torno de um programa partidário e que vai, inclusive, até as eleições do ano que vem.

Meu grande amigo, o companheiro Jarbas Vasconcelos, por quem tenho um carinho muito grande – li sua entrevista à *IstoÉ* –, foi de uma elegância muito grande, mas disse que não acredita. Ele não tem esperança. Espera que dê certo, mas não tem esperança.

Não sei se estou entre os que tentam ser otimistas, mas, com toda a sinceridade, reconheço que o Governo Lula foi muito ruim. Foi uma fraude. Eu era daqueles, Senador Mão Santa, que, chegando aqui, vinham com euforia. Eu achava que havia chegado o momento do Brasil. Sinceramente, quando Lula ganhou, pensei: o momento do Brasil é este; é agora. Um homem do povo, um operário, um trabalhador, um homem que veio do Nordeste, trazido em um pau-de-arara, que se perdeu na floresta da violência de São Paulo, mas que se ergueu, cresceu, fez vida sindical, lutou no sindicato, criou um partido, foi quatro vezes candidato a Presidente da República e chegou lá.

Quando Lula chegou à Presidência da República, há quatro anos, não sabia que ele tinha tanto amigo. Como tem amigo o Lula! Eu não conhecia nenhum desses amigos no tempo em que ele era líder sindical ou simples candidato a Presidente. E o seu Governo não foi o que esperávamos.

Quando pedimos a abertura de uma CPI para analisar o caso Waldomiro – não havia o que discutir, pois ele aparecera na televisão, recebendo dinheiro; o crime estava ali, era apenas apurar a pena e as formas do que tinha acontecido –, não deixaram que ela fosse criada. Não deixaram. Não saiu a CPI. Eu e o querido Senador do PDT do Amazonas tivemos que entrar em juízo, no Supremo, e ganhamos. Foi o primeiro caso em que aconteceu isto: por unanimidade, o Supremo mandou criar a CPI. E criamos. Mas, quando a criamos, já não foi uma, foram quatro. As outras três, que estavam engavetadas, também foram criadas. E, com o negócio de deixar o Waldomiro e não acontecer nada, a porta estava arrombada. Se este era o País da impunidade, com o fato de não se punir, as coisas se multiplicaram, e deu no que deu. E deu no que deu!

Agora, nós vamos iniciar um novo Governo com o mesmo Presidente e com o mesmo Partido. Quanto ao Partido, vemos, lá pelas tantas, que aparece um líder, como Tarso Genro, dizendo, primeiro, que se tem de recriar. Aí o termo é considerado ofensivo. Então, passou a ser... Como é? Refazer. Mas a verdade é que até agora estamos na expectativa.

Em primeiro lugar, Presidente Lula, o senhor não é culpado se um Ministro designado por Vossa Excelência, daqui a um ano, co-

mete um crime, uma vigarice, uma roubalheira. Isso pode acontecer. Jesus escolheu 12 apóstolos, e Judas o traiu. Agora, Vossa Excelência é responsável se hoje nomeia um ministro que já cometeu vigarice ou praticou ato delituoso. E o que se afirma, o próprio Presidente Lula o diz, é que não se pode considerar ninguém condenado, sem julgamento definitivo. Alguém só pode ser considerado condenado, quando o é lá no Supremo, e não há mais recurso. É verdade. Sou advogado de defesa e sei disso. O cidadão está sendo processado? Está. O Maluf está sendo processado? Está. Foi condenado? Não. Há julgamento definitivo? Não, não se pode colocá-lo na cadeia. Mas escolher para ministro um cidadão que o Brasil inteiro sabe quem é e cuja biografia todos conhecem é diferente.

Houve uma época em que o Senado e a Câmara engavetavam os processos dos parlamentares. Outro dia, disseram: "Não pode, é uma barbaridade; tem de terminar!" Admira-me a OAB dizer uma coisa como essa. "Tem de terminar com a Câmara e o Senado e engavetar os processos dos parlamentares." Engavetavam, mas não engavetam mais. Emenda minha, nesta Casa. Várias modificações, e foi aprovado. Isso há seis anos. O Procurador-Geral da República pedia para processar um senador ou um deputado, e o Senado e a Câmara tinham de dar licença. E o que acontecia? O Presidente da Câmara e o do Senado botavam o processo na gaveta. Não botavam para votar, porque tinham vergonha. Se aprovassem, abririam o caminho para processar outros; se rejeitassem, tinham o repúdio, o nojo da opinião pública. O que faziam? Deixavam na gaveta.

Mas, pela mudança que fizemos, o Procurador processa o deputado ou o senador, e a ação vai direto para o Supremo. Fica lá no Supremo, e não temos nada com isso, temos de aceitar. Agora, o que está acontecendo? O Procurador entra com o processo, processa, o Tribunal aceita, e o processo fica na gaveta de um ministro. Aquilo que ficava na gaveta do Presidente do Senado ou do Presidente da Câmara está na gaveta de um ministro do Supremo! Senador, Deputado Federal que já foi Presidente do Senado, Líder do Governo, várias dessas pessoas estão denunciadas pelo Procurador-Geral da República; a ação foi aceita por unanimidade no Supremo, foi designado relator, e este está com o processo na gaveta.

Não estou discutindo, essa é uma outra parte. Mas o cidadão que está nessa situação pode ser ministro? Pode ser ministro um cidadão que o Procurador-Geral da República denunciou e cujo nome consta de um processo que o Supremo Tribunal Federal, em vez de rejeitar ou arquivar, aceitou e para o qual escolheu um relator? Chamá-lo de criminoso não pode, porque ele não foi condenado. Mas entre não poder chamá-lo de criminoso, porque não foi condenado, e designá-lo para Ministro há uma diferença muito grande. Há uma diferença muito grande! E isso o Presidente Lula tem de entender.

Eu dizia isso para a minha querida Governadora do Rio Grande do Sul, e ela aceitou e cumpriu. Quando fui Governador ou Ministro, eu tinha meu serviço secreto interno, diria. Os caras me traziam os nomes, eu olhava, mandava ver, e não dava nem para acreditar. A folha corrida de alguns era tão intensa, que não dava para designar. Eu não designava.

Eu era Líder do Governo, e o Itamar Franco nomeou para Ministro da Agricultura o Presidente da Federação da Agricultura do Distrito Federal. Oito anos Presidente da Federação, ele ficou dois dias no ministério. Quando foi designado, ninguém olhou, nem discutiu. Era um cara aqui de Brasília, que todo mundo conhecia. Não havia nada contra ele. Nunca tinha feito política. Dois dias depois de designado, aparece, lá de Goiás, que ele tinha matado duas pessoas. O processo todo tinha tramitado, e ele havia sido condenado. Fora pronunciado pelo juiz como culpado, e marcada a data do júri. Aí ele fugiu, desapareceu e, durante oito anos, ficou em lugar incerto e não sabido. Aqui em Brasília, Capital da República, o Presidente da Federação da Agricultura!

É claro que o Itamar, dois dias depois o demitiu. E veja que coisa interessante, Sr. Presidente: a imprensa abriu uma manchete, fez um escândalo, mas até hoje ele não foi a julgamento.

Então, penso que os partidos políticos têm o direito de indicar quem quiserem para Ministro e para cargo secundário, mas o Lula tem a obrigação de ter o seu serviço secreto, a sua gente para investigar quem é o cara. Na minha opinião, o partido tinha que fazer isso.

Sou Presidente do PMDB do Rio Grande do Sul; faltaram muitos candidatos a Deputado Estadual e Federal na nossa legenda – não

conseguimos encontrar. Mas, em compensação, tem mais de dez ou doze que não aceitei colocar na chapa. Porque eu mandei ver. Já que sei que a Justiça não olha, não liga, eu fui olhar antes. As pessoas vinham me indagar o porquê e eu dizia: "Não pode; foi condenado por isso, foi condenado por aquilo; está sendo processado por isso, está sendo processado por aquilo. Como vou te botar na chapa?" "É, mas a justiça não me julgou e V. Ex<sup>a</sup> está me julgando?" O problema da Justiça é julgar ou não julgar. O meu problema é escolher gente correta para ser candidato.

Isso já devia ser feito no partido político. Há uma emenda minha nesse sentido dizendo que qualquer cidadão no partido pode apresentar uma denúncia contra qualquer membro da chapa e esse membro da chapa tem de se defender no Conselho de Ética do Partido. Já era uma grande coisa.

Mas, tudo isso é uma coisa. Outra coisa é o Lula fazer a escolha dele.

Primeiro lugar: gente honrada, gente digna e gente correta. Segundo lugar: acho que ele está certo quando está dialogando com os partidos. Acho positivo. Ele está dialogando com os partidos no sentido de que, lá adiante, não vai ter de negociar nem cargo, nem dinheiro, nem emenda em troca de votação. Quer dizer, pode dar cargo, pode aprovar emenda de parlamentar, pode fazer o que bem entender, mas não para troca-troca com a votação. Se conseguir fazer isso, se houver a intenção de fazer isso, é um começo.

É o que digo ao meu amigo Lula; e, claro, tudo isso junto com a reforma política.

Há quatro anos, quando eu ainda era considerado amigo, convidaram-me para ser ministro, para ser líder do Governo e eu respondi que eu podia ajudar muito mais o Governo da Tribuna do Senado, porque eu pensava que o Lula ia fazer um governo espetacular, que ia ter muito obstáculo, muita gente contra as revoluções ideológicas que ele ia praticar. Eu não imaginava que o Lula ia fazer um governo quase – digamos assim – de centro-direita. Mas também foi bom, porque eu não ficaria lá; se eu tivesse entrado, logo teria saído. Ou eu saía ou me botavam para fora. Mas naquele momento que eu comecei, eu dizia com todas as letras: "Olha, Presidente, o senhor

está errando grave, pois começar o seu governo com a reforma da Previdência?! Em primeiro lugar, o senhor está entrando num ninho tremendo; o senhor está, na sua emenda, violentando o seu programa partidário. O seu Partido, a vida inteira, lutou por isso, que V. Ex<sup>a</sup>, agora no primeiro ato, quer dismantelar” – que era uma coisa original. A Senadora Heloísa Helena foi expulsa do Partido porque votou um projeto de acordo com o programa do PT. O programa do PT dizia que era aquilo ali e ela foi para a Tribuna e disse: “Eu votar isto aqui”. Foi expulsa do Partido. E eu dizia, naquela altura: “Mas isso aqui esperou tanto tempo, não pode esperar mais um pouco? Vamos começar com a reforma política, vamos começar para colocar a casa em dia para termos condições de ir adiante”.

O Governo mudou – imaginava eu – a conceituação, é um novo governo, uma nova realidade. É um Governo que está aí, atirou pedras e mais pedras durante 20 anos em todos, é o padrão da dignidade, da seriedade, vai ter de fazer grandes reformas. Vamos fazer a primeira reforma: colocarmo-nos em condições de termos competência de fazer as mudanças. O Governo não deu bola, não ligou para a reforma política. Chegou-se a nomear uma comissão para a reforma tributária, mas o Governo foi tão cruel quanto o anterior. Há dois anos, às vésperas da eleição, o Lula foi a um congresso de prefeitos em Brasília, onde havia mais de quatro mil prefeitos, e ele foi carregado no colo quando garantiu que, na semana seguinte, votaria 1% a mais para as prefeituras. Foi uma festa. Até hoje não saiu, até hoje não foi aprovado.

Quer dizer, nessas condições, volto a dizer que não venha o Lula agora nesse reinício com um projeto que não signifique o que é mais importante. Que não venha o Lula querendo grandes coisas que não sejam as iniciais: reforma política, reforma do sistema eleitoral, reforma da nossa convivência. Vamos criar um ambiente em que os partidos sejam valorizados. Não se trata de um problema do grande ou do pequeno partido, Sr. Presidente; o partido pode ser grande ou pequeno, mas tem de ser valorizado. Se o parlamentar foi eleito naquele partido, ele tem de ficar naquele partido. Não fica porque hoje não vale nada. Temos de fazer um sistema onde todos fiquem. E aí vale! Onde a vida dele é aquela, está ali.

Na Argentina, no Uruguai, no Paraguai a vida partidária vem ao longo do tempo. Uma coisa revolucionária hoje, em Buenos Aires, é que o Menem, que foi o grande peronista, cassado, preso, torturado, duas vezes presidente da República, de repente, abandona o partido e está criando um outro partido. Mas esse é um fato inédito que ninguém está conseguindo entender, porque lá ou se é peronista ou do partido radical. Como no Uruguai, ou é branco ou é colorado.

Nós nunca tivemos vida partidária. Vamos tentar consolidá-la, vamos tentar criá-la, vamos tentar dar consistência à vida. Com todo respeito, Sr. Presidente, a eleição dos nossos parlamentares como é feita no Brasil é um modelo superado, não existe mais; ocorre praticamente só no Brasil. Ou fazemos lista ou voto distrital. Mas como é hoje, em que o deputado para se eleger tem de gastar três vezes mais do que vai ganhar durante todo o mandato e a briga interna no partido começa exatamente porque o meu inimigo é o candidato do meu partido, porque vai tirar voto meu, já que só um vai ser eleito na legenda, tem de acabar. Terminar com o voto aberto como é hoje e criar uma forma clara de dinheiro.

A eleição deve ser curta como nos Estados Unidos. Fala-se em diminuir o mandato, pode ser. Nos Estados Unidos, o mandato de Deputado é de dois anos. E os nossos deputados não entendem isso. Nos Estados Unidos, a renovação é muito menor do que no Brasil, porque, como o mandato é de dois anos, ele está sempre em campanha, visitando sua cidade, discutindo, analisando e, permanentemente, no debate. Aqui, no Brasil, não. A eleição dura seis, sete, oito meses, e cada um gasta uma fortuna.

Acho que se o Presidente Lula iniciasse por aí... São teses em que se pode escolher todos os partidos, do Governo e da Oposição – e vamos escolher o que é certo, o que é correto, o que, eticamente, deve ser feito. Começa por aí, o Presidente devia começar por aí. Devia negociar com os partidos de uma forma correta, de uma forma justa e, principalmente, falar com o PMDB da seguinte forma: “Meu filho, estou nomeando agora e demito depois de amanhã”. E, na dúvida, deve demitir. Somos advogados e sabemos que, na hora de julgar, na dúvida, absolve-se. O juiz, quando tem de julgar, se não tem prova, absolve. Mas, na vida pública, se há dúvidas de que a pessoa

praticou atos de corrupção – pode até não ter praticado, pode até haver provas –, se a opinião pública acha, ele deve ser afastado. Que ele, na dúvida, seja afastado.

Não sinto que o Lula tenha esse sentimento. Por outro lado, vemos gente do PT já falando em terceiro mandato. Justiça seja feita: o Lula o rejeita. Já estão falando até em democracia direta: deve-se permitir o plebiscito convocado pelo povo; que não se deve passar para o Congresso a autorização de permitir ou não o terceiro mandato. Que deve ser feito o plebiscito, o povo é que deve decidir se vai permitir ou não. Isso é um absurdo! Acho que o Congresso existe para exercer a sua missão; ele é que deve determinar em que e como o plebiscito deve ser feito. E por isso existe a iniciativa popular: com tantos milhões de assinaturas, o povo pode enviar projeto a esta Casa para que seja discutido.

A palavra está com o Presidente. Ele está ganhando tempo. Passou um mandato, tomou posse, passou o carnaval. Agora, vamos esperar a eleição do Presidente do PMDB. Mais que ele demore, mais a responsabilidade de acertar.

Confio, Sr. Presidente, porque digo com toda a sinceridade: no ano passado, vivemos uma crise tão intensa que, quando, na Comissão, pediram o *impeachment* do Lula, e o PFL reuniu juristas para apresentar um grande texto para pedir a cassação, fui à reunião e disse: “Vocês estão equivocados; para pedir o *impeachment* não se reúnem juristas, o texto de *impeachment* qualquer cidadão pode fazer, mas tem de ter conteúdo, tem de ter prova, tem de ter alma, tem de ter a presença do povo sabendo o que vai fazer”, e não pedimos. Àquela altura, achávamos que o Lula cairia ao natural. Infelizmente, o Congresso apodreceu, teve uma incompetência total, e o Lula saiu de raspão. Mas acho que agora, em outubro, ou o Lula navega em cima da onda – e viveremos grandes momentos na sociedade brasileira, de profundas transformações –, ou a nossa crise será de conseqüências imprevisíveis.

É isso que acho, Sr. Presidente, e é esse o apelo que faço ao Presidente Lula. Ele está numa boa, está por cima, está brincando, os partidos políticos estão todos esperando de boca aberta para ver o que vão levar. A imprensa toda está simpatizando com ele – cada

vez surge uma charge mais debochada do que a outra, mas ele está por dentro. Porém, ele que não se engane: em outubro, ou nós vencemos e vamos adiante, ou a crise pode ser realmente muito séria.

Eu peço a Deus que inspire o Presidente, que inspire os seus assessores e que inspire a nós, para que estejamos juntos na mesma barca rumo ao bem deste País.

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

## **A catástrofe do aquecimento global**

*(Pronunciamento em 26 de fevereiro)*

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, de repente parece que o planeta se transformou no cenário de um filme dirigido por Steven Spielberg, produzido pela ONU, escrito por seiscentos cientistas de quarenta países, sobre a devastação da natureza. Neste documentário, somos nós os protagonistas, ora mocinhos, ora vilões. É bem verdade que muitos são apenas meros coadjuvantes nessa história dramática e que morrem sem serem reconhecidos, quase sempre nem mesmo conhecidos, porque, nesse mesmo roteiro, lhes foram reservados papéis de figurantes.

O documento da ONU pinta, com tintas carregadas, os cenários do meio ambiente, neste século que ainda engatinha. A principal questão é o chamado aquecimento global. A permanecer a situação de agora, de total desrespeito à natureza, as temperaturas médias deverão subir entre 1,8 grau e 4 graus, isso sobre os níveis atuais dos termômetros, que já estão alterados em escala nunca sentida antes. É muito mais fácil enumerar as causas, porque razões são geralmente coisas do passado, ainda que muito mais evidentes no presente. O que mais preocupa a humanidade, e os cientistas em particular, são as conseqüências que deverão advir num futuro nem tão longínquo.

Se nada for feito imediatamente, os ares da Terra receberão mais de 1,4 quatrilhão de CO<sub>2</sub> até o final deste século. Isso significa algo como 14 trilhões de quilos de poluentes por ano ou mais de 38 bilhões por dia ou mais de 1,5 bilhão por hora e assim por diante. São projeções a partir de números reais, do passado recente, quan-

do os zeros à direita dos poluidores do ar sempre equivaleram aos zeros à esquerda dos formuladores de política.

A elevação dos níveis dos oceanos e dos mares na escala prevista poderá dizimar cidades litorâneas inteiras, normalmente onde se concentra grande parcela da população. Se, com a situação atual, catástrofes como as de Nova Orleans são capazes de tamanho estrago, imaginem o que poderá acontecer no futuro em países como a Holanda ou mesmo nas grandes cidades costeiras do Nordeste e do Rio de Janeiro.

Hoje, por exemplo, os guias turísticos de grandes cavernas, nas suas longas e quase sempre decoradas explicações sobre tamanhos vãos subterrâneos, desenham cenários de fundo do mar em outras distantes eras: "Aqui, um dia, foi mar". Se confirmadas as previsões, se nada for feito para negá-las, num futuro, ainda não tão distante, os guias turísticos do fundo do mar atribuirão às torres e catedrais submersas cenários de "onde, um dia, foi terra".

A agricultura mundial terá uma nova geografia. A estrutura produtiva de grandes regiões agrícolas deverá ser significativamente modificada. Isso motivará, como decorrência, outras mudanças, na estrutura fundiária, no comércio de insumos, no mercado internacional. A produção de alimentos e, conseqüentemente, o mapa da fome poderão ser redesenhados. Para se ter uma idéia, os grandes cafezais paulistas e mineiros poderão desaparecer do mapa da agricultura daqueles estados, assim como a soja gaúcha.

As cidades também deverão ser remodeladas. Grandes ondas de migração, rural/urbana e rural/rural, modificarão a demografia do Planeta. Grandes secas e igualmente enormes inundações expulsarão populações da cidade e do campo, que ocuparão ainda mais as periferias dos grandes centros urbanos, num processo crescente de favelização. Também como exemplo, se já é preocupante o caos urbano atual de uma cidade como São Paulo, com alagamentos rotineiros, imagine-se nas hipóteses, bastante fundamentadas, de "trombas d'água" de maior intensidade, como previstas no relatório.

Há preocupações também com as repercussões sociais das grandes migrações internas, principalmente nos países menos desenvolvidos. A miséria, a fome e a violência ocuparão, ainda mais,

corações e mentes, e a guerra civil não declarada da bala perdida ou mirada poderá ter o “alistamento” de novos batalhões, cada vez mais ao descontrole do Estado. Nessa cena, o tal filme de Spielberg revelar-se-ia repetitivo e sonolento. Todas as discussões sobre o relatório da ONU são conclusivas no sentido de que os maiores impactos do aquecimento global não incidirão igualmente sobre todos os países. Mais uma vez, as regiões e as populações mais pobres serão as maiores vítimas. E isso aumentará o abismo já existente nas disparidades de distribuição regional e pessoal de renda entre países e, internamente, entre seus habitantes locais.

O trabalho da ONU causa uma enorme comoção, porque projeta o que cientistas identificam como catástrofe ainda para o nosso tempo. Não é algo que se prevê para milhares ou milhões de anos, como em tudo o que se analisa em termos de espécie humana. Algo inatingível para a nossa visão imediatista. É uma situação que, se nada for feito, será vivida por filhos e nossos netos. É palpável, é sentida, é presente. Mas o planeta não precisa projetar catástrofes para meados ou para o final deste século. Elas já existem, embora muitos teimem em não reconhecê-las e desconhecê-las totalmente. Não se trata, aqui, dos furacões, dos tornados, dos maremotos, dos terremotos, dos “tsunamis”, cada mais vorazes, e que atormentaram ricos e pobres. É uma catástrofe que atinge exclusivamente os pobres e os miseráveis. Falo da fome.

Não há que se esperar, portanto, que os quatrilhões de quilos de poluentes sejam lançados ao ar para que a humanidade se mobilize contra uma catástrofe de dimensões globais. Ela já existe há muito e continua compondo a nossa história e a nossa geografia.

A mesma ONU, com idêntica competência de seus cientistas e com igual responsabilidade política e institucional, dá conta de que quase um bilhão de seres humanos passam fome no nosso tempo e no nosso espaço. Uma em cada seis pessoas – as que não morreram ainda hoje – dormirá na próxima noite com fome. Fome crônica, a mesma fome que mata um ser humano a cada menos de quatro segundos, muito mais do que o terrorismo, que, embora também abominável, tem merecido tamanha atenção na mídia e nos gabinetes. Terrorismo que mata, como diria o poeta, “de emboscada antes

dos vinte”; ou a miséria “de velhice, antes dos trinta... e de fome, um pouco por dia”.

Quase três bilhões de indivíduos, ou a metade da população mundial, sobrevivem com menos de US\$2 por dia; a metade desse número, como menos de US\$1. Um terço da humanidade, ou mais de dois bilhões de pessoas, têm anemia.

Neste exato momento, o planeta tem algo como 130 milhões de crianças, chorando ou morrendo de fome. Essas mesmas crianças, as que vingarem, ainda assim não verão os efeitos do aquecimento global, porque a vida lhes será muito breve.

As favelas dos grandes centros urbanos já são o endereço de quase um bilhão de moradores. Nas projeções, serão 1,4 bilhão daqui a duas décadas, o equivalente a uma China inteira apinhada em morros e perigosas encostas.

A mídia tem dado ao relatório da ONU sobre o aquecimento global ares de catástrofe.

Fala-se, inclusive, em “apocalipse”, uma projeção com data marcada para o “final dos tempos”. Não são explícitas as avocações aos “sete espíritos”, às “sete igrejas”, aos “sete candelabros”, às “sete lâmpadas de fogo”, aos “sete selos”, ou às “sete cartas” do texto bíblico. Mas, pelo menos desta vez, a mídia enumera os países maiores poluidores da atmosfera. São os mais desenvolvidos, os chamados “do G7”. Pelo menos no simbolismo do capítulo final da Bíblia Sagrada, o número sete é coincidente. O juízo final ainda depende de nós.

Talvez a imagem bíblica do apocalipse não seja a mais adequada para o caso. É que ela tende a projetar o desfecho para uma revolução da natureza, fora dos nossos corações e fora das nossas mentes. Para mim, o melhor simbolismo para os acontecimentos que dão suporte às projeções da ONU é a “Torre de Babel”. É que deixamos, há muito tempo, de falar a mesma língua, universal, humanística. Construímos uma torre para atingir uma espécie de deus-mercado, suntuoso aos bens materiais.

*O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Exª me permite um aparte, Sr. Senador?*

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Transformamos o semelhante em concorrente, quando não em adversário. A consciência coletiva deu lugar ao individualismo. As catástrofes anunciadas pelos cientistas estão muito mais claramente relacionadas aos nossos problemas de relacionamento com o semelhante, como a ganância, a sede de poder e o lucro a qualquer custo. Para atingir o nosso intento, articulamos uma linguagem individual. Não importa se o semelhante não a entenda.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Pedro Simon, seu discurso é admirável! V. Ex<sup>a</sup> se refere a duas questões que estão, a meu ver, muito imbricadas entre elas. O aquecimento global causado sobretudo pela forma equivocada dos países ricos de produzir, que tem de ser alterada, e a fome, que é conseqüência de atraso tecnológico, é conseqüência de atraso educacional, é conseqüência de espoliação mesmo de países mais pobres por países mais ricos. Percebemos, por um lado, que os países que melhor conseguem alimentar seus filhos são aqueles que mais causaram os dramas ecológicos que estão sendo vividos hoje pelo mundo e que tendem a ver situações mais complicadas pela frente. E os países que menos causaram o desastre que já estamos vivenciando, o desastre ecológico, são aqueles, por outro lado, que vivem esse drama da fome tão pungentemente relatado por V. Ex<sup>a</sup>. Qual o desafio? O desafio é realmente encontrarmos uma linguagem coletiva, o desafio é começarmos a produzir de maneira diferente e começarmos a viver de maneira mais solidária. O seu discurso é irrepreensível. V. Ex<sup>a</sup> brincava comigo ainda há pouco, perguntando se eu gostaria de falar no seu lugar. Teria sido um crime, sinceramente. Teria sido um crime absoluto porque seu discurso é imperdível e deve ser, a meu ver, multiplicado, porque traz dados. Eu, aqui, quedei-me mais do que atento, quedei-me aluno, a anotar os números e a sensibilidade com que V. Ex<sup>a</sup> transmitiu o assunto; com a lucidez que faz com que o Brasil o admire sobremaneira. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup> pela oportunidade.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Exª faria um discurso bem melhor do que o meu. Tenho certeza absoluta disso.

Mas, embora a dimensão de tais catástrofes, continuo otimista. Acho inclusive que as discussões sobre o relatório da ONU, o da catástrofe anunciada, podem estender-se no sentido da busca de soluções para o problema da fome, o da catástrofe presenciada. Quem sabe os zeros à direita dos números das Nações Unidas, tamanhos que são, possam ter influência sobre os zeros à esquerda dos grandes formuladores de política. Do caos, a luz!

O fato de a humanidade se colocar diante de um cenário que, potencialmente, pode atingir todos, indistintamente, como protagonistas do tal filme de Spielberg sobre o futuro do planeta, também pode focar luzes e câmaras sobre os figurantes da história presente: os famintos e os miseráveis, em escala mundial. As cenas do aquecimento global ainda podem se transformar numa ficção. As da fome mundial, não! Elas já são, indiscutivelmente, um triste documentário.

Quem sabe possam emergir daí novos paradigmas e padrões de comportamento humano; resgatar o verdadeiro sentido de humanidade, enquanto natureza humana, que incorpore valores outros que não a ganância e a sede de poder, mas a fraternidade, a compaixão e a solidariedade.

Não haverá humanidade, no seu verdadeiro sentido, enquanto a morte pela fome continuar seguindo o ritual dos ponteiros dos segundos. Quem sabe também possamos descobrir que ainda é possível uma revolução nos nossos sonhos de futuro.

É o que penso, Sr. Presidente. E se V. Exª me permite, neste final, abordarei um problema que me parece da maior urgência. A *Veja* traz hoje uma matéria chamando a atenção de todos nós.

Quero alertar o Plenário e o Brasil sobre a grave notícia publicada nesse fim de semana, em vários meios de comunicação e, em especial, na revista *Veja*. Segundo a notícia, na próxima quinta-feira, o Supremo Tribunal Federal deve decidir, em definitivo, sobre a questão da responsabilidade de autoridades nos crimes de improbidade administrativa.

Lembro que a Lei dos Crimes de Improbidade Administrativa, que tive a honra de relatar no Senado, tinha por principal objetivo

justamente a responsabilização dos agentes públicos, todos eles: os políticos, os comissionados, os concursados, enfim todos que malversaram e dilapidaram o patrimônio público.

Deve decidir o Supremo Tribunal Federal, por maioria, dar completa anistia a esses agentes políticos suspeitos e indiciados. Considero isso uma humilhação!

Francamente, não entendo, mas vou buscar, por todos os meios, pesquisar a legislação, que considero inequívoca nessa responsabilização dos agentes públicos, para corrigir essa aberração de entendimento jurídico.

Espero a reflexão maior da Câmara Suprema do nosso Judiciário. Sua decisão pode significar uma ruptura já no pífio combate à corrupção.

Fala-se que, nesta quinta-feira, retomar-se-á o julgamento do recurso destinado a garantir a “agentes políticos”, como Ministros de Estado, foro privilegiado quando processados por improbidade administrativa, mesmo que já tenham deixado o cargo. O desfecho do caso terá impacto direto no combate à corrupção, segundo Procuradores da República e Magistrados. Representantes dos dois grupos alegam que haverá “grave retrocesso” no País se a chamada prerrogativa de foro for ampliada.

Prenunciam um “efeito nefasto” de eventual vitória dos agentes políticos: o arquivamento de cerca de 10 mil inquéritos e ações contra autoridades públicas acusadas de improbidade administrativa. É o caso da denúncia apresentada pelo Ministério Público de São Paulo contra Antonio Palocci, primeiro Ministro da Fazenda do Presidente Luiz Inácio da Silva, Lula, acusado de má gestão pública quando era Prefeito em Ribeirão Preto, ou das condenações em primeira instância de Ministros do Governo de Fernando Henrique Cardoso, como Pedro Malan e Ronaldo Sardenberg.

O processo se arrasta desde 2002 no Supremo Tribunal Federal, que, aliás, fica com os processos na gaveta e não faz nada. Agora, em vez disso, quer lançá-los no seu arquivo.

Desde 2002, no Supremo Tribunal Federal, arrastam-se os processos. Está sob análise uma reclamação proposta pela Advocacia-Geral da União, a fim de derrubar a condenação de Sardenberg, com

base na Lei de Improbidade Administrativa, por ter viajado a Fernando de Noronha, a passeio, em avião da Força Aérea Brasileira. Sete dos 11 Ministros já votaram, sendo seis votos a favor.

“A conseqüência será catastrófica, com o completo esvaziamento do instituto da ação de improbidade” – diz o presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, Nicolao Dino. “Reduz-se a quase nada a efetividade de uma via constitucional destinada a proteger o patrimônio público e combater a corrupção.”

O resultado do julgamento não encerrará a disputa. Procuradores e Magistrados têm esperança de que, se derrotados, o Supremo modifique o entendimento ao ser provocado em novos casos semelhantes ao de Sardenberg. Lembram que no processo em questão estão computados votos de três Ministros já aposentados.

“No Brasil, às vezes, parece que a República dá marcha à ré”, declara o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, Rodrigo Collaço, sobre a iminente derrota.

Ora, Sr. Presidente, eu não consigo entender. Eu já tenho ocupado esta tribuna, dizendo que tínhamos que esclarecer quando o Presidente Lula dizia que o Congresso, Câmara e Senado, guardam na gaveta e não levam adiante processos contra Deputados e Senadores. Eu dizia que isso era coisa do passado. No passado, acontecia isso. Realmente, para se processar um Parlamentar era preciso ter a licença da Câmara ou do Senado, que não davam a licença. Não concordavam. Se o fizessem, abririam uma porta, os outros viriam atrás e não votariam contra, porque tinham medo da população. Então, deixavam na gaveta.

Um projeto de minha autoria, com várias modificações, foi aprovado. Então, o Procurador-Geral da República não manda mais, nem para a Câmara, nem para o Senado, o pedido para autorizar para Deputado ou Senador. Ele entra e vai direto para o Supremo. O que está acontecendo? Fica na gaveta do Supremo. Está lá na gaveta do Supremo. Não existe um caso que foi adiante. E, agora, o que querem no Supremo? Tirar da gaveta e arquivar. São 10 mil processos que serão arquivados. Então, não se vai dizer mais que estão na gaveta do Supremo. Não, o Supremo não arquiva, quer di-

zer, não deixa na gaveta, os projetos não estão parados, mas estão arquivados em definitivo.

Olha, será talvez o caso mais escandaloso que conheço, o caso mais absurdo que conheço. Faço um apelo dramático ao Supremo Tribunal Federal para que até quinta-feira reveja essa posição, reaja, nem que coloque de volta na gaveta para pensar o que vai fazer. Vamos devolver os projetos para a gaveta, vamos analisar, vamos interpretar, mas decidir como querem, sinceramente, é algo que nem o Congresso Nacional, que tem tido tantos casos, que tem tantas acusações de irregularidades, de coisas fora do normal, teve coragem de fazer.

Muito obrigado pela tolerância de V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente.

## Concessão de foro privilegiado para autoridades

(Pronunciamento em 28 de fevereiro)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, pode parecer estranho eu voltar a esta tribuna, mas creio que tenho a obrigação de fazê-lo em nome desta Casa. Peço novamente atenção aos meus irmãos. O problema é da maior gravidade, da maior urgência, e as providências devem ser imediatas.

Na segunda-feira, alertei este Plenário sobre a inacreditável notícia, publicada nesta semana em vários jornais e em meios de comunicação, como a revista *Veja*, o *Jornal do Brasil* e o *Estadão*, de que amanhã, quinta-feira, o Supremo Tribunal Federal decidirá, em definitivo, sobre a questão do devido foro e responsabilização de autoridades em crime contra os princípios constitucionais que regem a administração pública.

Tive a honra de ser o Relator da Lei nº 8.429/92, Lei de Improbidade Administrativa, e de ver o meu parecer aprovado por unanimidade. Essa lei foi concebida depois de intensos e extensos debates com toda a sociedade.

Depois de longo debate, o Congresso Nacional dotou o País de uma legislação objetiva rigorosa, fundamentalmente prática. O seu principal objetivo era a responsabilização de todos os agentes públicos de qualquer natureza que atentassem contra a Administração e principalmente contra o Erário.

Faço questão de citar e referir-me ao Supremo Tribunal Federal, pelo qual tenho o maior respeito e admiração. Tive a honra de votar em todos os membros atuais daquela Suprema Corte. Conheço suas

biografias e suas histórias, a dignidade que compõe as suas vidas públicas.

Faço questão de citar textualmente os artigos importantes desta lei.

Art. 1º Os atos de improbidade praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra a administração direta e indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, do território de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o Erário haja concorrido ou concorra com mais de 50% do patrimônio ou da receita anual serão punidos na forma desta lei.

Enumera todas as pessoas inclusas e todas a que se refere.

Parágrafo único. Estão também sujeitos à penalidade desta lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo fiscal ou creditício de órgão público, bem como daqueles para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com menos de 50% do patrimônio da receita anual, limitando-se nesses casos a sanção patrimonial à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.

Art. 2º Reputa-se agente público, para os efeitos desta lei, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura, ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior.

Art. 3º As disposições desta lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.

Com esse instrumental jurídico, o Ministério Público teve como agir. E agiu com bastante seriedade, com bastante seriedade, com bastante celeridade na fiscalização da lisura dos atos, contratos e agentes públicos. Milhares de processos foram instaurados por condutas enquadradas no espectro da lei.

Entretanto, por um entendimento que considero inacreditável, os Ministros do Supremo estão em véspera de querer se manifestar pela não aplicabilidade da Lei de Improbidade Administrativa aos agentes públicos e, em especial, a ex-ministros de Estado.

Nesse sentido, é bom lembrar uma decisão do Supremo Tribunal Federal sobre uma reclamação de 2002 proposta pela União em favor de um ex-Ministro. É curioso que um dos ministros votantes favoravelmente à reclamação foi colega contemporâneo do reclamando; mais curioso, também teve processo promovido contra ele próprio pelo Ministério Público. No mínimo, uma postura, uma declaração de impedimento, nesse caso, envolvendo essas autoridades, poderia ser manifestada.

Apelos de diversos segmentos da sociedade que lutam pelo fim da impunidade, pelo efetivo combate à corrupção, estão sendo feitos: magistrados, corporações, organizações sociais e religiosas, partidos políticos, imprensa alertam a Corte Suprema sobre os danos que tal decisão vem acarretar. Na prática, teremos uma ampla, geral e – pior – restrita anistia, anistia a possíveis criminosos. Em um efeito cascata para autoridades na sucessiva hierarquia da Federação, projetam-se um perdão e um esquecimento de mais de 10 mil ações.

Eu volto a dizer que considero a lei da improbidade inequívoca quanto a seus objetos penais em todos os seus aspectos: agentes, promotores, réus, tipologias, apenações, densimetrias e formas. Pode não ser e com certeza não é a melhor das fórmulas; pode e deve ser melhorada.

Juridicamente tenho aqui como anexo uma quantidade expressiva de entendimentos, teses e pareceres que chegaram a meu gabinete das mais variadas entidades. Seria exaustivo lê-los desta tribuna, mas nada impede que se faça uma pausa nessa discussão no Supremo e possamos, nós Parlamentares, ministros, procuradores, juristas e outros representantes da sociedade, debater e analisar

essa questão antes que aconteça, volto a insistir, uma catástrofe para a probidade e a moralidade pública.

Repito: não entendo essa interpretação de membros do Supremo; não entendo esse desserviço ao combate à impunidade, mas respeito as decisões dos outros Poderes e, como senador, vou perseguir incansavelmente o aprimoramento da norma para que isso não possa mais ocorrer, mas mantenho a esperança de que haja uma reflexão maior do Supremo Tribunal Federal. Sua decisão pode significar uma ruptura no já pífio combate à corrupção. O resultado do julgamento não encerrará a disputa. Procuradores e magistrados têm esperança de que, se derrotados, o Supremo modifique o entendimento ao ser provocado em novos casos semelhantes aos dos ministros que estão sendo acusados.

Espero, Sr. Presidente, e apelo ao Supremo para que amanhã não tome essa decisão; que continuem na gaveta os processos. Estão há tanto tempo na gaveta, que fiquem mais algum tempo. Agora, determinar que 10 mil processos sejam arquivados – uma anistia – é algo que não dá para entender. Não dá para compreender. A sociedade, todos dizem que o ano passado foi o ano mais cruel do nosso País em termos de corrupção, de seriedade, de austeridade, de falta de ideal. Imagina-se que este ano será um ano diferente; o Lula será diferente; o Brasil será diferente; o Congresso será diferente, mas o primeiro ato foi o Supremo Tribunal Federal arquivar 10 mil processos em andamento. Eu não acredito, Sr. Presidente. Juro por Deus que não acredito.

Por isso, faço daqui o derradeiro apelo. A votação é amanhã, a reunião do Supremo está marcada para amanhã. Que Deus tenha piedade de nós. Que Deus proteja os nossos ministros do Supremo, para que eles tenham a inspiração divina de buscar o bem do nosso País e de ficarem de bem com as suas consciências.

Muito obrigado. Sr. Presidente.

## Preocupação com a violência no País

*(Pronunciamento em 2 de março)*

Senhor Presidente, prezado irmão, Senador Mão Santa, senhoras e senhores, fico imaginando uma cena possível de um cidadão iraquiano em Bagdá, ou em Kirkuk, ou em Mosul, ou em Tikrit, depois de um dia de trabalho árduo, sentado na poltrona da sua sala, ávido por se inteirar sobre as notícias do mundo. Aí um jornalista correspondente do Brasil, ao vivo – se é isso ainda possível – notícia sobre o lançamento, na última terça-feira, do mapa da violência nos municípios brasileiros.

A cena poderia ter como pano de fundo uma jovem, corpo estendido, uma criança ferida de morte no colo da mãe em um ônibus qualquer que saía da alegria do carnaval e voltava para a realidade nua e crua da favela, o tal jornalista lê informações dos primeiros parágrafos do estudo elaborado pela organização dos Estados ibero-americanos para educação, ciência e cultura.

“O número total de homicídios no Brasil, em um ano, foi de 48.374.” Repito: 48.374 homicídios em um ano. “Em 2003, foram mortas 51.043 pessoas. Em dez anos, quase 450.000”. Volto a dizer: o número de homicídios no Brasil, em dez anos, é de 450 mil pessoas.

Aí o iraquiano, de boca aberta, sofrerá uma enorme “pane” geográfica: “Afinal, onde é a guerra? Sob a minha janela, a partir da qual posso ver, estarecido, dezenas de mísseis iluminarem os céus, lançados pelos bárbaros de hoje, ou na minha própria sala, onde a televisão é, na verdade, uma janela dos tempos modernos que me mostra um mundo igualmente selvagem?”

Na guerra atual do Iraque, quando o mundo viu, através de suas janelas de última geração, em tempo real, toneladas de bombas sobre cabeças inocentes, morreram no primeiro ataque da versão repetida e empilhada da “Tempestade no deserto”, 13 mil pessoas. No ano passado, os mortos civis somaram cerca de 34,5 mil pessoas.

Portanto, esse número, em um ano, na guerra declarada do Iraque, é muito menor do que o da guerra não-declarada no Brasil. A matança brasileira, em 10 anos, equivaleria, mantida a média anual, a 13 anos de guerra no Iraque, com toda a força destruidora do arsenal norte-americano e de igual bestialidade dos incríveis homens-bomba.

Outros conflitos, do mesmo modo violentos, servem como referência para a nossa cruel realidade. Na guerra de Angola, morreram 13 mil pessoas por ano. Na luta pela independência do Timor-Leste, aproximadamente quatro mil. Em quase quatro décadas, 40 anos de luta na guerra civil da Colômbia, conduzida pelo narcotráfico, cerca de 30 mil mortos.

Morrem por ano assassinados 50 mil brasileiros. É como se, a cada dois anos, fosse suprimida do mapa do Brasil uma cidade como Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul, ou como se, a cada 10 anos, desaparecesse uma cidade como Niterói, no Rio de Janeiro – sem contar as mortes por todos os outros tipos de violência. Nem os inúmeros feridos, que igualmente têm os seus sonhos de vida abortados pela bestialidade desumana. Pior: são os sonhos de vida ainda debutante, porque a violência ataca principalmente os mais jovens. É como se estivéssemos dizimando, na verdade, o futuro do País.

Os homicídios preferem a chamada faixa jovem. Meninos ainda no florescer dos 15 anos engrossam a estatística macabra dessa violência de último grau. Em uma década, as mortes nessa faixa de idade tiveram um aumento de 63%.

Lembro-me então da Gabriela, uma linda menina, mãos entrelaçadas para simbolizar o pombo da paz. Uma bala perdida roubou-lhe os sonhos de uma alegre festa de debutante.

Lembro-me também da Luciana, ferida no pátio de uma universidade junto com os seus desejos juvenis de salvar vidas como enfermeira.

Como esquecer Priscila, 13 anos, a “princesa do bairro”? “Mãe, eu levei um tiro. Me ajuda, mãe.” Triste coincidência, lamentável contradição como a de Luciana – ela queria ser enfermeira –, uma bala perdida pode abortar os sonhos e os desejos de salvar tantas outras vidas, quem sabe, vítimas também de semelhantes tragédias. Espero, em Deus, que não!

Lembro-me, enfim, de tantos outros sonhos e desejos interrompidos pela barbárie.

Fico imaginando o que leva o ser chamado humano a tamanha bestialidade. O que leva alguém em sã consciência, se é que se pode chamar dessa forma, a ceifar a vida de outros. Que sentimentos movem os dedos de quem puxa um gatilho ou de quem incendeia um rastilho? Que sonhos povoam as noites de quem manda impulsionar um míssil? Que sabor tem o gosto de ferro da boca de quem destrói o mais belo sonho da vida?

De repente, submeto-me à realidade: estamos todos envolvidos numa grande guerra mundial! Não importa se é a terceira ou se é a primeira, em novos e igualmente cruéis moldes de existir. Quantos serão, neste mundo de Deus, os que simplesmente não morrem, mas são mortos? Milhões, bilhões, mortos pela bala, pelo míssil, pela fome, pela miséria, pelo desdém, pelo poder, pela ganância, que diferença faz?

Não seria maior a esperança natural de vida de quem não fosse atingido por uma mesma bala, por esse mesmo míssil, por essa mesma ganância ou, o contrário, de quem fosse atingido, aí sim, pelo alimento que sacia, pelo remédio que cura, pelo saber que ilumina ou pelo efeito que enleva?

Não seria, portanto, uma espécie de cumplicidade, cumplicidade homicida, atitude ou omissão daquele que, mesmo sabendo que semelhantes, muitas vezes muito próximos, morrem de fome e mesmo assim jogam excessos de comida no lixo por mera luxúria ou opulência ou daquele que, sabedor dos sofrimentos ou das mortes nas filas de hospitais ou na escuridão do analfabetismo, roubam o dinheiro público em nome da ganância?

Seria omissão uma arma que fere de morte?

Não haveria então uma correlação perversa entre o omissivo ou o corrupto e o que puxa o gatilho e o que manda detonar o míssil? Não estariam todos eles causando ou deixando causar igualmente dor, sofrimento e morte? Essa guerra mundial a que me refiro é, portanto, um conflito de valores.

Lembro-me, por exemplo, de uma pesquisa realizada numa cidade de grande porte, cujo resultado dava conta de que, se juntados todos os restos de comida de boa qualidade jogados no lixo, eles seriam suficientes para saciar todos os famintos da cidade e, ainda assim, sobraria alimento para outros miseráveis de outros locais. Quanto somará esse desperdício em escala mundial?

Imagine-se, também, quantas mortes prematuras poderiam ser evitadas com todo o dinheiro que escoia pelo ralo da corrupção. Some-se a tudo isso o que se gasta com as tais armas, sejam elas de gatilho ou de rastilho.

No último dia 13 de fevereiro, tomei a iniciativa de escrever uma carta aberta à Rosa Cristina, mãe do menino João Hélio, covardemente assassinado no Rio de Janeiro. Esse crime lamentável se somou a todas as estatísticas de violência local, nacional e mundial. Ele será, com certeza, assunto de teses e de livros, rios de tintas, casos especiais de televisão e picos de audiência. Mas, como eu disse na mesma carta, repetindo as palavras dos pais, ele não pode ser mais apenas um número, até porque a ele se somou, logo em seguida, o da menina Joilma, nos braços da mãe, no caminho do carnaval à favela. Ou de tantos outros colos, de tantas outras mães, de tantos outros Joãos Hélios, de tantas outras Joilmas, ou, ainda, de tantos outros Mohameds, aqui, sob a nossa janela, ou na janela da cidade iraquiana, a real e a virtual, ou ainda através de todas as janelas do mundo.

O mapa da violência no Brasil mostra uma evidente interiorização. É muito sério, Sr. Presidente! É muito sério, Srs. Senadores! Volto a repetir: o mapa da violência no Brasil mostra uma evidente interiorização dos crimes, principalmente os homicídios. Cidadezinhas antes pacatas, até bucólicas, hoje incorporam medos antes exclusivos das grandes metrópoles. Lugarejos antes conhecidos apenas nos registros censitários povoam agora as páginas policiais.

Diria eu, entretanto, que não há apenas a interiorização da violência; há na verdade uma globalização da barbárie. Por isso, a carta aberta para Rosa Cristina é uma mensagem a todas as mães que sofrem algum tipo de violência. Uma mãe universal em todos os sentidos da palavra. Mãe, quem não é, a tem. Como colo, ou na mais bela lembrança.

Para mim, deveria haver uma espécie de decreto universal, quem sabe uma resolução da ONU, segundo a qual a palavra “mãe”, em todas as línguas, em todos os dialetos, deveria ser escrita obrigatoriamente com letra maiúscula. Mãe é nome próprio!

É por isso que as manifestações de Rosa Cristina me tocaram a alma. Ali estavam, na voz, nas lágrimas e na atitude, todas as mães do mundo que sofreram a barbaridade da morte violenta de um filho. Uma espécie de Maria dos nossos tempos. Iguais, no Calvário.

Mas eu não imaginava que a tal carta alcançasse tamanha repercussão. Das igrejas, das escolas, das famílias. Pastores de todas as religiões, professores de todas as disciplinas, pais, mães e filhos de todos os cantos e recantos do País. Juizes, médicos, advogados, jornalistas, operários, cidadãos do povo. Dezenas, centenas de manifestações. Correntes de oração e de discussão.

Mas o que é relevante não é apenas a quantidade de mensagens. É que eu não imaginava também o tamanho da indignação popular. Mais do que indignação, talvez um brado retumbante contra a barbárie, um alistamento civil nesse conflito de valores em escala mundial.

A população demonstrou por essas mensagens desejar o resgate do tripé que outrora fundamentava os valores mais nobres: a igreja, a escola, a família. Esse tripé, que por definição e por ideal se une pelo laço comum da paz, precisa agora se transformar em três trincheiras.

As igrejas, as escolas e as famílias devem ser conclamadas, portanto, para discutir ações transformadoras de valores. Que sejam debatidas, em todos os templos, em todas as salas de aula e em todos os lares, as principais razões que levam à barbárie humana, e que se encontrem medidas no sentido de que o mapa da violência em escala mundial seja absolutamente redesenhado.

Entre as tantas mensagens que recebi, Letícia Villar Dornelles Freitas, de Alegrete, termina assim suas reflexões: “Que algo seja feito. Não queremos mais mártires neste mundo tão violento, tão desumano, mas ações de harmonia, fraternidade e paz! Parece tão repetitivo isso, mas é o que está faltando. Que o João Hélio nos traga (de volta) um novo tripé de valores abandonados!”

Que assim seja, Letícia!

*O Sr. Mão Santa* (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Concedo um aparte a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mão Santa.

*O Sr. Mão Santa* (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, V. Ex<sup>a</sup> falando aí, e eu transportei dos céus a figura de minha mãe, terceira franciscana como V. Ex<sup>a</sup>. No seu colo, aprendi a mensagem que V. Ex<sup>a</sup> traz: paz e bem. Mas o que eu queria dizer, Efraim Morais – Efraim também faz grandes discursos, com páginas amarelas, azuis, brancas e verdes, das cores da nossa bandeira –, é que ouço, sempre que posso, aquelas gravações que o Senado publicou: “Grandes Momentos do Parlamento Brasileiro”. V. Ex<sup>a</sup> está até lá com um discurso para Ulysses; está lá o Padre Godinho, com o discurso para Kennedy; Afonso Arinos; Getúlio – será mentira o órfão, a viúva que levou Getúlio ao suicídio? –; Mário Covas, defendendo aquele jornalista Márcio Moreira Alves; Carlos Lacerda; nenhum excede o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>. O que eu estava a pensar é o seguinte: Senador Efraim Morais, V. Ex<sup>a</sup> é 1<sup>o</sup> Secretário e um homem de ação. Quis Deus que estivesse aqui Agaciel, que é também homem de literatura e letras. Vamos pegar este discurso. Primeiro, ó Presidente Lula da Silva, esta é a contribuição do PMDB, o PMDB de vergonha, o PMDB de verdade, de Ulysses, de Teotônio, de Juscelino, para que seja levada em cadeia nacional de televisão essa violência. É a continuação de Cícero. Há pouco eu dizia: Senador Pedro Simon, pegue a sua lquete, sente-se numa poltrona, com pipoca e guaraná, e assista ao filme “O Império”. São três horas e 10 minutos da história romana. No meio das guer-

ras e das trovoadas, todos vão recorrer à sabedoria de Cícero. V. Ex<sup>a</sup> é nosso Cícero! Atentai bem! Nós fomos ao México. Efraim, talvez isso tenha passado despercebido porque você ficou embevecido, tirando retrato com a encantadora esposa Ângela. Mas havia lá uma frase do General Oregon: Prefiro os meus adversários que me dizem a verdade aos amigos que me atraíam com bajulação. Está aí a verdade. Presidente Lula, divulgue isso, essa mensagem, para que todas as brasileiras, mães, pais, todos tenham conhecimento. Este País tornou-se grande porque Rui Barbosa fez aquele seu último discurso à juventude, intitulado "Oração aos Moços". Essa não é uma oração aos moços, mas a todos, ao pai, à mãe, à criança. É a esperança. Nem tudo está perdido. Agaciel – foi Deus quem o colocou aí, porque o senhor é um homem de bem, de ação –, pegue, publique e faça chegar a todos os brasileiros essa mensagem contra a violência, que repete o que Cícero disse no plenário romano, na guerra: *pares cum paribus facillime congregantur*. Violência atrai violência. Aqui é o amor. O amor gaúcho por este País, que quer para o nosso Brasil aquilo que Francisco adotou como sua bandeira: "Paz e Bem". É o que V. Ex<sup>a</sup> traduz, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço muito a V. Ex<sup>a</sup>.

Senador Mão Santa, V. Ex<sup>a</sup> fez referência à sua mãe, que era da Ordem Terceira de São Francisco, como eu. Na verdade, Francisco, independentemente de ser um santo cristão, foi considerado a personalidade número um do segundo milênio. Em várias enquetes feitas no mundo inteiro, do ano 1000 ao ano 2000, a pessoa mais ilustre, mais importante, de maiores valores prestados ao mundo foi São Francisco, assim considerado pelas idéias revolucionárias, pelos princípios do social, da moral e da dignidade.

Na verdade, creio que alguma coisa tem de ser feita fora daquilo que estamos fazendo.

Senador, V. Ex<sup>a</sup> não estava aqui. Eu era Líder do Governo do Itamar Franco e, durante dois anos, criamos uma subcomissão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da qual fui presidente. Creio que foi a única vez na vida que isso aconteceu. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Presidente da Câmara dos Deputados,

Presidente do Senado, Ministro da Justiça, Presidente do Tribunal de Contas, Procurador-Geral da República, nós nos reuníamos no gabinete do Presidente do Supremo Tribunal Federal para estudar uma fórmula para discutirmos a questão da violência e da corrupção. Reuniões, debates, análises, profunda preocupação. Mas parece que não adianta.

Parece que estamos numa Torre de Babel, todo mundo quer, mas nada se faz. O Presidente Antonio Carlos Magalhães, numa atitude elogiável, numa proposta feita, quando todos queriam fazer uma lei imediata, aprovar, já na quinta-feira passada, uma lei que regulamentasse essa questão da maioria, concordou. E foi criada uma supercomissão para, durante o prazo de 30, mais 15 dias, estudar uma proposta.

Mas eu me desiludo de qualquer tipo de proposta num Brasil em que a impunidade é a regra, o desrespeito às leis é a rotina, e a irresponsabilidade é o dia-a-dia.

Como dizia V. Ex<sup>a</sup>, antes de começarmos, ali, com o Senador Paulo Paim, uma grande caminhada de conscientização nas cidades para o fim da violência, de conscientização da sociedade no sentido de modificarmos a maneira de ser, é algo que precisa ser feito.

Sr. Presidente, é claro que eu jamais teria uma chance de chegar à Presidência da República, porque não tenho condições, não tenho capacidade, não tenho nada. Mas afirmo aqui que, se eu chegasse lá, a minha primeira decisão seria chamar os meios de comunicação, a televisão, e dizer: os senhores estão convocados para uma cruzada nacional a favor do Brasil; não estamos requisitando as televisões, não estamos querendo impor – Deus nos livre! Seria uma desgraça! –, mas vocês estarão conosco para uma cruzada de conscientização do povo brasileiro.

O que adianta assistirmos ao Rebanhão, com três dias pregando a paz, o amor, todas as igrejas de todos os recantos – aqui, em Brasília, havia milhares de pessoas –, se, dois dias depois, vemos no Jornal Nacional guerra, morte, matou, degolou, enforcou e não sei mais o quê? É um chamado à desnaturalidade. Isso tem de ser feito. Temos de conscientizar o nosso povo. Por que a violência está indo para o interior, para as cidadezinhas que eram de natureza, de

paz, amor, tranqüilidade, fraternidade? Quando chegávamos a uma cidadezinha do interior era uma maravilha: dormia-se com as portas abertas, não havia chave, era um ambiente de festa, alegria, paz. Hoje, há mais violência lá do que aqui.

O crime foi para o interior. Quem levou isso para lá? Desculpe-me: a televisão. As novelas de televisão, o noticiário da televisão, a formação que a televisão apresenta mudaram os conceitos da sociedade.

Já falei aqui: vamos convocar, semana que vem, o ilustre autor de novelas da Rede Globo, da novela *Belíssima*, para ele vir explicar aqui a entrevista que ele deu nas "Páginas Amarelas" da *Veja*, em que ele mostra isso. Ele mostra o resultado das pesquisas da Globo, apontando que as respostas das pesquisas feitas, até 15 anos atrás, sobre uma novela que eles faziam, sobre como deveria ficar, qual deveria ser o fim, eram: "No fim, a mocinha tem de ficar com o mocinho; no fim, o ladrão tem de ir para a cadeia". Atualmente, no último capítulo, como deve ser o fim? "Não, o fim está certo". Mas a mulher era casada com ele; ele era um bom cara e viviam bem. "Não, mas ele era um gagá, um chato, um sem-graça. Fez bem o cara que lutou e tirou a mulher do marido. Ele fez bem em ter ficado com ela". E o fulano que virou milionário, assim? "Está certo, aproveitou a vida, teve chance e pegou". Isso está sendo vendido e está sendo aceito. É uma conceituação nova de uma sociedade que, até ontem, não passava por isso.

Então, de que adianta o pastor, ou o padre, ou o sacerdote, ou a mãe dar uma orientação na vida, se, na novela, a orientação real é completamente diferente? Alguma coisa deve ser feita.

E, por outro lado, há a impunidade. Falando em impunidade, tenho a obrigação, desta tribuna, de levar meu voto de louvor ao Supremo Tribunal Federal.

O Supremo Tribunal teve a competência, a capacidade, a visão de não votar ontem o que parecia que já estava votado e de liberar dez mil processos, que seriam arquivados, de pessoas que teriam cometido delitos contra o Estado e que, pura e simplesmente, saíram da gaveta onde estão. É grave que estejam na gaveta, mas saíram da gaveta e seriam arquivados.

Ontem o Supremo decidiu reestudar, e foi um dia de festa, em vez de ser um dia de luto. Essa foi uma decisão importante, porque não há dúvida de que a grande causa de tudo isso é a impunidade. É que sabemos que nada acontece. Roubar, nada acontece! Bater carteira, nada acontece!

Vejam os senhores que hoje no Rio de Janeiro a luta não é mais das gangues da droga e das armas contra a Polícia; a luta é das gangues das armas e das drogas contra os que saíram da polícia e que criaram um setor, também clandestino, para chegar à favela e dizer: você me dá tanto e eu o protejo contra o bandido. Ou seja, é um bandido que chega lá e diz: você me dá tanto e eu o protejo contra o outro bandido. Essa é a realidade em que vivem as favelas do Rio de Janeiro.

Os autores da fiscalização se transformam nos autores da violência.

Sr. Presidente, não sei o que, mas alguma coisa poderia ser feita. O Presidente da República diz que vai reunir os Governadores para apresentar uma proposta que vai enviar a esta Casa. Não sei quem estudou esta proposta; não sei onde ela foi feita. Se há um lugar onde as propostas deveriam ser estudadas, esse lugar é o Congresso Nacional. O Congresso convocar, fazer um seminário e convocar o Brasil inteiro, tudo bem, mas, agora, o Congresso dar como coisa acabada e enviar para esta Casa sei lá o quê... Não acredito que é por aí que a questão será resolvida. Mas alguma coisa temos de fazer.

Repito, pela milésima vez, que me sinto, nesta Casa, como se estivesse na torre de Babel. Falo e sinto que as pessoas não me entendem. As pessoas falam e sinto que não entendo. Parece que cada um fala uma língua, diz o que pensa. Todo mundo é dono da verdade, quer acertar, mas fica tudo igual.

Hoje começa meu vigésimo quinto ano nesta Casa e é a mesma coisa. Todos quiseram acertar, todos lutaram para que as coisas ficassem melhor, e as coisas nunca deixaram de piorar, Sr. Presidente. Alguma coisa deve ser feita, porque como está não acredito que resolva.

Muito obrigado.

## O papel da mulher no mundo atual

*(Pronunciamento em 8 de março)*

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, neste Dia Internacional da Mulher, 8 de março, eu não poderia deixar de fazer algumas reflexões sobre a questão feminina na atualidade.

Quando nos debruçamos sobre esse tema, somos levados, inevitavelmente, a duas conclusões aparentemente contraditórias. De um lado, constatamos que o avanço da mulher em todos os campos da atividade humana, nas últimas décadas, foi marcante. De outro lado, sabemos que há, ainda, um longo caminho a ser trilhado para que, efetivamente, se estabeleça, em nível mundial, uma situação de equiparação com os homens, em termos de seu devido valor, nos mais diversos campos da atividade humana.

Inicialmente, quero falar desse avanço. Há cerca de meio século, a grande maioria das mulheres estava afastada do mercado de trabalho. Quase todas labutavam apenas em casa, em jornadas intermináveis, porque, no geral, tinham – a época exigia isso – muitos filhos. Raras eram aquelas que executavam algum serviço fora do lar. Quando isso ocorria, e só acontecia em umas poucas áreas, quase sempre era um emprego na área da educação.

Pode-se dizer, sem medo de errar, que, hoje em dia, a maioria das mulheres do mundo exerce alguma atividade remunerada fora de casa. Igualmente, pode-se afirmar que não há, mais, praticamente nenhuma área da atividade humana que seja vedada à mulher.

Eu diria mais: as mulheres não avançaram apenas em número no mercado de trabalho. Rapidamente, elas se inseriram em todas as atividades e logo alcançaram posição de destaque. Dou apenas um

exemplo dos muitos que me vêm à mente. Nos últimos concursos para preenchimento de cargos de juizes ou de promotores e procuradores é cada vez maior o número de mulheres aprovadas, com mérito. Ocupam elas, hoje, metade das vagas ou, em muitos casos, mais. O interessante é que se trata de carreiras altamente disputadas, em função dos elevados salários que oferecem.

Recentemente, tivemos uma primeira mulher alçada ao Supremo Tribunal Federal, a brilhante jurista Ellen Gracie Northfleet, que hoje preside aquela casa. Há menos de um ano juntou-se a ela a ministra Carmem Lúcia Antunes Rocha. Imagino que, em breve, as mulheres serão a maioria na Justiça brasileira.

Também na vida política, elas também já ocupam um espaço respeitável, que, na minha opinião, deveria ser, ainda, maior. A nossa primeira senadora – Eunice Michiles, do Amazonas – assumiu sua cadeira em janeiro de 1979. Agora, passados, 25 anos, temos dez mulheres exercendo mandatos na Casa Alta. E todas elas, sem exceção, participam, com profundidade de análise e conhecimento, das discussões dos grandes temas nacionais que passam pelos plenários desta Casa.

Apesar de tudo isso, ainda é grande – vastíssimo! – o número de mulheres que estão distantes de um emprego formal. Maior ainda é o número das mulheres que, tendo ingressado no mercado de trabalho, ganham salários inferiores aos dos homens ainda que exerçam a mesma função. É impressionante o número de mulheres que, nos países pobres e por imposições sócio culturais, encontram-se impossibilitadas de exercer uma função remunerada que poderia ajudar a melhorar o padrão de sua família. Imenso também é o número de mulheres que, por não terem acesso à educação, são obrigadas a exercer as funções mais humildes e pior remuneradas das suas comunidades.

Por fim, quero lembrar que as mulheres conquistaram seu espaço no mundo, sem que isso significasse abrir mão do seu papel central, nas atividades familiares. A verdade é que elas duplicaram de importância no âmbito de suas famílias, mas também tiveram um pesado incremento nas suas jornadas. Essa movimentação no mundo moderno acabou levando também o homem a rever seu

papel e seu espaço, no lar e no mundo. O homem se viu forçado a dividir o poder com a esposa, já que ela também se transformou em provedora. Da mesma forma, um grande número de homens divide com a mulher parte da pesada carga de trabalho caseiro que, até algum tempo, recaía unicamente sobre ela.

Hábitos milenares foram mudados em questão de poucas décadas. Estou certo de que, daqui para diante, a equiparação entre homens e mulheres ganhará maior dinâmica. Deverá haver, então, no final desse processo, uma profunda mudança de valores em direção a um mundo melhor.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ao encerrar este breve pronunciamento, quero dirigir algumas palavras de saudação à Ministra Nilcéia Freire que, à frente da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, vem desempenhando um belo trabalho. Médica, ex-reitora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, foi uma das pioneiras na luta que levou ao estabelecimento de cotas para afro-descendentes nas universidades brasileiras. Agora, com três anos no cargo, desfruta de grande apoio entre as entidades ligadas à promoção das mulheres e também na bancada feminina no Congresso Nacional. Em boa parte graça ao trabalho de Nilcéia Freire, a questão da desigualdade de gênero entrou para a agenda nacional.

Há, ainda, muito que refletir e fazer. E o Congresso Nacional não tem se esquivado dessas discussões. É importante registrar, por exemplo, que, recentemente, o Senado aprovou a Lei Maria da Penha, que coíbe a violência doméstica. Esse é hoje um dos maiores problemas enfrentados pelas mulheres.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

## Falecimento de Dom Ivo Lorscheiter

*(Pronunciamento em 19 de março)*

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Parlamentares, antes de abordar propriamente o assunto que me traz a esta tribuna, desejo, primeiro, comunicar aos companheiros do Senado que pretendo usar da palavra na quarta-feira – daqui, com muita gentileza, faço um aviso ao ilustre ex-Presidente Fernando Collor – para fazer a análise minha, pessoal, sobre o brilhante e extraordinário pronunciamento que S. Ex<sup>a</sup> fez desta tribuna. Felicito-o pelo pronunciamento, mas, como integrante do Senado naquela oportunidade, tenho a obrigação de falar sobre o que disse S. Ex<sup>a</sup> e sobre algo de que S. Ex<sup>a</sup> não falou. Creio que será muito importante vermos as duas partes chegarem às conclusões. Reconheço a importância, a seriedade e o espírito público do ilustre ex-Presidente da República, Senador Fernando Collor.

Outro assunto, Sr. Presidente. Estou tentando falar com a Governadora do Rio Grande do Sul, por telefone, para fazer o meu pronunciamento sobre esse assunto muito grave, muito importante, que foi a venda da refinaria Ipiranga, grande empresa do Rio Grande do Sul, que foi vendida para a Petrobras, para a Braskem e para o grupo Ultra, de São Paulo. É um assunto muito delicado, que envolve a economia do Rio Grande do Sul. Após falar com a Governadora, pretendo debatê-lo aqui.

Também digo desta tribuna, Sr. Presidente, antes de entrar no assunto de que vou tratar hoje, que estou na grande expectativa da escolha do futuro Ministro da Agricultura. Venho dizendo há muito tempo que o partido político, antes de indicar alguém para algum

cargo, Presidente da República, Governador, Senador, Deputado, Prefeito, Ministro, tem obrigação de fazer a vistoria da vida pública desse cidadão, de saber quem está indicando, para não acontecerem equívocos como os que têm acontecido.

Eu era Líder do Governo Itamar Franco – há 10 anos – e indicamos para Ministro da Agricultura o Presidente da Associação Rural de Brasília, um homem público com a maior credibilidade, com uma respeitabilidade enorme.

Não ficou três dias como Ministro da Agricultura. O cidadão, em Brasília há 10 anos, estava foragido da Justiça de Goiás, onde tinha assassinado duas pessoas, estava pronunciado e na hora de ir para o júri desapareceu. Estava em lugar incerto e não sabido, na Presidência da Federação da Agricultura aqui de Brasília.

Foi uma coisa ridícula! O Governo tem de fazer isso hoje. E os dados sobre o Ministro da Agricultura foram obtidos pela internet, quase na lista telefônica. Qualquer cidadão que acessa a TV Justiça obtém informação sobre os processos a que alguém está respondendo.

O meu Partido errou! O meu Partido errou, repito. Não podia ter mandado o nome dele. Mas, com todo respeito, mandou o dele e de mais três. E o Presidente Lula errou, porque dos quatro escolheu o que não podia. Quer dizer, se o meu Partido errou, e errou gravemente, porque mandou alguém que não podia, o Presidente Lula errou mais, porque entre quatro cidadãos escolheu o que não devia.

*O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – E os outros podem?*

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Creio que sim, pelo menos não houve nada até agora.

Então, que bom que isso aconteceu antes!

V. Ex<sup>as</sup> se lembram, no Governo do PT também – parece-me que foi Piauí – foi indicado para integrar um setor alguém que era acusado de ser informante da CIA – mentira; era informante da ditadura aqui do Brasil. Ele foi indicado para um cargo da maior importância.

E vem um padre lá do Piauí que tinha sofrido tortura por causa dele, havia sido torturado por causa desse cidadão e o Governo voltou atrás. Quarenta e oito horas depois, o Governo teve a categoria

de voltar atrás. O que não precisava, porque já estava na imprensa. Por isso que digo que dessa vez foi muito bom. Pelo menos ele caiu fora antes do que devia. Meus cumprimentos.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Brasil perdeu no último dia 5, a presença física de Dom Ivo Lorscheiter. Dom Ivo era um daqueles homens de quem até a História vai sentir saudades. Daqueles seres humanos que são imortais pela obra que fica, ao mesmo tempo em que parecem ainda mais imortais pela falta que fazem. Daqueles que não se contentam somente em viver a história, nem tampouco em contá-la. Dom Ivo é daqueles que fazem a história. Do seu tempo, pelo destemor; e do tempo que há de vir, pelos exemplos que deixa.

Eu, às vezes, fico me perguntando por que Deus retira do *front* os seus melhores soldados tão precocemente. Afinal, guerreiros da fé e da esperança como Dom Ivo, em um mundo com tanta barbárie, serão sempre mortes prematuras. É que não importa a idade. Esses guerreiros mantêm constante a garra de recém-convocados.

Será que Deus, na Sua infinita sabedoria, antevê que, na história do Brasil, não haverá mais necessidade de enfrentar outros coturnos? Espero, em Deus, que seja assim! Mas, quando foi necessário alguém gritar contra a opressão, quando a voz do povo foi calada pelas baionetas, o brado de Dom Ivo abriu calabouços, emudeceu opressores, impediu outras mortes prematuras.

Presidiu e foi Secretário-Geral da CNBB por 16 anos em um dos momentos mais cruéis da história brasileira. Não se curvou jamais frente aos donos e aos inquilinos do poder. Olhou nos olhos. Denunciou masmorras. Localizou desaparecidos políticos. Quem não se lembra, por exemplo, do papel de Dom Ivo nos episódios que marcaram a nossa história política e a história da Igreja no Brasil, como o de Lilian Celiberti, seqüestrada pela repressão política, de Dom Pedro Casaldáliga, nos conflitos de terra em São Félix do Araguaia, de Dom Waldir Calheiros, em Volta Redonda, e de Dom Adriano Hipólito, também seqüestrado supostamente por agentes de segurança no Rio de Janeiro?

Todos eles, e muitos outros, receberam a demonstração da coragem de Dom Ivo Lorscheiter, quando seus atos poderiam resultar igualmente nos castigos que o regime impunha.

Quem sabe esteja, entre esses castigos, embora velado, o fato de Dom Ivo Lorscheiter jamais ter galgado os principais degraus da hierarquia da Igreja? Nunca chegou ao colégio de cardeais, embora reunisse todos os requisitos para tanto e assistisse a diversos de seus pares receberem a promoção que, como ele, tinham direito. É que Dom Ivo também não se curvou às imposições da hierarquia da própria Igreja que fossem contrárias à sua convicção de aproximar o clero do povo e, conseqüentemente, o povo de Deus. Foi um dos pilares da construção da Teologia da Libertação e das comunidades eclesiais de base, que não significavam apenas um novo olhar da Igreja sobre os seus fiéis, mas a sustentação de um movimento que culminou na redemocratização do País. É que ele não aproximou apenas a Igreja do Estado. Ele chamou o povo para participar da Igreja e do Estado. Repito, Dom Ivo não apenas aproximou a Igreja e o Estado. Dom Ivo chamou o povo para participar da Igreja e do Estado. Dom Ivo Lorscheiter era um soldado da paz. Sua arma? A justiça, a “virtude de dar a cada um aquilo que é seu”. Com essa mesma arma, que é de vida e não de morte, enfrentou generais olho no olho. Falou em nome de quem não sabia nem mesmo o nome. Segundo ele, “como ninguém mais podia, os bispos tiveram que falar... Sempre senti que o povo confiava em nossas ações e nunca tive receio... Fui aos lugares que Deus queria que eu fosse”, disse D. Ivo.

Será que Deus, na sua infinita bondade, quis uma Igreja mais perto do povo, e fez de Dom Ivo um soldado na luta contra a desigualdade, a exclusão, a fome e a miséria? Espero, em Deus, que seja assim! Dom Ivo Lorscheiter sempre dizia que todos nós fomos convocados a ir pelo mundo para sermos os grandes protagonistas da esperança. Foi assim quando pregou o ser no lugar do ter. Quando lutou pela melhor distribuição de todos os recursos, onde Deus, bondoso, desenhou um país à semelhança de seu próprio projeto de criação. O maior rio, a maior floresta, os minerais mais estratégicos, o solo mais benfazejo, o clima mais ameno. Mas, apesar de tamanha riqueza natural, um povo sofrido, grande parte miserável e faminto.

Dom Ivo lutou pela reforma agrária, pela criação de empregos, pela melhor distribuição da renda. Criou o Projeto Esperança, onde o cooperativismo é muito mais que uma estratégia de trabalho: é

uma forma de luta solidária. Dom Ivo gostava de repetir um provérbio, que dizia ser africano, portanto de um dos lugares mais pobres do Planeta, segundo o qual “muita gente pequena, em lugares pequenos, fazendo coisas pequenas, mudará a face da Terra”. Repito o pregão de Dom Ivo: “Muita gente pequena, em lugares pequenos, fazendo coisas pequenas, mudará a face da Terra”. Não é à toa que Dom Ivo é chamado, por onde passou nos seus projetos solidários, de “Gigante da Esperança”.

Será que Deus, apesar da sua infinita misericórdia, cansou-se de seu projeto terreno, tamanhas as mazelas causadas pelo homem e decidiu chamar de volta os seus melhores soldados? Espero, em Deus, que não seja assim! Dom Ivo pregava um Deus muito próximo dos homens. Mas a recíproca não tem sido, principalmente nos últimos tempos, verdadeira. O homem se distanciou do projeto divino. Guerras, pela ganância pelo poder e pelo nada. Banalização da vida. Miséria onde grassa a opulência. Dor, opressão, discriminação, torre de Babel. Dom Ivo foi um semeador da concórdia, do diálogo entre diferentes, não importava a convicção política, a raça, a religião ou o credo.

Será que Deus, na sua infinita sapiência, decidiu que esse é o melhor momento para que nós mesmos, mortais, possamos resgatar os valores perdidos nesses tempos de falta de humanidade, de compaixão e de amor ao próximo? Se for assim, ainda espero muito em Deus! É nessas horas que homens, mortais, como Dom Ivo, fazem falta! Mas é nessas mesmas horas que a imortalidade de Dom Ivo nos orienta! Pelos seus exemplos, era um pai. Pelos seus ensinamentos, um mestre. Pela obra, um pastor. Ele encarnava, portanto, o tripé que venho defendendo como fundamental para a mudança de valores que a realidade brasileira tanto nos reclama nos dias de hoje: a família, a escola e a igreja. A família, o pai; a escola, o mestre; a igreja, o pastor.

Fico imaginando que, na porta de entrada do paraíso celestial, as honras da casa foram feitas por Dom Hélder Câmara. Companheiro de fé da esperança e da luta. Credores de um Brasil democrático. Imagino também o que eles ainda devem estar conversando sobre o novo mundo de hoje. O Brasil, em particular. É evidente que eles não ficaram sozinhos por muito tempo. O Darcy Ribeiro, por exem-

plo, não perderia a chance de participar dessa conversa, nem outros imortais, como o Ulysses Guimarães, o Teotônio, o Tancredo, o Brizola, o Barbosa Lima Sobrinho, o Raimundo Faoro, o Miguel Arraes, o Alberto Pasqualini e tantos mais. Daí é que tomo consciência do quanto perdemos em termos de referência positiva nesses nossos tempos e o quanto essas referências nos fazem falta neste mundo de mortais. Todos partiram precocemente. A obra que eles iniciaram persiste inacabada. E nós, parece, fomos contaminados pela inércia, uma espécie de septicemia, que ataca todas as defesas do organismo social. É por isso que são interrompidos, mais precoces ainda, os sonhos de tantos brasileiros, como os do João Hélio, os da Joilma, os da Maria Fernanda, os da Alana e os dos milhares de outros inocentes, conhecidos ou anônimos, vítimas da barbárie das balas perdidas ou miradas.

Dom Ivo. Acho que, como mortal que viveu entre nós, poderíamos continuar chamando-o assim. Na imortalidade, santo Ivo. Afinal, santos são aqueles que têm o céu como recompensa de suas virtudes. E elas não lhe faltaram. Quem sabe, assim, possamos devolver-lhe, mesmo que simbolicamente, os degraus da Igreja que não lhe permitiram galgar, exatamente pela sua coerência. Ou, quem sabe, pela maior de suas virtudes: a humildade. Como Dom Ivo, nosso reconhecimento por tudo que fez. Como santo Ivo, nossas orações para que nos proteja e nos inspire.

*O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador Pedro Simon?*

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não.

*O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quero solidarizar-me com a manifestação tão bonita que V. Ex<sup>a</sup> faz sobre Dom Ivo Lorscheiter, que foi Secretário-Geral e Presidente da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – e que constitui, para todos nós, brasileiros, um exemplo formidável de dedicação aos objetivos de democracia, de solidariedade, dos valores do cristianismo, colocados em prática na sua extraordinária vida. E V. Ex<sup>a</sup> nos trouxe um*

depoimento de quem o conheceu de perto, na sua convivência com ele, no Rio Grande do Sul também, o que torna muito mais rico e valoroso seu depoimento. E, se V. Ex<sup>a</sup>, no seu diálogo, perguntou a Deus se estaria chamando, por alguma razão, pessoas de tamanho valor como Dom Ivo Lorscheiter, esteja certo, Senador Pedro Simon, de que o exemplo dado por ele repercutido nas suas palavras ficará para sempre vivo entre todos nós, inclusive graças às suas palavras. Na semana passada, fui um dos que apresentei requerimento, junto com V. Ex<sup>a</sup> e os Senadores do Rio Grande do Sul, em homenagem a Dom Ivo Lorscheiter. Que bom que V. Ex<sup>a</sup> tenha pronunciado hoje essas palavras! Permita-me ainda, no que diz respeito às observações do início do seu pronunciamento hoje, quando mencionou a sua preocupação na escolha do Ministro da Agricultura, transmitir um diálogo que tive, há cerca de três semanas, com um senhor que me telefonou muito preocupado com a escolha do futuro Ministro da Agricultura pelo Presidente Lula. Dizia-me o Sr. Flávio de Carvalho Pinto Viegas, Presidente da Associtrus: “Por favor, transmita ao Presidente a importância de escolher um ministro da Agricultura que possa ser tão bom para a agricultura como foram pessoas como Roberto Rodrigues e Luís Carlos Guedes Pinto, que tão bem se distinguiram à frente do Ministério”. Estava ele preocupado com possível escolha que não fosse tão boa e eu transmiti a ele: “Olha, eu gostaria de lhe dizer que tenho por norma não fazer indicações de ministros ao Executivo. Tenho por norma não fazer indicação de pessoas na administração pública ou privada”.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E o Presidente não tem como norma consultar V. Ex<sup>a</sup>. Pergunta a outros, mas infelizmente não a V. Ex<sup>a</sup>.

*O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Mas se alguém me pergunta a respeito de V. Ex<sup>a</sup>, se o Presidente um dia o fizer eu, claro, darei o meu testemunho. Se me perguntasse a seu respeito, Senador Pedro Simon, eu diria nota 10.*

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – A recíproca tem sido verdadeira da minha parte.

O Sr. *Eduardo Suplicy* (Bloco/PT – SP) – De maneira que eu espero que suas palavras de preocupação sobre a escolha do Ministro da Agricultura tenham sentido como desta pessoa, responsável por um segmento da agricultura brasileira. Que possa o Presidente Lula fazer uma sábia escolha, à altura da expectativa de todos que trabalham na agricultura, inclusive de uma pessoa como V. Ex<sup>a</sup>, que já exerceu, e com brilhantismo, o Ministério da Agricultura.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – Senador Pedro Simon, precisamos prorrogar esta sessão por mais 30 minutos para que possamos ter a conclusão do seu discurso e dos demais Senadores.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, concluo rápido para que o Senador Mão Santa possa falar mais à vontade.

## Debate com o Senador Fernando Collor

*(Pronunciamento em 21 de março)*

Senhor Presidente, Senhoras Senadoras, Senhores Senadores, meu caro Senador Fernando Collor de Mello, a sua trajetória política nos últimos anos é o exemplo mais fiel da importância da democracia na história de um povo.

Neste Congresso Nacional, o senhor teve os direitos políticos suspensos em 1992, depois de um longo processo de investigação, por meio de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Hoje, V. Ex<sup>a</sup> retorna à vida pública, para este mesmo Congresso, para exercer em nome do povo do seu Estado de Alagoas um mandato que esse mesmo povo lhe concedeu, democraticamente, nas urnas, como Senador da República. É a vontade do povo brasileiro de Alagoas, contra a qual será antidemocrático qualquer oposição. O seu mandato de hoje é legítimo, como legítimo foi o seu afastamento em 1992.

Eu fui um dos protagonistas daquele processo, que se iniciou com uma entrevista do seu irmão, Pedro Collor. O Congresso Nacional não podia fugir à sua missão ante as denúncias de tamanho quilate, principalmente em se tratando de um denunciante tão próximo a V. Ex<sup>a</sup>, e que, portanto, se revestia da devida credibilidade.

O pedido para a instalação da CPI recebeu o número necessário de assinaturas, cumpriu todos os requisitos legais, e foi instalada no dia 1º de junho daquele ano. O primeiro depoente foi exatamente o seu irmão, que, ante a primeira pergunta do Relator, Senador Amir Lando, confirmou todo o conteúdo da entrevista. Reafirmou,

portanto, que havia em operação um forte esquema de corrupção comandado pelo Sr. Paulo César Farias. É evidente que o Sr. PC negou absolutamente tudo no segundo depoimento à CPI.

Não havia, até aquele momento, sinais claros da participação de V. Ex<sup>a</sup> no esquema referido pelo Sr. Pedro Collor. Confesso que, inclusive, a CPI teve, ao final do depoimento do Sr. PC Farias, uma espécie de crise de identidade, porque não se pode negar a expectativa de alguns de seus integrantes de que já se apresentassem dados concretos no início da CPI, o que não aconteceu. As reuniões para discutir os rumos da CPI foram realizadas com um conjunto de Parlamentares analisando. Convidado para ser o Relator, eu declinei: "Não me sinto bem na posição de promotor". E julguei mais apropriado um Relator tipicamente de Oposição, que não era o meu caso, porque, afinal, fora desse grupo de Parlamentares a iniciativa primeira de solicitar a instalação da Comissão.

Eu confesso, também, que figuras ilustres da política brasileira de então colocavam em xeque os destinos do trabalho, dando pouco crédito a possíveis resultados que mudassem os rumos da política brasileira. Foi o caso, por exemplo, do Dr. Ulysses Guimarães, que, inclusive, reportava-se a episódios traumáticos da nossa história, em que Comissões Parlamentares levaram a situações gravíssimas, como foi o suicídio do Presidente Vargas e a derrubada do Presidente João Goulart.

Os depoimentos que se sucederam revistaram-se também de negativas denúncias de Pedro Collor, mas, em dado momento, algumas pistas surgiram a lume, principalmente no relato de pessoas ao grupo que havia concebido a candidatura de Fernando Collor à Presidência.

Mas o depoimento que norteou, a partir de então, os trabalhos da Comissão foi o do Sr. Francisco Eriberto Freitas França no dia 1º de julho de 1992. O Sr. Eriberto, um simples motorista da Sr<sup>a</sup> Ana Maria Acioli Gomes de Melo, cuidava dos pagamentos e recebimentos de valores que lhe eram confiados pela então secretária particular do Presidente. Conhecia, portanto, pessoas, fluxo de recursos, finalidades de pagamentos e respectivos montantes. O depoimento do Sr.

Eriberto foi, sem dúvida, um marco na mudança da CPI do PC Farias, como era chamada.

O rosário de nomes e de fatos que se seguiram na sala da Comissão pode ser encontrado didaticamente na transcrição do depoimento do motorista Eriberto. Ali apareceram, por exemplo, os nomes das secretárias Rosinete e Marta, do mordomo Berto e do secretário particular Cláudio Vieira, do piloto Jorge Bandeira, entre outros. Surgiram fatos, como a compra prova do Fiat Elba e das transações financeiras para pagamentos particulares, tendo sempre como fonte o Sr. PC Farias e destinatários, pessoas do convívio familiar e da amizade de V. Ex<sup>a</sup>, instituições financeiras como PNC e Bancesa, além de empresas de táxi aéreo, locadoras de automóveis, postos de gasolina, entre outras.

*O Sr. Fernando Collor* (Bloco/PTB – AL) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Claro.

*O Sr. Fernando Collor* (Bloco/PTB – AL) – Senador, há muito, esperava este momento de poder encontrar com V. Ex<sup>a</sup> e com outras eminentes figuras do Senado da República para trocarmos idéias sobre algumas informações distorcidas. O processo finalizou, como sabemos, no Supremo Tribunal Federal. Depois de colhidos todos os depoimentos e de levadas todas as provas que conseguiram amearhar e que se mostraram infundadas em relação à questão do chofer Eriberto, diz o Ministro Márcio Moreira Alves no seu voto como revisor:

Não há nos autos qualquer prova de que o numerário destinado às despesas de Fernando Collor e de seus familiares, anteriormente referidas, tivessem relação direta com as importâncias recebidas de Paulo César Farias, por intermédio da EPC, depois da eleição de Fernando Collor para Presidente da República.”

Ele continua:

Com efeito, no depoimento em juízo, Ana Maria Acioli, que declarou ser secretária de Fernando Collor desde 1975 (fls. 6.831),

disse:

Desde 75 ou 76 sempre pagava as contas pessoais de Fernando Collor." Porém, somente a partir da campanha para a Presidência é que a depoente passou a ter uma conta bancária exclusivamente para pagar as contas de Collor [...] (fls. 6.833). Portanto [continua o Ministro], os depósitos da conta movimentada por Ana Maria Acioli já eram feitos durante a campanha eleitoral de Fernando Collor; e feitos pelo Tesoureiro Oficial da campanha, Cláudio Vieira, como declarou ela em seu depoimento. Todo o dinheiro que abastecia a conta bancária da depoente provinha do Sr. Cláudio Vieira. A existência dessa conta para pagamento das despesas pessoais de Fernando Collor durante a campanha eleitoral e atestada pelo motorista Francisco Eriberto Freire França, testemunha de acusação, às fls. 6.527, no depoimento prestado em juízo.

Diz, então, o motorista: que fazia depósito na conta, ora em cheque, ora em dinheiro; que, na primeira hipótese, os cheques eram assinados por Dona Ana Acioli; que esse mesmo serviço o depoente, no caso, o motorista, prestou durante a campanha [ou seja, essa mecânica de ele levar e fazer os depósitos não foi um fato ocorrido, a partir da minha posse como Presidente]; e que, nessa época, o banco utilizado era o BMC.

Essa conta foi totalmente investigada, absolutamente auditada, conforme se vê nos autos.

E continua:

[...] que nessa ocasião o depoente [no caso o motorista], costumava ir ao banco, retirar dinheiro para Dona Ana Acioli, que já fazia, então, o pagamento das despesas (AP 307 – 3/DF, fls. 2.497).

Portanto, Senador Pedro Simon, quanto a essa questão do motorista – que causou, como V. Ex<sup>a</sup> se refere de forma correta, um grande estardalhaço –, era como se ele estivesse fazendo essa tarefa do momento em que assumi a Presidência em diante. Mas ele já a vinha fazendo; com a mesma rotina que tinha durante a campanha ele continuou durante o exercício do meu mandato.

Os recursos já foram totalmente vistos e declarados aqui, e as contas da minha campanha foram as únicas auditadas entre aqueles que foram candidatos em 1989, o que prova que esses recursos eram lícitos e legais, segundo a palavra da maioria dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Como eu gostaria de poder dar-lhe razão. Lamentavelmente, foi triste a decisão do Supremo Tribunal Federal. Aliás, com todo o respeito, têm sido tristes as decisões do Supremo Tribunal Federal nas grandes horas de decisão da política brasileira.

No caso do processo de V. Ex<sup>a</sup>, o que o Supremo Tribunal Federal disse é que, por falta de provas, mandava arquivar. Culpado é o Procurador-Geral, por não ter apresentado as devidas provas.

O Supremo jamais poderia ter feito isso; sua obrigação era baixar em diligência. Se ele dissesse “não há provas, logo peço absolvição”, correto. Agora, “por falta de provas”, com uma CPI que tinha milhares e milhares de documentos? S. Ex<sup>a</sup> deveria ter dito “baixamos em diligência”.

Aliás, o Supremo fez isso, quando se pediu o afastamento de Café Filho. Quando Café Filho pediu ao Supremo o direito de voltar, o Supremo só foi julgar um ano depois, quando já tinha terminado o mandato dele. Sobre o Supremo, a imprensa publica, em manchete, que até hoje ele não julgou um político brasileiro – um deputado,

um governador, um senador, um presidente. Lamentavelmente, na gaveta do Supremo, ficam todos os processos.

*O Sr. Fernando Collor* (Bloco/PTB – AL) – Senador, peço, mais uma vez, sua compreensão no sentido de me conceder um aparte. Estamos fazendo já um juízo de valor. V. Ex<sup>a</sup> diz que lamenta que o Supremo Tribunal Federal não me tenha condenado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não, não, não. A regra do Supremo Tribunal é não fazer qualquer tipo de condenação a homem público – nem a Presidente, nem a Ministro, nem a Deputado Federal, nem a Deputado Estadual, nem a Senador.

*O Sr. Fernando Collor* (Bloco/PTB – AL) – Certo. Mas nós vivemos num Estado democrático de direito. V. Ex<sup>a</sup> é uma pessoa que todos nós reconhecemos; construiu a democracia neste País e, portanto, respeita as nossas instituições.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Tanto respeito...

*O Sr. Fernando Collor* (Bloco/PTB – AL) – Foram dois anos de investigações, as mais exaustivas. O processo tem de quinze a dezesseis mil páginas. A diferença neste diálogo que estamos mantendo é que o senhor, que tem a sua convicção firmada desde lá atrás, o tem na base do que lhe disseram, na base das informações passadas pela imprensa e de alguns depoimentos que o senhor tenha ouvido.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Esses milhares de documentos que V. Ex<sup>a</sup> referiu passaram pela CPI; nós os examinamos um a um.

*O Sr. Fernando Collor* (Bloco/PTB – AL) – Pois é, eles passaram pela CPI e, de minha parte, o que trago são atos adotados tanto pela CPMI, quanto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado da República.

Não sou, em momento nenhum, nunca fui, contrário à instalação de CPI. O senhor sabe e várias vezes o senhor se referiu a isso.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É verdade.

*O Sr. Fernando Collor* (Bloco/PTB – AL) – A CPI transcorreu, a sua constituição, sem que houvesse nenhum tipo de interferência do Governo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É verdade.

*O Sr. Fernando Collor* (Bloco/PTB – AL) – Então, o meu desejo era que se apurasse a verdade. O início da investigação, por parte da Polícia Federal, foi quando, de um ato meu, como Presidente da República, determinei à Polícia Federal que apurasse imediatamente as denúncias, no primeiro dia útil seguinte à publicação da revista.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É verdade.

*O Sr. Fernando Collor* (Bloco/PTB – AL) – Bom, tudo isso foi levantado, as interpretações as mais variadas, e tudo isso chegou ao Supremo Tribunal Federal. Bom, temos de confiar nas nossas instituições. Da CPMI, conforme coloquei no meu pronunciamento aqui, na semana passada, coloquei todos os atos por ela cometidos que configuravam um desrespeito à legislação vigente. Enumerei passo a passo. Bom, mas, apesar disso tudo, veio a questão do Senado, que também, ali presidida pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, exatamente para dar a conotação de um tribunal jurídico e não político, deu continuidade à sessão, quando tinha de encerrá-la imediatamente. Enfim, os atropelos todos, acontecidos até a chegada disso tudo ao Supremo, foram sempre ao meu desfavor. Agora, chega ao Supremo, o Ministério Público oferece a denúncia e o Supremo Tribunal Federal não viu ali nada que pudesse condenar qualquer atitude minha. A propósito, vou ler para V. Ex<sup>a</sup> o que disse o Ministro Gilmar Mendes na entrevista que ele concedeu ao *Estado de S. Paulo*, de domingo passado, 18 de março, na página A-14. Uma pergunta a propósito das denúncias do Ministério Público serem ineptas e terem fins políticos. A pergunta referia-se a isto: Ministro Gilmar Mendes, sobre essa denúncia do Ministério Público, que são ineptas e com fins políticos, o que o senhor tem a dizer sobre isso? Ele

responde que pode citar um exemplo que retrata esse tipo de erro. Ele diz: "O caso Collor, 90/92, tornou-se emblemático. O Supremo Tribunal Federal não identificou, em toda a denúncia oferecida pelo Ministério Público, o ato de ofício que comporia o conceito legal de corrupção passiva praticada pelo então Presidente".

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

*O Sr. Fernando Collor* (Bloco/PTB – AL) – Eu que agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É passo a repetir o que considero muito importante. Lamentavelmente, com todo o carinho e com todo o respeito que tenho pelo Supremo Tribunal Federal, há uma realidade: não é apenas o caso de V. Ex<sup>a</sup>; o Supremo não decide. Vai para o quinto ano que o Presidente do Banco Central foi denunciado pelo Procurador-Geral da República. A denúncia, aceita pelo Supremo, está na gaveta de um Ministro.

Qual é o lugar do mundo em que o presidente do Banco Central não tem de ter a liberdade, a autoridade, a isenção, a credibilidade em todo o País? Mais até que o Presidente? No Brasil, está na gaveta de um Ministro do Supremo, como se fosse a coisa mais banal, a coisa mais normal do mundo o Presidente do Banco Central... Ainda lhe acrescentaram o título de Ministro-Presidente do Banco Central. No mundo inteiro não tem caso igual.

Então, tenho muito carinho pelo Supremo, mas lamento. Aliás, estão falando até em tirar do Supremo o julgamento dos casos políticos, para se dar uma outra destinação, porque o caso não anda.

*O Sr. Aloizio Mercadante* (Bloco/PT – SP) – Senador Pedro Simon, V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não.

*O Sr. Aloizio Mercadante* (Bloco/PT – SP) – Quero reafirmar o que eu disse quando do pronunciamento do Senador Fernando Collor. Disse que entendia que a eleição dele, no meu ponto de vista, significava um mandato que eu trataria com o mesmo respeito com

que trato os outros senadores. E disse isso porque, aqui, nós não nos relacionamos pelas divergências da história ou pelas divergências políticas e ideológicas. E ele tem um mandato construído legal e institucionalmente pelo povo de Alagoas e teria o respeito, da minha parte – disse isso no primeiro dia –, sem qualquer tipo de revanchismo. Mas, na oportunidade do seu pronunciamento, deixei claro que nós estivemos, durante aquele período da história, cada um de um lado – eu estava do outro lado na campanha, estive do outro lado no processo da CPMI. Disse ainda que eu tinha orgulho e confiança do trabalho que nós fizemos na CPMI. V. Ex<sup>a</sup> estava comigo naquele período; um período extremamente difícil, conturbado, com pressões de todos os lados. Contudo, o que motivou o trabalho daquela CPMI era o espírito público, era um sentimento de luta pela ética na política, era o desafio da transparência da Administração Pública. Em todo o trabalho – e participei mais da Subcomissão dos Bancos –, identificamos um conjunto de contas bancárias e, depois, pelo exame grafotécnico, identificamos quem eram os responsáveis por um esquema claramente presente, naquele momento, em alguns órgãos relevantes da administração pública, esquema este que a CPMI desvendou do ponto de vista do seu processo. E as provas que foram apresentadas – documentais, testemunhais, como o depoimento de Eriberto e outros – fortaleceram uma convicção muito ampla de praticamente todos os partidos, não apenas dos de Oposição, mas a votação na Câmara e no Senado expressou uma convicção política que foi formada nessas duas instituições. Disse também que é da natureza desses processos traumáticos a ocorrência de excessos. E acho que nós tivemos excessos. Inclusive, o que mais me chama a atenção foi a invasão de privacidade. São valores republicanos que não poderiam ser violados, e isso não contribuía para o processo de investigação. De qualquer forma, procuramos, no âmbito da CPMI, sempre evitar qualquer coisa que pudesse avançar nessa direção. Mas, o trabalho da CPMI, como disse aqui, o trabalho de Mário Covas, do meu companheiro de Bancada Eduardo Suplicy, de Maurício Corrêa, de alguns que já não estão mais aqui, como Jackson Pereira, Deputado do PSDB do Ceará, de Sigmaringa Seixas, que trabalhava conosco, do Senador Bisol, os que estavam

verdadeiramente empenhados naquele trabalho, cumprindo uma função pública, apresentou à Nação um relatório fundamentado e consistente. Confio no trabalho que nós fizemos e, como disse, dele tenho orgulho. Seguramente o Senador Fernando Collor de Mello pagou um preço político, que foi a perda do mandato, o preço mais alto que se pode cobrar de um homem público. Cumpriu esse período fora da vida pública e, ao voltar, eleito pelo povo de Alagoas – e aí termino meu aparte como comecei o meu pronunciamento naquele dia –, reitero a S. Ex<sup>a</sup>, da minha parte, a consideração que tenho por todos os senadores eleitos democraticamente pelos seus estados. Agora, quanto à interpretação da história, S. Ex<sup>a</sup> tem todo o direito de se defender, e é imprescindível que ele o faça, como fez aqui da tribuna com todo o tempo que lhe foi dado. Foi sua primeira manifestação, esperada manifestação, mas tenho as minhas convicções do que foi aquele período, do que foi o nosso trabalho, do que foi a CPMI, e eu as mantenho, e o fiz com todo respeito e elegância, como é próprio do tratamento aqui no Senado Federal. Porém, com firmeza, expressei a minha convicção do que foi o trabalho daquela CPMI, a conclusão do que nós fizemos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado.

*O Sr. Valter Pereira* (PMDB – MS) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte, nobre Senador?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu apenas pediria a V. Ex<sup>a</sup> e aos demais para que eu possa terminar. Eu vou terminar me perdendo. O Presidente Collor foi brilhante, fez a sua exposição, eu permiti. Falou o Senador Aloizio Mercadante, nosso querido companheiro, e, se eu não falar, eu fico no ar. Já lhe darei o aparte, fique tranqüilo.

*O Sr. Valter Pereira* (PMDB – MS) – É apenas para dar uma contribuição para V. Ex<sup>a</sup>.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O que chamou a atenção dos parlamentares, além do rico conteúdo do depoimento, foram a clareza, a convicção, a firmeza do depoente, a ponto de os inte-

grantes da CPMI perguntarem para ele, perguntarem ao motorista: “O senhor está fazendo este depoimento só por patriotismo?” E ele respondeu: “E o senhor acha pouco?” Foi um dos momentos em que levamos uma lição de moral de alguém simples, mas com dignidade.

Sr. Fernando Collor, a partir daquele instante, os fatos passaram a falar por si. Não havia necessidade, nos depoimentos que se seguiram, das perguntas até então vazias de conteúdo e das negativas óbvias dos depoentes sem interesse de buscar a verdade. Cada depoimento era antecedido de pesquisa documental, apresentada a cada um dos depoentes, que não podiam furtar-se da confirmação, tamanhas eram as evidências e a robustez das provas.

A equipe técnica que cuidava da assessoria da Comissão cruzava informações, e, a cada passo, novos elementos de prova foram surgindo: cheques que visitavam sucessivas contas bancárias; depósitos que, logo e imediatamente, quando compensados seus valores, migravam para pessoas identificadas como integrantes do tal esquema, e assim por diante. Mais do que isso, a cada tentativa de defesa, outros elementos comprobatórios surgiam, corroborando ainda mais a tal tese da locupletação. Foi assim, por exemplo, na tentativa frustrada da explicação da Operação Uruguai, o que se comprovou, depois, ter sido um artifício montado para justificar recursos com aquela origem no mínimo duvidosa, pelo menos até aquele momento.

*O Sr. Fernando Collor (Bloco/PTB – AL) – Senador Pedro Simon.*

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já lhe darei um aparte.

Foi assim também com as tentativas de explicações para o processo que culminou na compra do carro Fiat Elba, registrado em nome do Presidente. Prevaleceu, afinal, o que havia sido relatado pelo motorista Eriberto. É nesse caso, inclusive, que emergiu o fato das contas-fantasma, muito utilizadas em todo o processo em investigação na CPMI.

Portanto, Srs. Senadores, não há como fugir da concretude dos fatos. Não foi, evidentemente, a melhor estratégia tentar negar tamanhas evidências. Por isso, contrapor-se à veracidade desses fatos

ou tentar atribuir aos trabalhos da CPMI alguma pecha de farsa não é o melhor caminho.

Não posso negar a atitude isenta do então Presidente Fernando Collor: durante todo o período da investigação. Ele não tomou qualquer atitude na tentativa de impedir os trabalhos da CPMI nem mesmo de procrastiná-los. Liberou a Polícia Federal, o Banco Central, a Procuradoria, e todos os setores do Governo estiveram permanentemente à disposição da CPMI, por determinação de Sua Excelência.

Em posterior CPI que tivemos, o Banco Central levava meses para dar uma informação, a Polícia Federal levava um tempo enorme e não nos dava resposta. O boicote era aberto, a serviço do Governo, que fazia isso.

Não; naquele episódio, nosso trabalho foi realizado, realmente, com o maior respeito, o que achei uma das coisas mais bonitas. E tenho repetido, nesses últimos anos aqui desta tribuna, como um exemplo fantástico, que, infelizmente, não tem sido seguido por seus sucessores.

Algo que exemplifica a política americana. O Presidente Richard Nixon liberou a apuração do caso Watergate, que consistia na escuta telefônica, determinada pelo Governo, na sede do Partido Democrata, cujo endereço era o Edifício Watergate. Ele passou o tempo todo jurando que não sabia de nada – não sabia de nada. Quando apareceu a fita, e ficou claro que o Presidente não só sabia como havia determinado que se fizesse isso, ele só teve o caminho da renúncia; não teve outra saída. Foi o que aconteceu com ele naquela oportunidade.

Aliás, aconteceu um fato muito interessante e até pitoresco, com decisões diferentes. O Presidente Clinton, na época considerado um Presidente excepcional dos Estados Unidos, teve um caso com a estagiária Monica Lewinsky. E a Imprensa do mundo inteiro passou a ocupar-se do caso. Ele negou, disse que não tinha havido nada. Todavia, apareceu um vestido da estagiária com os sintomas da relação, e ela pediu para se encontrar com o Presidente da República, na Alta Câmara, onde ela falava de um sinal particular que o Presidente tinha. O *impeachment* estava quase saindo. Ali foi a interpretação da Alta Câmara. Ele declarou que tinha tido relações orais com a mulher, que não configuram relações sexuais. E a Suprema

Corte disse que é verdade, que não foram relações sexuais. E ele não foi cassado.

Essa atitude de isenção do Presidente Collor, diga-se de passagem, não foi nem é a mesma dos Presidentes que o sucederam. Ao contrário, o que aconteceu a partir de então foi uma seqüência de pressões contrárias à instalação de CPI, o que levou as chamadas minorias a apelarem ao Supremo Tribunal Federal no sentido do cumprimento dos seus direitos constitucionais. Foi o caso, por exemplo, da recente CPI do Bingo, no qual o Senador Jefferson Péres e eu recorremos, e, por determinação do Supremo Tribunal, ela foi instalada. No outro caso, na proposta de investigação sobre os agentes corruptores, eles conseguiram, e a CPI foi abortada antes do nascedouro. Outros casos podem ser citados: da compra de votos do Presidente; da privatização da Vale do Rio Doce; e, agora, no dia de hoje, o Governo determina o arquivamento da CPI do Apagão aéreo na Câmara Federal. É de hoje, e é hoje que a Oposição, na Câmara dos Deputados, vai entrar no Supremo pedindo que a CPI seja instalada.

Então, Sr. Presidente, ao contrário de uma farsa, a CPMI teve todos os elementos para ser lembrada pela sua lisura. Ela se iluminou, como nas palavras do Relator Amir Lando, “à luz dos fatos”, e contra esses fatos não haveria argumentos que levassem a outro rumo que aquele traçado durante as investigações.

Também não procede o argumento de que a condução dos trabalhos provocou cerceamento de defesa e eventuais atropelamentos. Todas as etapas cumpridas foram cobertas pelo devido procedimento legal. Tanto a Câmara como o Senado não desviaram em qualquer momento, do texto legal e dos respectivos regimentos para conduzir os trabalhos.

Defendo, portanto, veementemente, Sr. Presidente, o direito do hoje Senador Fernando Collor de Mello de assumir a tribuna e defender seu ponto de vista no processo que culminou com o seu afastamento. É um direito legítimo que lhe cabe, mas eu não poderia deixar, como protagonista de uma história que prima pelo respeito à Constituição, de colocar nos devidos prumos os fatos que se sucederam durante a CPMI da qual participei, como tantos outros,

munido dos princípios éticos que sempre me acompanharam nesses cinquenta anos de vida pública.

Aliás, estou seguro de que aquela CPMI deveria se constituir em modelo para as que se seguirão, tanto no Congresso Nacional como nas instituições públicas direta ou indiretamente envolvidas no tema sob investigação. Infelizmente, não posso dizer o mesmo para a maioria das comissões que foram propostas daquela data até agora. A história do Brasil permanece credora das investigações que se perderam ao longo de tamanhas pressões. Por exemplo: por que não abriram essa imensa caixa preta das privatizações no País? Como explicar o preço mínimo da Companhia Vale do Rio Doce, vendida por pouco mais de três bilhões de reais, se esse mesmo valor tem sido ultrapassado seguidamente pelos lucros semestrais da mesma empresa? Quem calculou, com que critério e a pedido de quem, os tais fluxos de caixa descontados para que um valor tão menor fosse projetado para o resultado da empresa? Por que os fundos de pensão mudaram de lado, nos consórcios que se instituíram para os leilões, às vésperas da privatização da Vale? O que aconteceu efetivamente na privatização das teles? O que significou exatamente o termo “limite da irresponsabilidade”, pronunciado por um funcionário de alto escalão da República?

Por que não investigar, com a mesma seriedade utilizada na CPMI que serviu de base para a cassação do mandato de V. Ex<sup>a</sup>, o episódio da compra de deputados para a reeleição do Presidente da República? Por que foram abortadas com tanta truculência as investigações sobre os corruptores? Por que parar a CPI do Apagão Aéreo? Por que tamanha pressão sobre as CPI que chegaram a ser instaladas a duras penas, mas com negativas e procrastinação de órgãos públicos como o Banco Central no fornecimento de informações consideradas primordiais para o sucesso das investigações?

Enfim, Sr. Presidente, estou certo de que todo esse processo, que teve como figura central o Senador Fernando Collor de Mello, foi, para todos nós e para o fortalecimento da democracia brasileira, uma grande lição. E, por definição, uma lição tem sempre dois lados: o de quem ensina e o de quem aprende. Nesse caso, ainda somos todos nós, sem exceção, meros aprendizes. Mestre, quem sabe seja

um só, divino, criador, a quem recorremos todos os dias no início de nossos trabalhos.

Há ainda muitos caminhos a trilhar neste País de contrastes, e esses caminhos serão tão menos árduos se pavimentados simultaneamente pela humildade, pela perseverança e pela ética. Num País de tamanha fome e miséria, o dinheiro público deve ser, por definição, sagrado, inviolável, porque ele significa o direito à vida digna para todos os cidadãos. Esse é um preceito comum em qualquer outro lugar do Planeta, e esse também é o nosso dever constitucional. Dele não podemos nos afastar jamais.

A vida benfazeja nos oferece sempre uma nova chance. Uma nova chance a vida nos oferece, querido Senador! Persegui-la em novos moldes é uma virtude das mais sublimes. Foi essa a atitude sábia do povo de Alagoas. O Senador Fernando Collor é, hoje, um legítimo representante daquele maravilhoso Estado e daquele honrado povo. Que Deus o ilumine, para que ele possa continuar nessa luta, que é de todos nós, pela democracia, pela cidadania, pela soberania do País, e que nos ilumine igualmente para que possamos continuar cumprindo com dignidade essa missão que nos confiou todo o povo brasileiro.

Dou-lhe o aparte com o maior prazer.

*O Sr. Fernando Collor (Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Pedro Simon. Gostaria de me referir ao que falou V. Ex<sup>a</sup> há pouco sobre a robustez das provas colhidas pela CPMI.*

Eu lhe proporia uma reflexão: sendo essas provas colhidas pela CPMI tão robustas, por que o Ministério Público não as acatou? O Ministério Público apresentou apenas três denúncias, denúncias que não foram citadas em seu pronunciamento. De modo que é preciso se ter em mente que se trata de uma opinião, e eu respeito a opinião de V. Ex<sup>a</sup>, que é uma pessoa que conheço há muito tempo, uma pessoa que eu admiro e cuja conduta política e parlamentar eu elogio. V. Ex<sup>a</sup> ter uma opinião e estar convencido de que a sua opinião é a correta está muito bem. Agora, nós, vivendo em um Estado democrático de direito, temos de seguir diversas instâncias. Quanto a essa questão, senador, o nosso querido Senador Josaphat Mari-

nho, um grande jurista com quem V. Ex<sup>a</sup> conviveu, adotou postura diferente. Foram registrados seguidos alertas de S. Ex<sup>a</sup> nesta Casa quanto à má condução daquele processo por entender que havia infração a preceitos legais no processo de julgamento do Presidente da República. Várias e várias vezes, varias vezes ele alertou ele chamou a atenção para isso, várias vezes ele chegava e se negava a tomar certas atitudes solicitadas pelo Presidente da Casa de então. De modo que eu me permito, com sua licença, Senador, dizer apenas isto: o Ministério Público, que acompanhou o processo *pari passu* ajudando a CPMI e não viu tanta robustez nas provas levantadas, apresentou uma denúncia sob pressão – teria de apresentar uma denúncia –, uma denúncia inepta, uma denúncia falsa e uma acusação inepta que redundaram no julgamento pelo Supremo Tribunal Federal. Uma coisa é se ter opinião. A cada um de nós é dado o direito de ter a opinião que se queira. Mas temos de nos render às evidências de um julgamento processado à luz das câmeras, da imprensa, dos Srs. Parlamentares, livremente como V. Ex<sup>a</sup> falou, desabridamente, com o Presidente da República dizendo: “Forneça-se toda a documentação solicitada pela CPMI”. Quer dizer que esse processo só seria justo com a minha condenação?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não.

O Sr. *Fernando Collor* (Bloco/PTB – AL) – Não. Naturalmente que não.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Claro que não.

O Sr. *Fernando Collor* (Bloco/PTB – AL) – Então, vamos nos render ao julgamento da mais alta corte de justiça do País, que é o Supremo Tribunal Federal, o guardião dos nossos direitos. Quando um direito nosso é ofendido, é ao STF que temos de recorrer. Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Senador, lamentavelmente, o Brasil é considerado o País da impunidade. Tenho dito que este é um País...

*O Sr. Fernando Collor* (Bloco/PTB – AL) – Isso não se aplica a mim, não é, senador? Essa impunidade não serve para mim.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não, não serve.

*O Sr. Fernando Collor* (Bloco/PTB – AL) – Fui cassado...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não serve e serve.

*O Sr. Fernando Collor* (Bloco/PTB – AL) – Perdi o mandato, que foi interrompido, perdi meus direitos políticos por oito anos, o que, como disse o Senador Aloizio Mercadante, é a pior punição que um homem público pode receber.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Serve, porque V. Ex<sup>a</sup> tem toda a razão: foi punido por esta Casa. Não serve porque, com V. Ex<sup>a</sup>, assim como com todas as autoridades, o Tribunal não fez coisa alguma.

Quer dizer, o Congresso Nacional várias vezes tem atuado.

Um ilustre Senador aqui de Brasília, envolvido no caso analisado pela Comissão presidida por V. Ex<sup>a</sup>, do Judiciário, da construção do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, se dispôs, ofereceu-se para depor. Veio e depôs. Perguntaram: “Qual é o envolvimento do senhor com o Sr. Nicolau e com o Tribunal de São Paulo? Como foi? Como não foi?” E ele contou. Disse: “Meu envolvimento foi esse, assim, assim, assim, assim, envolvendo tantos dólares”. Contou tudo. Quinze dias depois, chegava à Comissão o levantamento dos dados. Era cinquenta, cem vezes mais, ou seja, era infinitamente superior o envolvimento dele; a conta, a fazenda, o dinheiro que ele tinha recebido e tudo o mais. Ele foi cassado. Nós não fomos buscar provas. O Senado não foi buscar provas, não foi esperar a apuração dos fatos, por uma questão de ética, de dignidade, porque ele mentiu ao Congresso Nacional, porque ele mentiu à sociedade brasileira, porque ele falseou a verdade. Nós não fomos buscar... Nós não buscamos absolutamente nenhuma condenação. Ele foi cassado pelas palavras dele.

Houve um outro senador que, aqui nesta Casa, falou e renunciou ao mandato para não ser cassado baseado nas palavras que ele

disse e que se verificou que não era verdade. Ele falou, contou que tinha acontecido assim, assim, assim, assado; depois vem a senhora e conta que aconteceu completamente diferente.

Então, esta Casa, várias vezes, julga pelo sentimento da dignidade, da seriedade, da firmeza da coisa pública. Esta Casa tem decidido. Infelizmente, ultimamente, a CPI tem-se deteriorado. Mas a CPI é o momento em que ficamos conhecendo a verdade.

É triste, meu querido Senador, mas a Justiça brasileira vive horas difíceis. O pobre não conhece a Justiça brasileira. Nas favelas, nas vilas, a criança não registra nascimento e não registra a morte. Ela nasce e não tem certidão de nascimento; ela morre atropelada e não tem certidão de óbito. O pobre brasileiro conhece a polícia brasileira quando é boa e quando é madrasta. Agora, quem tem... Na verdade, há procrastinação: vai, vai, vai, vai e ninguém é julgado.

Olha, meu querido Senador, dizia-se, com razão, com razão se dizia que a culpa era do Congresso; e era. Era uma vergonha. Dizia-se que era uma vergonha: um deputado ou um senador mata, rouba, enforca, faz um escândalo de bandalheira, e vem o Supremo, pede licença para processar, e o Senado e a Câmara não dão. E o que é pior: nem votam, porque a Câmara e o Senado não tinham a coragem de colocar em votação no plenário e negar ou permitir. Então, ficava na gaveta.

Eu fui um dos autores – atrás de mim, muitos parlamentares entraram –, e conseguimos um verdadeiro milagre. Agora, o Supremo não precisa pedir licença para processar nem deputado nem senador. Processa à vontade. Então, o que o Presidente Lula, equivocadamente, disse – “É uma barbaridade!. A Câmara e o Senado não deixam processar! – é porque ele ainda está atrasado no tempo.

Mas o que achávamos que estava resolvido não está. Agora, a Câmara dos Deputados que se dane; queremos saber a opinião do Supremo. Ele é que vai decidir. Mas agora fica na gaveta do Supremo.

*O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Permite um aparte, nobre Senador Pedro Simon?*

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Gostaria de intervir no pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> por uma simples razão. Acho que está havendo uma confusão enorme entre o processo penal e o processo político. No processo penal, ocorre, efetivamente, o rigor das provas. O *impeachment* é originário de um processo político e, no processo político, indiscutivelmente, há uma forte influência das condições psicossociais. E aqui faço uma indagação: se por acaso o Presidente Collor não tivesse, naquele primeiro momento, naquele primeiro instante, tido a coragem de lançar um programa audacioso para conter a inflação, que implicou o confisco de ativos, o confisco da poupança, que revoltou a opinião pública toda contra o Governo, será que teriam sido criadas as condições psicossociais que levaram à cassação do mandato dele? Porque veja o que é que acontece, Senador Pedro Simon: o Presidente Fernando Collor já tinha uma certa dificuldade quando foi compor a sua base parlamentar. O que o sustentava firmemente era a forte base social que lhe deu condição para se eleger. E essa base social desabou primeiro e mais vertiginosamente do que a base parlamentar. Então, na verdade, as condições políticas daquela época eram amplamente desfavoráveis ao Presidente. Eu queria até ter feito um aparte ao Presidente no dia em que S. Ex<sup>a</sup> estava fazendo o pronunciamento, a fim de falar exatamente sobre essa questão, porque naquele momento...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Está na hora de V. Ex<sup>a</sup> fazer o seu próprio pronunciamento e não entrar no dos outros.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Senador Pedro Simon, veja o que aconteceu naquela ocasião. Sem base parlamentar houve, indiscutivelmente, um turbinamento político aqui no Congresso que levou àquela situação do *impeachment*. As provas até que podem ser questionadas, mas que houve uma condição resultante, principalmente, das condições sociais é indiscutível.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu agradeço.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Deixe-me responder; depois eu lhe darei o aparte.

Eu digo apenas o seguinte: quando iniciou o processo, a imensa maioria era a favor do Presidente Collor. Para conseguirmos maioria na CPI aconteceu um fato interessante, o Senador Amin, de Santa Catarina, que era do PP, não sei se o nome era PP na época...

*O Sr. Fernando Collor (Bloco/PTB – AL) – PDS. O Partido do Senador Esperidião Amin era o PPB*

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – PDS. Indicou para o membro do PDS o Senador Bisol, do Partido Socialista, que não tinha direito, porque o partido dele não tinha direito à indicação de alguém. Realmente isso aconteceu. Agora, houve algum fato que determinou o Senador Amin a fazer isso? Não sei. A verdade é que ele concordou. Mas a imensa maioria, principalmente no Senado, era favorável ao Presidente da República. Alguns vieram no início e chegaram até o fim, mas, aos poucos, alguns foram mudando, porque foi um fato notável na história do Brasil. O motorista e a secretária denunciaram a Operação Uruguai com pureza, sinceridade, franqueza, porque conheciam todos os fatos e iam contando-os com a maior espontaneidade.

E hoje o Presidente Collor e o Brasil inteiro podem perguntar: “Mas foi um Fiat Elba! Quanto é que sai um Fiat Elba?” Mas foram as contas da reforma da casa da Dinda! Mas foram as contas de perfume?” Os escândalos de hoje são tão grande, as bandalheiras que se anunciam hoje são tão escandalosas que, na verdade, na verdade, a gente pode se perguntar para aonde estamos caminhando.

Se fôssemos fazer uma análise do caso de V. Ex<sup>a</sup>, com as coisas que aconteceram até hoje – digo hoje porque está aqui a manchete de jornal dizendo que escandalosa e imoralmente a maioria na Câmara dos Deputados não está deixando criar a CPI do apagão aéreo que o Brasil inteiro está acompanhando! –, é claro que acabaríamos nos questionando.

Porém, é importante dizer que a CPI agiu com total independência, mas V. Ex<sup>a</sup>, na Presidência da República, agiu com total dependência. Os meios de comunicação estavam a favor de V. Ex<sup>a</sup>

no início. A Rede Globo ficou a favor de V. Ex<sup>a</sup> até a última hora, ridicularizando, desmoralizando a CPI e dando-lhe cobertura. V. Ex<sup>a</sup> falava à Nação, convocava a Nação, analisava, dava explicações. No início, V. Ex<sup>a</sup> era aceito e respeitado; depois, perdeu a credibilidade. V. Ex<sup>a</sup> pediu à Nação: “Venham todos para as ruas de luto na lapela!” E a mocidade veio de verde e amarelo. Aliás, como me informam – muito obrigado –, foi ao contrário: V. Ex<sup>a</sup> pediu para virem de verde e amarelo e eles vieram de preto. Isso ocorreu porque eles estavam tomando uma posição.

Com toda a sinceridade, é interessante este debate. Tenho certeza de que V. Ex<sup>a</sup> me respeitará, porque ele não tem o tom de mexer em chagas nem coisa alguma. Sou um admirador de V. Ex<sup>a</sup>.

Lembro-me quando V. Ex<sup>a</sup> era Governador de Alagoas e procurou-me – eu era Governador do Rio Grande do Sul – para me dizer que iria criar um partido e se candidatar à Presidência da República.

Pensei: “Esse cara é doido! Como ele vai sair de Alagoas – o PMDB tem todos os governadores – para se candidatar a Presidente da República, por um tal de PRN, e acha que vai ganhar?” O bobo era eu. V. Ex<sup>a</sup> realmente ganhou.

Da maneira como as coisas estão sendo colocadas, temos de iniciar um novo processo. Não se deve dizer que aquela Comissão agiu errado. Não agiu, senador, e falo do fundo do coração.

Lembro-me de um pronunciamento, em que eu jurava, em nome de meu filho, que eu não tinha posição e aguardaria, até o último minuto, que surgisse alguma coisa que me fizesse votar a favor. Isso porque eu preferia votar a favor de V. Ex<sup>a</sup>. Ali eu vi quando as pessoas começaram a mudar de lado, pessoas por quem tenho o maior respeito. Mas elas sentiram que aquilo estava acontecendo.

Falaram-me uma vez sobre...

*O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Senador Pedro Simon, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?*

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Quero ser muito breve, mesmo porque tudo que tinha a dizer sobre esse período da história eu já disse. A coragem em relação a esse episódio não é um desafio de hoje, foi naquele tempo: fazer a CPI, enfrentar os fatos e se posicionar. Hoje, depois que V. Ex<sup>a</sup> pagou o preço, insisto, mais caro que um homem público pode pagar, que é a perda do mandato, realmente não me sinto à vontade nem motivado para continuar esse debate.

Mas quero deixar uma questão clara, nítida, transparente, pois é a melhor forma para termos uma relação daqui para frente. Fui juiz, participei da CPI, mas, como Parlamentar, votei naquele episódio pela cassação. Sinceramente, se eu considerasse que foi uma farsa e que não havia base material na denúncia, nos depoimentos, nas contas-fantasma, em tudo em que investigamos, eu subiria à tribuna para pedir desculpas e fazer uma autocrítica. Não faço essa autocrítica e não tenho como pedir desculpas pelas atitudes que tive naquele tempo, porque acredito no que fiz, acredito nas provas que obtivemos. Naquele momento, demos uma resposta a um movimento pela ética na política, pela transparência, uma resposta institucional de preservação das instituições. Uma resposta dura, muito dura. Terminei dizendo que V. Ex<sup>a</sup> tem todo o direito de se defender, é absolutamente legítimo, mas não considero que o trabalho da CPI tenha sido uma farsa. Não foi. Foi republicano, foi verdadeiro, foi rigoroso. Tanto que, depois de um período da investigação – a denúncia inicial foi de Pedro Collor –, não tínhamos construído uma resposta adequada. Não tínhamos! Depois de alguns meses de trabalho da CPI, a capa da Veja foi: “Collor sai. Collor fica. Collor fica enfraquecido”. Isso porque a CPI não tinha apresentado as provas consistentes que a Nação e os Parlamentares esperavam. Foi o depoimento do Eriberto e as contas bancárias que alteraram o rumo da investigação e que deram segurança de que as denúncias apresentadas inicialmente tinham fundamento, tinham provas documentais. E, portanto, eram procedentes. E foi essa convicção que acho que alterou o posicionamento do Congresso. Praticamente todos os partidos relevantes do País se posicionaram favoráveis ao *impeachment*, porque ficaram convencidos, a partir daquela investigação, que de fato

havia procedência na denúncia originária. Na fase inicial da CPI, não conseguimos comprovar o que as denúncias, eu diria, testemunhais apontavam. Não conseguimos! E foram o depoimento do Eriberto, as contas bancárias e depois as contas-fantasma que deram as provas materiais que formaram a convicção do Parlamento brasileiro. Depois de todo esse período de afastamento da vida política – uma pena extremamente severa –, temos de pensar que não construímos um país olhando só para o retrovisor, temos de olhar pelo vidro da frente do carro. Mas, se for para discutir a história, repito o que disse naquele dia para V. Ex<sup>ª</sup>: tenho convicção e orgulho do trabalho que fizemos. Votamos pela nossa convicção, por aquilo que realmente acreditávamos que naquele momento era melhor para o País, com base no que apuramos. Espero que possamos continuar nossa vida parlamentar, dando melhores respostas, aprimorando as instituições, mas, sobretudo, aprendendo com o passado, com os erros, com os acertos e buscando aprimorar as instituições republicanas.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ouço o aparte do Senador Fernando Collor.

*O Sr. Fernando Collor* (Bloco/PTB – AL) – Senador Pedro Simon, eu não estou aqui emitindo uma opinião pessoal. Não estou emitindo uma opinião pessoal. Estou trazendo atos e fatos. Em relação à CPMI, na questão da chamada farsa, o que eu diria é simplesmente o seguinte: não há nenhuma dúvida, a menor dúvida de que os prazos estabelecidos para o funcionamento da CPMI, os prazos que deveriam ser dados para a defesa apresentar a sua peça, os prazos para que o afastamento ou não do Presidente da República fosse feito; esses prazos foram todos eles atropelados. Eles foram feitos, esses prazos foram estabelecidos...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Atropelados pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal? Foi ele que presidiu!

*O Sr. Fernando Collor* (Bloco/PTB – AL) – Não, digo, na CPMI; lá atrás. Na CPMI. Então, os prazos foram todos atropelados. O que se queria, o objetivo, independentemente da convicção de pessoas como V. Ex<sup>ª</sup>, o

Senador Mercadante e outros – e respeito as suas convicções –, mas o que lhes trago aqui são apenas esses fatos, ou seja, na CPMI, montou-se um esquema de se dizer: “Nós temos de afastar e fazer a votação antes das eleições” para que as eleições estivessem devidamente esquentadas à opinião pública para derrotar os candidatos do Governo. Quando se sabe que, em determinado Município pequeno do interior do Brasil, o clima ali para que realize um julgamento está muito exacerbado, muda-se de local e vai-se julgar a pessoa em outro Município. E aqui, em Brasília, no processo da CPMI, foi marcado para dois ou três dias antes da eleição municipal. Isso não sou eu que estou dizendo, são todos os juristas que foram ouvidos e disseram que realmente o Regimento e a Lei foram atropelados. Como se pode imaginar que o relator – isso mais adiante, na Comissão Mista do Senado – assine o seu parecer no corredor das Comissões, com o papel que lhe foi trazido, com o parecer já exarado, e ele coloca em cima da perna, literalmente, e apõe a sua assinatura. Quer dizer, são esses excessos a que me refiro. Depois, se dissesse que a CPMI fez um trabalho formidável no sentido de colher todas as provas, isso e aquilo, e leva ao Ministério Público, que não as aceita, então, quem está com a razão? Quem realizou as investigações no âmbito da CPMI? Quem ouviu o patriota do Eriberto, que fala aqui que essa questão dos depósitos ele fazia desde a época da campanha e continuou fazendo do mesmo jeito? O que se viu depois aqui no Senado da República, Casa a que hoje me sinto muito honrado em pertencer, mas, naquela legislatura, o que se praticou... de chegar o Presidente desta Casa a dizer pelo microfone: “É preciso votar em regime de urgência aqui e os Senadores que ainda não assinaram, por favor, assinem”. Depois, disse: “Vou dizer a V. Ex<sup>as</sup> quem já assinou o requerimento.” – contra o que se insurgiu o Senador Josaphat Marinho. Então, essas questões...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Quem estava fazendo isso era o Presidente do Supremo Tribunal Federal.

*O Sr. Fernando Collor (Bloco/PTB – AL) – Não, Senador Pedro Simon, nessa ocasião, foi a reunião para a constituição da Comissão*

Mista, e o Presidente era o Senador Mauro Benevides. O Supremo veio depois. Bom, esses são fatos, não sou eu que estou dizendo, não sou eu que estou falando. Eu não dou nenhuma opinião pessoal a esse respeito. Estou baseado no que dizem juristas renomados e também políticos, porque quando V. Ex<sup>as</sup> citam “estávamos eu e tal, e tal, e tal”, também defendiam a nossa tese pessoas ilustres, pessoas respeitáveis e que também formaram uma convicção diferente da convicção que os senhores já haviam adotado.

*O Sr. Fernando Collor* (Bloco/PTB – AL) – Então, tudo que cito aqui são votos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, a denúncia oferecida pelo Ministério Público, o relatório da CPMI, os prazos que foram atropelados. Enfim, o senhor...V. Ex<sup>a</sup> – desculpe-me, eu sempre me confundo – nos traz aqui a sua opinião pessoal e a convicção pessoal. Eu ofereço a V. Ex<sup>a</sup> fatos. Fatos e atos, comprovados pelas ações da CPMI, do Ministério Público e pela ação do Senado Federal quando transformado em tribunal.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Perdão, Senador, eu trago a CPI aqui; eu trago a ação da CPI; eu trago o comportamento dos parlamentares; eu trago o julgamento do Senado Federal, que foi quem decidiu e deu a voz final, por uma imensa maioria, quase a unanimidade. As pessoas foram mudando gradativamente. E foram mudando e eu gostaria que alguém me dissesse se houve alguma pressão feita nos Parlamentares, no Congresso Nacional, para que votassem pela cassação?

*O Sr. Fernando Collor* (Bloco/PTB – AL) – Senador, desculpe-me, nossa! Mas a pressão exercida sobre os parlamentares foi de tal maneira...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Por quem?

*O Sr. Fernando Collor* (Bloco/PTB – AL) – Por quem? Não saberia lhe dizer agora, mas isso era palpável, era sentido...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas por quem?

*O Sr. Fernando Collor (Bloco/PTB – AL) – Por aqueles a quem interessava a minha deposição. Não eram aqueles meus correligionários e homens corretos e de bem que estavam ao meu lado.*

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O Dr. Ulysses Guimarães, Presidente do meu Partido, era contrário à CPI. Achava que ia dar um perigo muito grande. Não era pela falta de fatos. Ele não argumentava a falta de fatos. Ele argumentava que CPI no Brasil terminava mal. A CPI do Dr. Getúlio Vargas terminou com o suicídio dele. Pegaram o levantamento do que havia acontecido e levaram lá para a sede da Aeronáutica, lá no aeroporto, e deu no que deu. A CPI para investigar os negócios do Dr. Jango deu no que deu, com a derrubada dele. Ele, então, tinha medo dessa questão.

Mas eu falo com toda a sinceridade: eu não vejo de que lado a grande imprensa – a Globo, por exemplo: até o final, era a favor de V. Ex<sup>a</sup>, defendia V. Ex<sup>a</sup>, dizia que V. Ex<sup>a</sup> estava certo.

*O Sr. Fernando Collor (Bloco/PTB – AL) – Mas não era a questão...*

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E muitas pessoas, muitos líderes da maior importância – não vou citar porque não é interessante citar...

*O Sr. Fernando Collor (Bloco/PTB – AL) – Claro...*

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas, no início, muitos líderes, muitos governadores, muita gente de muita importância defendia que V. Ex<sup>a</sup> devia ser absolvido, que não havia nada e, com o tempo, eles foram mudando. Eu não vi nenhuma pressão. Eu quero que alguém me diga. Eu digo aqui, eu, Pedro Simon, que iniciei a CPMI afirmando: “Eu não tenho compromisso com ninguém, eu vou buscar a verdade e, de acordo com o que eu descobrir, eu vou votar”. A mim ninguém pressionou.

*O Sr. Fernando Collor (Bloco/PTB – AL) – Claro, Senador.*

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E eu não vi ninguém pressionar ninguém, eu não vi. Eu olho para o Richa, eu olho para o Mário Covas, eu olho para as pessoas que estavam ao meu redor e eu não vi pressão. Eu não vi pressão de coisa nenhuma, eu não vi nenhum jornal cobrando, a imprensa, o *Correio Braziliense* ou que o jornal estava cobrando, uma campanha da imprensa, como se fez em 64, como se fez várias vezes não tinha. Não havia.

O Sr. Fernando Collor (Bloco/PTB – AL) – Com licença. Há casos exorbitantes, como, por exemplo, o diretor de redação de uma das revistas de circulação nacional...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – A *Veja* e companhia.

O Sr. Fernando Collor (Bloco/PTB – AL) – Ter ido pressionar o Dr. Roberto Marinho – de saudosa memória o Dr. Roberto – e outros grandes e queridos amigos meus e políticos de estirpe. Foram lá para pedir: “Nós não podemos, depois de iniciada essa luta contra o Collor, ser passados.” Ou seja, colocaram que era para derrubar e estavam atuando. Havia pressão, sim, sobre os meios de comunicação, enorme pressão. Sobre os parlamentares, enorme pressão. Isso às vésperas da eleição. V. Ex<sup>a</sup> tem razão quando diz que o Dr. Ulysses era contra a instalação de uma CPMI. Tive a oportunidade de tomar café da manhã com ele, no Alvorada, dois dias antes de finalmente ele dizer que era favorável à constituição da CPMI. Oportunidade em que ele me ofereceu um livro com uma dedicatória em que dizia: “Presidente, vamos superar essa crise [...]”, alguma coisa assim, uma dedicatória muito cordial. Dois dias depois, o Dr. Ulysses se viu premido pelas circunstâncias; por aquela movimentação; por aquilo que V. Ex<sup>a</sup> citou também, quando se referiu ao fato de eu ter pedido para as pessoas saírem de verde e amarelo. É verdade. Naquela oportunidade, aquilo foi mais um ato de voluntarismo meu, tamanha era a pressão que eu estava recebendo e que eu precisava, enfim, desafogar e saber onde estava a base social que sempre me havia sustentado. E ela, naquele momento, mostrou-se...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Concordo com V. Ex<sup>a</sup> que o pessoal que veio de preto, para nós, foi uma surpresa. Ninguém o imaginava. O movimento não surgiu daqui ou dali.

*O Sr. Fernando Collor (Bloco/PTB – AL) – Não, não. Foi espontâneo. Aquele movimento foi espontâneo, naturalmente ajudado pelos professores de escola primária, etc. Houve uma certa orquestração, mas houve essa sensação em função do que foi falado aqui pelo Senador Valter, não sobre confisco dos ativos ou da poupança, porque confisco pressupõe tomar-se alguma coisa e não devolver essa coisa; e o dinheiro foi devolvido integralmente a todos os que detinham esses recursos, inclusive com juros acima dos pagos à caderneta de poupança normal. De modo que o que quero deixar muito claro neste momento, Senador Pedro Simon, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Sr. Presidente, é que o que trago a este nosso debate, a este nosso encontro de opiniões ou colocação de opiniões são exatamente fatos. V. Ex<sup>a</sup> traz a sua opinião, a sua convicção, a que V. Ex<sup>a</sup> tem todo o direito. Eu apenas ofereço esses argumentos embasados, que mostram que houve atropelo na CPML, na questão dos prazos; que houve, sim, o objetivo de se realizar essa votação na Câmara, na antevéspera das eleições municipais – isso foi feito; que houve pressa no trâmite no Senado da República – houve; que houve um erro crasso, que vai de encontro à nossa Carta Maior. O Presidente do Supremo, presidindo a sessão do Senado, tinha por obrigação, como guardião das leis, fazer valer a lei. Está escrito na Constituição que o Senado da República se constituirá em tribunal para julgar o Presidente da República. No momento em que se iniciou a sessão, eu era um ex-Presidente da República, porque apresentei a minha carta-renúncia. Foi suspensa a sessão – suspensa a sessão – e foi dado posse ao meu sucessor, ou seja, configurando-se aí que eu não era mais Presidente. E o Presidente do Supremo, então, volta a presidir aquela sessão. E ele, Presidente do Supremo Tribunal Federal, conhecendo as leis como conhece, guardião da Constituição como deve ser, diz: “Vamos continuar a sessão para tirar os direitos políticos de um ex-Presidente”. Estes são fatos contra os quais vários juristas – não sou versado no Direito, como V. Ex<sup>a</sup> também não é, mas outras pessoas aqui são – se*

manifestaram. O atentado ao Direito foi flagrante. V. Ex<sup>a</sup> sabe que não foi dada sequer vista para os meus advogados conhecerem as acusações que estavam sendo feitas na CPMI. O meu advogado teve de apresentar a nossa defesa sem conhecer os autos, porque não nos foi dada vista; foi-nos negada. De modo que esses são fatos concretos, Senador Pedro Simon, que eu gostaria apenas de apensar ao seu discurso e às colocações que V. Ex<sup>a</sup> vem fazendo. Obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Faço questão de esclarecer um ponto – não é o Pedro Simon quem fala: refiro-me à CPMI. Com o tempo, o número dos favoráveis ao *impeachment* foi mudando, foi crescendo. O que estou falando é que não houve pressão de jeito nenhum. Não vi nenhum empresário pressionando. A *Veja*, sim, é verdade; a *Veja*, desde o início, vi batendo, batendo; mas *O Globo* e os outros jornais, eu não vi. Eu gostaria até que algum Senador que está aqui dissesse alguma coisa no sentido de que participaram.

Eu não vi nada. Houve uma decisão tomada por ampla maioria. Ampla maioria! Estava lá a figura do Vice-Presidente da República. Em nenhum momento houve alguma reunião na casa do Vice ou o Vice participou de qualquer movimento. Não houve nenhuma participação, nenhuma preocupação com a figura do vice-Presidente. Em nenhum momento o vice-Presidente participou de alguma reunião com a Comissão ou a Comissão com o vice-Presidente. E, fora o vice-Presidente, não vi mais ninguém também, não vi nenhum Partido interessado naquilo que aconteceu em 64, naquilo que aconteceu em 54, ou seja, um golpe para derrubar o Governo. Isso eu não vi.

*O Sr. Fernando Collor* (Bloco/PTB – AL) – Senador?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Isso, de um lado. De outro, V. Ex<sup>a</sup> traz, com muita razão, a decisão do Supremo. É verdade: o Supremo decidiu arquivar por falta de prova. Mas há uma questão: com todo respeito ao Supremo Tribunal Federal, cujos membros considero os mais íntegros, os mais sérios e pelos quais tenho o maior respeito, alguma coisa tem de ser feita.

*O Sr. Fernando Collor* (Bloco/PTB – AL) – Senador?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O Brasil não pode continuar a ser o País da impunidade. E o Brasil é o País da impunidade não porque o sargento, o delegado de polícia ou o escrivão de polícia, na vila ou no bairro, não sabe tomar posição; não porque, nas questões miúdas, na briga de ladrão de galinha ou em qualquer situação dessa natureza, não haja um procedimento. O Brasil é o País da impunidade porque o exemplo de combate à impunidade que tem de vir do Supremo Tribunal não vem. O exemplo de moral, de ética e de dignidade não é colocar o joãozinho na cadeia, mas colocar o Pedro Simon, colocar o ministro fulano de tal, o presidente do Banco Central; apurar as bandalheiras, as vigarices, as roubalheiras que fazem e com os quais não acontece nada neste País. Essa é a verdade.

Perdoe-me o Supremo, mas nenhum Deputado Federal, nenhum deputadinho, nenhum senadorzinho, nenhuma autoridade foi condenada pelo Supremo?

*O Sr. Fernando Collor* (Bloco/PTB – AL) – Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O Supremo pega um processo e manda arquivá-lo por falta de prova?

Este é o Supremo! Infelizmente, este é o Supremo na sua atuação política.

*O Sr. Fernando Collor* (Bloco/PTB – AL) – Senador?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Digo a V. Ex<sup>a</sup> que me sinto muito tranqüilo quando V. Ex<sup>a</sup> me diz “Mas os juristas se reuniram e mandaram arquivar”.

*O Sr. Fernando Collor* (Bloco/PTB – AL) – Não com essa exuberância.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mandaram arquivar por falta de provas.

*O Sr. Fernando Collor* (Bloco/PTB – AL) – Senador Pedro Simon, é preciso que esclareçamos o seguinte: quando V. Ex<sup>a</sup> diz que o pro-

cesso foi arquivado por falta de provas, é como se V. Ex<sup>a</sup> quisesse dizer: “Mas como? Quer dizer que, não havendo provas, pode-se acusar alguém?” Ou: “o pressuposto da culpa é a prova que se apresenta contra a pessoa?”

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O senhor me perdoe, mas eu quero dizer...

*O Sr. Fernando Collor* (Bloco/PTB – AL) – Porque isso pode parecer a outros – e entendo o que V. Ex<sup>a</sup> quis dizer – que V. Ex<sup>a</sup> está advogando a tese de que, mesmo sem provas constituídas, poderiam me condenar.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Por amor de Deus! Por amor de Deus!

*O Sr. Fernando Collor* (Bloco/PTB – AL) – Pois é. Não é isso o que V. Ex<sup>a</sup> está querendo dizer.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Por amor de Deus! Não, não. O que quero dizer...

*O Sr. Fernando Collor* (Bloco/PTB – AL) – O Supremo Tribunal Federal, a mais alta Corte de justiça do País, depois de analisar todos aqueles documentos e as chamadas provas, levadas pela CPMI ao Ministério Público e do Ministério Público ao Supremo Tribunal Federal, arquivou o processo. O Ministro Relator, Ilmar Galvão, e o Ministro Revisor, Moreira Alves, extremamente criteriosos, homens sérios e ilibados – e o Revisor poderia ter dado um voto diferente –, disseram: “Não há, aqui, provas para condená-lo; não há provas que nos levem a ter outro juízo a respeito disso a não ser o de absolvê-lo das acusações que foram feitas”. Sabemos que todas as vezes que decisões são tomadas ao sabor das emoções, essas decisões nunca serão as melhores nem as mais acertadas. Tenho confiança de que a decisão do Supremo Tribunal Federal tenha reparado, em parte, o grande dano que me causou todos esses tristes e lamentáveis momentos de que fui protagonista e que eu lamento, profundamente,

tenha levado também o Brasil a um momento de catarse, que não merecia naquele momento.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Volto a repetir, é muito importante: o Supremo Tribunal Federal não podia mandar arquivar. E mesmo que eu queira dizer que se não havia prova... Não. Ele achou que faltam provas. O normal – perdoem-me, tenho 50 anos de advocacia – é o julgador dizer: “Baixe em diligência”. Ou ainda: “Sr. Procurador, baixem os autos em diligência para ver se há ou não há outras provas”. Isso era o que ele tinha de fazer. Isso é o normal. Se ele pedisse: “Arquive-se, porque não há nada. Vamos absolver, porque está absolvido” – e V. Ex<sup>a</sup> tinha direito a isso; V. Ex<sup>a</sup> não podia ficar, como ficou, “absolvido por falta de provas”. Foi isso que o Tribunal disse.

*O Sr. Fernando Collor* (Bloco/PTB – AL) – Mas a culpa só pode ser formada, Senador, a partir de provas constituídas.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Evidente.

*O Sr. Fernando Collor* (Bloco/PTB – AL) – Não se pode acusar nem condenar ninguém previamente.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O Supremo Tribunal Federal, ao dizer “arquive-se por falta de provas”, deveria ter dito: “Baixe em diligência à Procuradoria”. Aí poderia voltar à Procuradoria, que diria: “Não tenho mais nada”.

*O Sr. Fernando Collor* (Bloco/PTB – AL) – É uma opinião de V. Ex<sup>a</sup>.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não; não é apenas na minha opinião, não. É o parecer jurídico de todas as pessoas que analisaram a questão.

*O Sr. Fernando Collor* (Bloco/PTB – AL) – A de um advogado que milita há 50 anos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É a posição jurídica de todas as pessoas que analisaram a questão.

*O Sr. Fernando Collor* (Bloco/PTB – AL) – Como também várias outras pessoas que a analisaram, Senador, mostraram os atropelos havidos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Aliás, apareceram declarações infelizes de alguns ministros: “Eu queria ver, mas não havia provas”. Ainda se explicando: “Eu queria, mas não havia provas”. Então, que se baixe em diligência, que se peça a diligência. E aí, sim, a Procuradoria traria de volta. “Não tem”. O juiz, V. Ex<sup>a</sup> tem razão, só pode julgar o que está nos autos. Pode haver milhões de coisas fora dos autos, mas, para o juiz, só existe o que está nos autos.

*O Sr. Fernando Collor* (Bloco/PTB – AL) – Veja, Senador Pedro Simon...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Só existe o que está nos autos.

*O Sr. Fernando Collor* (Bloco/PTB – AL) – Veja, Senador Pedro Simon, que todas as diligências e perícias que solicitamos na CPMI foram todas negadas – todas! Não baixou em diligência nada do que pedíamos; não foi determinada a perícia que solicitamos, em nada. Quer dizer que, no nosso caso, era possível não baixar em diligência, não atender ao pedido de baixar em diligência. E, quando vai ao Supremo julgar, porque eu é que estava sendo julgado, haveria de ser baixado em diligência? Aí, são dois pesos e duas medidas, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex<sup>a</sup> daria um bom advogado. V. Ex<sup>a</sup> joga com os fatos com muita competência. Meus cumprimentos!

*O Sr. Fernando Collor* (Bloco/PTB – AL) – Não, não. Eu não jogo com os fatos. Estou dizendo, rigorosamente, Senador, o que aconteceu. Não é isso?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Até gostei do argumento. Mas quero dizer a V. Ex<sup>a</sup>, com toda a franqueza, que vim a esta tribu-

na com muita mágoa. Não faz o meu estilo. Entendi que o Presidente Collor fez um pronunciamento brilhante, expôs o seu pensamento, estava no seu direito. Apenas achei que S. Ex<sup>a</sup> exagerou ao avaliar o trabalho da Comissão. Eu tinha a obrigação de me contrapor. Perdoem-me, meus colegas senadores, mas S. Ex<sup>as</sup> ficaram tão emocionados com o discurso de V. Ex<sup>a</sup>, que V. Ex<sup>a</sup> saiu daqui consagrado, por unanimidade, a papa, pelos apertes tão emocionantes...

*O Sr. Fernando Collor (Bloco/PTB – AL) – Foi generosidade da Casa, Senador.*

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – (...) e os entendo e os respeito. É que achei que se esqueceram do trabalho da CPMI! Então, vim à Casa relembra-lhes da CPI também. Não vim com objetivo outro que não seja esse.

*O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Senador Pedro Simon, permita-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?*

O SR. PEDRO SIMON (PSDB – RS) – Pois não.

*O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – V. Ex<sup>a</sup>, hoje pela manhã, disse-me: “Mercadante, você salvou o Senado naquele teu aparte no debate com o Fernando Collor”. A intervenção que V. Ex<sup>a</sup> faz agora não condiz com o que nós conversamos nem com o que aconteceu. Eu, de forma bastante equilibrada, como é do meu estilo, e também querendo basicamente demarcar minha posição em relação a um capítulo da história do Brasil, disse que defendia a CPI, falei do espírito republicano que nos movia, do movimento pela ética na política, da luta pela transparência, citei os membros da CPI, o trabalho que fizemos, e hoje, mais uma vez, fiz exatamente o que fiz na sessão anterior. Portanto, quero registrar que não compartilho com essa avaliação que V. Ex<sup>a</sup> fez em relação àquela tarde. Não foi o sentido da minha intervenção. Ainda que alguns senadores possam ter manifestado suas avaliações, a minha foi em defesa da CPI. Eu disse que tinha orgulho e confiança no trabalho que fiz.*

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – A esta altura, digo o seguinte: o passado deve nos servir de lembrança para o futuro. Mas não temos o direito de nos fixar no passado; temos de olhar para o futuro. O *impeachment* de V. Ex<sup>a</sup> nos assustou. Quando vi o PFL marcar reunião com juristas para pedir o *impeachment* do Lula, eu os procurei para dizer: “Olha, *impeachment* não se discute com juristas; *impeachment* é com o povo, com a sociedade brasileira”. Senti que ali não somávamos nada cassando o mandato do Presidente da República, embora os fatos fossem graves. Contudo, estávamos num caminho muito difícil e muito perigoso, como eu acho que estamos agora.

No entanto, há uma expectativa no novo mandato do Presidente, no sentido de que Sua Excelência, realmente, tenha uma nova atuação. Sua Excelência não pode repetir o Governo anterior porque não vai ter a mesma sorte. Graças a Deus, parece que Sua Excelência está convencido disso, vai agir com a prestação necessária.

Há alguns erros do meu Partido e do dele ao indicar, por exemplo, o Ministro da Agricultura. Antes de indicar o nome do Ministro vamos ver quem ele é. Quem é esse cidadão, Deputado há vinte anos? Quem é ele? Indicar o Ministro para depois verificar que ele está sendo processado no Supremo, que ele tem uma enorme conta a pagar! Aí, retira-se a nomeação. Então, por que ele não olha primeiro quem está sendo indicado? Errou o meu Partido, que mandou o nome dele, e errou o Presidente, porque, tendo o meu Partido mandado o nome dele e de mais quatro, escolheu o pior de todos. O Presidente também podia ter feito a fiscalização: “Olha, vocês mandaram um nome aqui que não dá; esse indivíduo não serve!” Que sirva de exemplo para o Presidente. Ele não pode cometer tais equívocos. Por isso está começando mal hoje. Vai começar tudo de novo.

O Senador Jefferson Péres e eu fomos parar no Supremo. Nossa ação foi mal no Supremo porque levou um ano e não sei quantos meses para ser julgada. Então, quando foi julgada e mandaram que se instalasse uma CPI, já havia mais quatro. Se o Presidente Lula, naquele episódio veiculado pela televisão, ali aberta e escandalosamente, mostrando o cara pegando dinheiro, botando no bolso, tivesse tomado providências, se ele tivesse agido, demitido, sequer entraríamos com CPI, nem ela viria depois.

O Presidente tem de entender que ele manda; ele decide. Na dúvida, demite. Essa história de o Presidente dizer que o indivíduo não havia sido julgado pelo Supremo e que, portanto, ele só poderia dizer que ele era culpado depois de ser julgado... É verdade. Não posso dizer que alguém é culpado antes de ser julgado. Todavia, entre não ser culpado antes de julgado e botar no meu Governo um indivíduo que todo mundo diz que é vigarista há uma diferença muito grande! Há uma diferença muito grande. É o caso típico agora da indicação para o Ministério da Agricultura. Não foi julgado, não pode ser considerado culpado, mas todo mundo sabe a série de acusações graves que pesam sobre ele.

Então, que o Presidente reflita sobre isso. Repito: estamos vivendo um momento grave. Se hoje fizerem isto, ou seja, se não deixarem criar a CPI e se, amanhã, a Oposição for para o Supremo Tribunal Federal e este, mais uma vez, mandar instalar a CPI, vai começar mal. O Governo de Sua Excelência vai começar mal!

Com relação a V. Ex<sup>a</sup>, volto a repetir: V. Ex<sup>a</sup> é um jovem.

*O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me, Senador Pedro Simon?*

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex<sup>a</sup> pagou um preço. Em um País onde ninguém paga nada, V. Ex<sup>a</sup> pagou. Justiça seja feita: nos melhores anos da vida de V. Ex<sup>a</sup>, da Presidência da República V. Ex<sup>a</sup> foi afastado.

Deus lhe reservou esta oportunidade. V. Ex<sup>a</sup> está aqui no Congresso Nacional, no mesmo Senado que lhe cassou o mandato, e trazido pelo voto popular. Como é bonita a democracia! Como é bonita a liberdade! Temos de respeitar V. Ex<sup>a</sup>, um Senador igual a nós, eleito pelo povo das Alagoas, em condições de exercer o mandato. Eu pretendo trabalhar juntamente com V. Ex<sup>a</sup>. Eu pretendo caminhar para frente, esforçar-me. V. Ex<sup>a</sup> está agora preocupado com a questão do meio ambiente, e não poderia haver uma questão mais importante. V. Ex<sup>a</sup> botou o dedo na ferida. Acho que é a questão mais séria que o mundo atravessa hoje. Desde que os Estados Unidos não cumpriram o Protocolo de Kyoto, tudo foi às favas.

Vamos caminhar para adiante. Este é o meu objetivo. O meu objetivo não é olhar para trás, não é querer enquistar V. Ex<sup>a</sup>; não! Eu sou aqui o Pedro Simon que convivi com V. Ex<sup>a</sup> em Porto Alegre e me enganei feio, porque V. Ex<sup>a</sup> me deu uma aula. Não podia eu adivinhar que fosse vitorioso aquele Prefeito de Maceió e Governador de Alagoas, que veio ali contra o PMDB e 26 governadores e que disse: “Eu vou ganhar. Vou fazer um Partido e vou ser Presidente da República.” E foi. O diabo é que foi! E o PMDB até hoje não o foi.

Pois não, Senador Tasso. Não quer mais?

*O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Quero.*

*O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – PA) – Senador Pedro Simon, apenas para repor, para ajustar os fatos um pouco. V. Ex<sup>a</sup> acabou de repetir palavras que eu usei no aparte que fiz.*

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não é a primeira vez, não é? Tenho costumeado.

*O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – PA) – E é um orgulho para mim; é uma compensação mínima, porque eu creio que repito V. Ex<sup>a</sup>, procuro fazê-lo muito mais do que V. Ex<sup>a</sup> a mim. V. Ex<sup>a</sup> usou – e vou ficar na maior sobriedade – palavras que usei: neste País da impunidade, o Senador Fernando Collor havia pagado um preço alto. Fui, aliás, o primeiro a apartear-lo e tenho convicção de que...*

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E, cá entre nós, eu não sabia que V. Ex<sup>a</sup> ia falar. Fui a Porto Alegre e não sabia. Começou a uma da madrugada e terminou às cinco da madrugada. Quer dizer, muita gente no Brasil ficou com a televisão ligada de uma às cinco. V. Ex<sup>a</sup> foi o primeiro.

*O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – PA) – Fui o primeiro. E por que fui?*

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Falou uns quinze minutos.

*O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – PA) – Talvez, talvez. Eu creio que, falando assim, V. Ex<sup>a</sup> demonstra o quanto dever ser difícil me ouvir, porque marcou minuto a minuto, talvez até os segundos o tempo da minha fala. Prometo que, de agora em diante, serei mais parcimonioso, em homenagem aos seus ouvidos tão sensíveis. Mas, Senador Pedro Simon, deixe-me entrar no substantivo. V. Ex<sup>a</sup> acabou de repetir palavras minhas. Eu disse que o Senador pagou um preço alto. Eu disse ao Senador Fernando Collor que as acusações feitas ao governo dele eram de extrema gravidade e que, naquele dia, eu não queria entrar no mérito das acusações. V. Ex<sup>a</sup> tem todo o direito de fazer isso agora. Eu não quis fazê-lo, mas disse que as acusações eram graves. Ou seja, eu não creio que o meu aparte – este aparte de quinze minutos – tenha emocionado ou comovido ninguém por solidariedade ou por qualquer caráter pungente de solidariedade em relação ao Senador Fernando Collor. Eu senti que era meu dever, como Líder de um partido, apartear-lo logo. As pessoas diziam: “aparteio ou não aparteio; é bom, não é bom”, e eu não gosto muito de me prender a essas conveniências. Eu sei que devia dar o meu depoimento no momento. Mais ainda, procurei fazer um paralelo entre os dois momentos, e o cerne deste aparte longo – se eu tivesse aprendido a arte de ser sucinto – teria ficado mais claro. O cerne foi dizer que tínhamos uma semelhança nas acusações graves aos dois governos e que ele, Senador Fernando Collor, tinha tido o mérito de não ter usado formas heterodoxas de se manter no poder, o que aconteceu depois – compensações, estamos vendo o Governo retaliado, enfim. E eu disse: muito bem, se V. Ex<sup>a</sup> teve algum mérito naquele momento, foi o de ter permitido que o processo corresse normalmente, porque, se tivesse usado dos poderes que a caneta presidencial lhe conferia, teria completado o seu mandato, como o Presidente Lula completou o dele.*

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E bem aproveitado.

*O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Eu chamei os dois casos para os analisarmos em conjunto. Não senti que tivesse sido um aparte laudatório.*

Apenas reconhecendo o seu direito de entrar no mérito, naquele momento, eu resolvi, eu próprio, não entrar. Mas foram essas as palavras...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu recebo com muito carinho o aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

*O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Pois, não, Senador.*

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E acho que tenho de pedir desculpas, porque acho que não fui feliz.

*O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Não tem o que pedir desculpas.*

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu tenho a maior humildade em dizer isso.

*O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Não, não tem o que V. Ex<sup>a</sup>...*

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O que eu quis dizer é que faltou citar a Comissão. É aqui que eu quis chegar. Falou-se, conversou-se, etc. e tal, mas alguém, e foi isso o que fez o Senador Mercadante, e eu me lamentei de não estar aqui, porque, se eu estivesse aqui, eu teria citado a Comissão. É só isso. Não foi nem laudatório, nem coisa nenhuma.

*O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Teria sido legítimo.*

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Fica claro. O seu aparte foi brilhante, não tenho nenhuma dúvida disso. A única coisa que eu quis dizer – e aí eu me referi ao Senador Mercadante – é que, fora o Senador Mercadante, deixamos de citar a Comissão. E aí estava em jogo, quer dizer, o Presidente da República, com toda a sua argumentação correta, mas alguém tinha de vir e dizer “Mas o outro lado foi assim, assim”, até para fazer o contraponto e se chegar a uma conclusão.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Se V. Ex<sup>a</sup> me permite um segundo mais...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas não houve nada no sentido de colocar em dúvida o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – E se me permite mais um segundo, Senador, naquele episódio, o meu Partido foi muito moderado; aliás, como foi o Dr. Ulysses Guimarães na questão envolvendo o *impeachment*. E o meu Partido praticamente vetou o *impeachment* ao Presidente Lula. O Presidente Lula terminará os seus oito anos de mandato devendo ao PSDB isso. Nós vetamos. Nós tomamos uma decisão de Partido de não embarcarmos no que seria, para nós, uma aventura que jogaria brasileiros contra brasileiros. Eu procurei trazer os dois temas, mas eu agradeço a V. Ex<sup>a</sup>. E eu sei que é sincero o seu gesto de generosidade e de humildade para com este seu colega, e só o faz crescer no meu conceito. V. Ex<sup>a</sup> me repete umas duas ou três vezes, e eu o repito umas quarenta mil, e melhora cada vez que o faço. Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu encerro, Sr. Presidente. (Pausa.)

Ele não quer falar. Ele só estava fazendo provocação. (Pausa.)  
Agora, quer?

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Eu queria antes também, mas V. Ex<sup>a</sup> não me prestou atenção. V. Ex<sup>a</sup> só prestava atenção no Senador Arthur Virgílio, que falou quinze minutos. Eu somente falei por dois minutos e V. Ex<sup>a</sup> não prestou a mesma atenção. São dois minutos, apenas para...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex<sup>a</sup> também é dos apartes longos, mas pode falar.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – O Senador Arthur está dizendo que estou com ciúmes, porque V. Ex<sup>a</sup> não guardou quantos minutos foram o meu aparte. Eu queria apenas ratificar – V. Ex<sup>a</sup> já falou

muito bem – a minha posição, quando fiz o aparte ao Senador Fernando Collor. Em suma – isto já é lugar-comum aqui –, estamos repetindo o pensamento de V. Ex<sup>a</sup>. Mas eu gostaria de aproveitar esta oportunidade para deixar claro que o Presidente Fernando Collor foi, talvez, na história recente, por meio do processo parlamentar da CPI, o único que tenha pagado – e pagou muito caro. Eu não falei nem da questão jurídica em si, mas todos nós conhecemos, pela imprensa, o preço, a humilhação pública, até com problemas pessoais, envolvendo família etc. Foi um preço, sem dúvida nenhuma, talvez até mais caro.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Foi.

*O Sr. Tasso Jereissati* (PSDB – CE) – E que ele tinha sido redimido... redimido não, recolocado em uma nova chance – V. Ex<sup>a</sup>, como sempre, disse melhor que eu – que o povo de Alagoas lhe deu, e, portanto, ele merecia de nós a acolhida do legítimo representante de Alagoas.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Correto.

*O Sr. Tasso Jereissati* (PSDB – CE) – No entanto, eu quis ressaltar que, como eu não era Parlamentar na época, eu vi uma enorme diferença ao tratamento que foi dado a ele, então Presidente da República, e o tratamento que foi dado agora aos escândalos talvez até maiores que o do Fiat Elba na época ou o da secretária. São escândalos envolvendo recursos maiores e que não foram tratados, nem pelo Parlamento, nem pela sociedade brasileira, com o mesmo rigor. Eu me lembro, Senador Pedro Simon – e V. Ex<sup>a</sup>, com certeza, melhor do que eu – do movimento dos intelectuais, dos artistas, da enorme revolta. E agora eu vi artistas dizendo que concordavam que “houve desvio de recurso público, mas política se faz assim mesmo e deixa para lá porque todo político é assim”. Isso é gravíssimo! Para mim, é muito mais grave do que o que aconteceu antes, porque política, e V. Ex<sup>a</sup> é exemplo, política não se faz assim. Quero falar aqui também da enorme disposição da Esquerda brasileira aqui representada. Pessoas que eram reis das CPI hoje dizem que “nem de CPI eu gosto”.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Onde está a Esquerda brasileira representada aqui, Senador? Eu queria só ver.

O Sr. *Tasso Jereissati* (PSDB – CE) – Principalmente do PT. Dou o nome claramente. O PT era louco por uma CPI, não podia ver uma gravata mal colocada que pedia uma CPI.

O Sr. *Heráclito Fortes* (PFL – PI) – Se tiver mais de 60, está contra o Lula. Mais de 60 na Esquerda é inaceitável.

O Sr. *Tasso Jereissati* (PSDB – CE) – E que agora diz, com toda clareza, “nem de CPI eu gosto”. Então é isso que eu quero colocar. Isso está levando a uma sensação de impunidade. Abra os jornais hoje e se vê o Delúbio em uma festa com o cabelo todo modernoso, todo *punk*, em uma festa, com uma alegria que não tem tamanho. Olha onde anda o Marcos Valério, onde anda o Silvinho, o Waldomiro! Não tem ninguém sequer afastado. Outros estão rearticulando a vida pública. Há uma disparidade enorme entre o que aconteceu naquela época e o que acontece agora. E eu pediria a V. Ex<sup>a</sup> – não estou lhe fazendo um aparte, estou lhe fazendo uma pergunta – que fizesse uma comparação entre aquela época e esta. O que aconteceu, piorou ou melhorou o Brasil?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com o maior respeito, quero repetir a V. Ex<sup>a</sup> o que já falei para o Líder. Não quis analisar seu comportamento nem seu aparte. Apenas quis acrescentar que falei porque faltou aqui a CPI – e eu tinha de vir falar na CPI. Esse é o sentido.

Entretanto, só acrescentaria, com relação ao discurso de V. Ex<sup>a</sup>, ao que de grave há hoje, com todo o respeito, o que de grave houve no Governo anterior. Se me perguntarem, nos meus 77 anos de vida, qual o fato mais grave que vi na política brasileira, eu respondo: foi a venda da Vale do Rio Doce, a maneira pela qual venderam o patrimônio mais importante do Brasil. Dar de presente por R\$3 bilhões? Agora, ela está valendo R\$45 bilhões. Esse é o valor agora, e R\$3 bilhões é o que ela está ganhando de três em três meses. Foi um fato grave.

Mas concordo com o Sr. Senador: Lula foi ao extremo, porque tudo isso aconteceu, mas não chegava ao Fernando Henrique Car-

doso e ao seu Governo como um todo. Agora, trata-se do contexto geral: a mensalidade, os casos. A presença do Chefe da Casa Civil e a corrupção na própria Casa Civil, incrustada no Governo, não havia acontecido.

É um sentimento no contexto da sociedade brasileira hoje.

Nós estamos convocando para vir dar depoimento ao Senado o grande intelectual e escritor que escreveu a penúltima novela da Globo, *Belíssima*. Ele deu uma entrevista às páginas amarelas da *Veja* onde diz o seguinte: “Nós, na Globo, fazemos, da maneira mais perfeita e completa que se possa imaginar, pesquisas diárias sobre os capítulos da nossa novela.” E o que o povo diz, o que o povo fala, o que o povo sente vai dar orientação para o futuro da novela. Então, há pessoas que começam a novela sem nenhuma expressão, para terminar logo ali, mas, de repente, viram na novela. E há outras que se apagam. E ele então dizia que isso ocorre há muito tempo: “Eu me lembro de que, quando fazíamos as pesquisas das novelas para a Globo, havia algo que era normal: o mocinho ficava com a mocinha”. O mocinho ficava com a mocinha; o bandido ia para a cadeia. Eram as coisas normais.

Na novela *Belíssima*, havia uma mulher muito bonita e um marido muito bacana, sério, responsável. E um malandro muito malandro deu em cima, deu em cima, deu em cima e ficou com a mulher. E ficou com a mulher! Na pesquisa, o povo disse que ele ficou com a mulher e ficou bem, porque aquele marido era um chato. Não dava para agüentar aquele marido. O cara lutou pelo que quis e fez bem. Quer dizer, foi aplaudida a novela.

A fulana pegou uma fortuna e foi para a Europa com a fortuna! Mas ela fez bem, tinha de aproveitar, teve chance de pegar o dinheiro. Antes que a polícia chegasse, se tocou e foi embora para a Europa.

Então, diz ele que é impressionante a análise que se faz hoje, que o povo faz hoje, de como encarar a sociedade. É impressionante se ver como as crianças, hoje, respondem às perguntas da realidade da sociedade. Está mudando isso agora. Estamos caminhando. E realmente, como diz V. Ex<sup>a</sup>, no tempo do Presidente Collor, o conceito de sociedade era completamente diferente. Hoje, decaiu de maneira infinita. E está decaindo! Se não fizermos algumas coisas, se não

tomarmos algumas providências, não sei aonde vamos parar! E isso nós temos de fazer, nós temos a responsabilidade de buscar esse entendimento. Temos de ver com a televisão. As novelas, por exemplo, são um terror, porque elas mostram pelo lado mais negativo a formação da nossa sociedade. Creio que comporta isso, sim; essa pergunta que é feita aqui é verdade. Quando eu estava analisando isso, a minha mulher me disse. Eu estava fazendo, pensando, e a minha mulher me disse assim: “Ô Pedro, mas tu não achas que levantar essas coisas agora, o carro Elba e não sei o quê e as compras da casa da Dinda, com a roubalheira disso, daquilo e mais aquilo, tu não achas que estão superados esses fatos?”

*O Sr. Fernando Collor* (Bloco/PTB – AL) – Roubalheira, não! Eu protesto, protesto.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu retiro!

*O Sr. Fernando Collor* (Bloco/PTB – AL) – Roubalheira, não! Protesto, protesto. Isso foi julgado exatamente ao contrário. V. Ex<sup>a</sup> aí parte para um campo ofensivo e pessoal que eu repilo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E que eu retiro, eu retiro.

*O Sr. Fernando Collor* (Bloco/PTB – AL) – Agradeço.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Antes de V. Ex<sup>a</sup> repelir, eu já retirei.

O que quis dizer é que os fatos que estão sendo invocados com relação a V. Ex<sup>a</sup> são infinitamente inferiores à gravidade dos fatos que hoje estão acontecendo. Os fatos hoje são tão graves, são de tal violência que... E, o que é mais grave: cada dia estão pior.

*O Sr. Almeida Lima* (PMDB – SE) – Nobre Senador, V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não.

*O Sr. Almeida Lima* (PMDB – SE) – Nobre Senador Pedro Simon, agradeço a V. Ex<sup>a</sup> de início o aparte apenas para dizer o seguinte. Sem aqui pretender fazer qualquer avaliação de mérito dos fatos ocorridos neste País por ocasião do *impeachment* do ex-Presidente Fernando Collor de Mello, hoje Senador da República, legitimamente eleito pelo povo do Estado de Alagoas – não farei nenhum comentário de mérito – eu apenas gostaria de registrar que S. Ex<sup>a</sup>, o ex-Presidente, hoje senador aqui presente, como foi dito por oradores e apartes anteriores, pagou realmente um preço – e eu concordo – que eu não posso estipular o tamanho, se adequado ou não, mas imensamente desproporcional ao que o atual Governo deveria cumprir ou ser apenado e não foi. E deixo como registro final: S. Ex<sup>a</sup>, o ex-Presidente Fernando Collor, cumpriu a decisão desta Casa, do Senado Federal, quando o afastou da vida pública por oito anos. E o que precisa ficar registrado é que o cidadão José Dirceu, que praticou, de forma escancarada, ao lado do Presidente Lula, na Casa Civil, corrupção desenfreada, foi cassado, recebeu pena de afastamento da vida pública por oito anos e está aí articulando, na calada da noite e na clareza do dia, seu retorno com a sua anistia. Penso que devemos nos preocupar – inclusive com a voz importante e soberana de V. Ex<sup>a</sup> – exatamente para que este fato não se concretize: cidadão que praticou atos de corrupção, atos abjetos, ignóbeis, sujos, imundos, hoje, sem cumprir sua pena, está pleiteando, ferindo a Constituição e todos os princípios éticos e morais, retornar à vida pública, batendo de frente com uma decisão da Câmara dos Deputados. Portanto, creio que isso é muito grave e precisa receber a repulsa de todos nós. Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço, Sr. Presidente, a gentileza de V. Ex<sup>a</sup>.

*O Sr. José Agripino* (PFL – RN) – Senador Pedro Simon, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte? Prometo ser breve, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não, Senador José Agripino.

*O Sr. José Agripino* (PFL – RN) – Senador Pedro Simon, eu não estava aqui na semana passada, creio que, na quinta-feira, por ocasião do dis-

curso do Senador Fernando Collor – discurso inaugural, com que S. Ex<sup>a</sup> inaugurava sua atuação na tribuna do Senado. Não ouvi o discurso de S. Ex<sup>a</sup>, mas soube, porque li pela internet em seguida, o teor do discurso e os comentários decorrentes. Senador Pedro Simon, V. Ex<sup>a</sup>, com a autoridade de um homem que, dentre outras coisas, tem o voto de pobreza, que para mim diz muito, com autoridade que lhe confere o exercício de tantos mandatos como Senador, estabelece um contraponto de certa forma ao discurso do Senador Fernando Collor de Mello. Queria fazer um comentário ainda que breve sobre este ponto e contraponto. O ponto é o pronunciamento do Senador Fernando Collor; o contraponto é o que V. Ex<sup>a</sup> oferece a esse plenário. O Senador Fernando Collor de Mello, que foi Presidente da República, poderia ter iniciado a sua atuação neste Senado falando sobre, por exemplo, a questão do meio ambiente. Foi ele quem fez a Eco 92, quando era Presidente, reunindo chefes de Estado no Rio de Janeiro como ninguém nunca mais reuniu no Brasil. Ele poderia falar sobre o Protocolo de Kyoto, com autoridade política e moral de quem fez. Ele poderia falar sobre modernidade na economia. Foi S. Ex<sup>a</sup> quem iniciou o processo efetivo de globalização da economia neste País. Lembra-se daquela história das carroças dos automóveis? Foi aquilo que possibilitou o início de processo de importação; importação que possibilitou a competição entre produto de qualidade superior. E quem ganhou foi o consumidor brasileiro. Mas S. Ex<sup>a</sup>, Senador Mão Santa, resolveu entrar por um caminho muito mais árduo, muito mais penoso, no meu julgamento: ele entrou com ferrinho de dentista. Foi direto no assunto que deve doer muito a ele. Foi tratar exatamente da cassação dele, começou tratando da cassação, assumindo a postura de quem se julga – e ele tem as suas razões – profundamente injustiçado. E falou com a altivez de quem tem argumentos, razões para se mostrar indignado, ele que foi anistiado do ponto de vista político pela eleição e que foi anistiado do ponto de vista jurídico pela não-condenação do Supremo Tribunal Federal. Penso que o Senador Fernando Collor, que, como todos nós tem virtudes e defeitos, tem uma virtude que precisa ser considerada nesses tempos bicudos de fazer política: ele é um homem de muita coragem e é uma referência. Na hora em que ele, com coragem, inicia a sua atuação como senador, com o ferrinho de dentista batendo na questão mais nevrálgica para ele, na questão da cassação,

do *impeachment*, ele estabelece o ponto e o contraponto para algo que reputo importantíssimo discutirmos e que V. Ex<sup>a</sup> está colocando: a questão da impunidade; o que ele está colocando: a injustiça do ponto de vista da condenação. Cabe a nós pegarmos esses motes, que S. Ex<sup>a</sup> coloca e V. Ex<sup>a</sup> rebate no bom sentido, e com os argumentos que temos, passarmos a limpo este País. V. Ex<sup>a</sup> dá uma bela contribuição e cumprimento o Senador Fernando Collor de Mello pela altivez do discurso e pela coragem que teve de começar a sua ação como Senador desejando passar a sua vida pública a limpo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup> e quero dizer, com toda a sinceridade, que nem passaria pela minha cabeça que o Presidente Collor fizesse o seu primeiro pronunciamento, outro, senão aquele que ele fez. É do seu estilo, da sua personalidade e eu tinha certeza de que esse era o seu pronunciamento, e tinha que ser. Foi realmente muito feliz e fez o que tinha que fazer.

O meu pronunciamento, volto a repetir, foi recolocar uma questão: hoje acho que estamos com as coisas nos seus devidos lugares. E eu digo, Presidente Collor, o futuro está aí e V. Ex<sup>a</sup>, com essa autoridade de que realmente neste País foi dos poucos que pagou, merecendo ou não merecendo, mas pagou a conta, V. Ex<sup>a</sup> tem autoridade para ajudar a nós todos para levarmos adiante este País. Que esse exemplo que aconteceu, que não precisava ter acontecido, nos capacite a olhar para frente. E olhar para frente significa para mim, que sou cristão, não deixar nem mágoa e nem ressentimento. Se errei, peço desculpas; se possa ter feito alguma coisa a mais do que devia, peço desculpas. Eu sou da lei que diz: não julgue para não ser julgado. Eu sou advogado que só faço defesa. Nunca atuei no tribunal do júri na acusação. Eu sou uma pessoa que tenho por espírito buscar o entendimento. E acho que nós o encontramos aqui.

Foi bonita a sessão, a que eu não assisti aqui, mas assisti até às cinco da madrugada lá em Porto Alegre, onde V. Ex<sup>a</sup> se colocou na nova caminhada. E acho que fui feliz na tentativa de dizer que V. Ex<sup>a</sup> vai bem nessa caminhada, apenas espero que possamos botar os pingos nos “is” e caminharmos adiante.

Muito obrigado!

## O abismo entre ricos e pobres no Brasil

(Pronunciamento em 26 de março)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, é muito comum, em discursos e em artigos publicados na imprensa, a tese de que existem dois Brasis: um, desenvolvido e rico; outro, subdesenvolvido e pobre. Criou-se inclusive uma expressão, Belíndia, um País com as mais belas características da Bélgica e outro com as mais tristes mazelas da camada mais pobre da população da Índia. Poderia ser uma parte França, outra Benim. Ou, uma parte Alemanha, outra Zâmbia. Ou, ainda, uma parte Inglaterra, outra Namíbia.

Essas divisões são comuns em termos mundiais. É o caso, por exemplo, da *apartheid*, na África do Sul, motivada principalmente por conflitos raciais. Um pequeno grupo, branco e rico, e outra grande parcela da população, negra e pobre. Embora não se refira, com tanto vigor, à *apartheid*, ainda persiste na África do Sul algo parecido com a nossa Belíndia. Mais que isso: mesmo nos países desenvolvidos, com ares de Bélgica, todos têm o seu lado Índia, com grupos de população pobre, principalmente nas periferias das grandes cidades. É assim com a França, a Alemanha, a Inglaterra e tantos outros. Mesmo nos Estados Unidos, país considerado o mais rico do mundo, não há como negar a existência de uma *apartheid* social. Lá também existe.

De repente, a gente se dá conta de que o mundo é uma imensa Belíndia. E que é dessa mesma tese que se pode extrair verdadeiramente a tão propalada idéia da globalização. É o planeta que se divide em grupos sociais, de acordo com as condições econômicas, independentemente de onde se localizem as populações. Há um

traço de união, muito mais forte hoje, entre integrantes desses mesmos grupos, independente de onde se localizem.

Há um grande país em escala mundial, a parte Bélgica, que pode ser chamada “Mercado”. Ele tem leis próprias, as leis do mercado. Ele tem, além de moedas localizadas, uma outra, mais forte, talvez duas: o dólar e o euro. Tem línguas igualmente locais, mas uma língua oficial quase obrigatória: o inglês. Tem um povo, mas não tem um território delimitado e contíguo. São enclaves, em territórios que mudam de nome, em função de pseudo-soberanias. Assim, o “Mercado”, na Bélgica, tem características semelhantes ao que se encontra na França, na Inglaterra ou na Alemanha. Mas, esse mesmo “Mercado” possui também “ilhas”, igualmente no Brasil, em Benin, em Zâmbia ou na Namíbia. Esse “Mercado” tem uma capital, os Estados Unidos, de onde emanam as principais decisões, e onde se localizam seus grandes exércitos, em defesa de suas leis. Tudo o que acontece nessa imensa capital repercute imediatamente nos outros enclaves ou nas outras “ilhas”.

Tudo gira em torno das decisões do “Mercado”. Há um ape-lo constante no sentido do consumo. Programas de televisão e de rádio, jornais, revistas. A demanda por bens e serviços identifica o status das populações locais. Esse mercado também tem, portanto, uma religião: é o consumismo.

Ai de quem se colocar fora desse “país-mercado”, quem não aderir a essa “religião”: são obrigados a sobreviver, muitas vezes, de sobras e migalhas, no chamado “lado escuro do mundo”. São verdadeiros “pesos mortos”, enquanto não migram para as “civilizações avançadas”, que consomem bens e serviços, que obedecem à lei que rege a oferta e a procura. A Constituição desse imenso país que se espalha por todos os continentes, é a globalização, cujo ditame único é a internacionalização.

É, assim, portanto, o mundo globalizado de hoje: uma parcela incluída, uma outra excluída, com características semelhantes, independentemente de onde estejam localizadas. O traço comum da parcela incluída é, portanto, o consumismo; enquanto o da parcela excluída é a fome e a miséria. O *laptop* do brasileiro, ou do namibiano é semelhante, quase sempre da mesma marca do utilizado pelo

americano, pelo inglês, ou pelo francês. A fome é também igual em qualquer um desses mesmos países. O que distingue esse ou aquele grupo, portanto, é a inclusão, ou não, no acesso a mercadorias e serviços. A exclusão social não é uma característica de um país em particular. Há uma escala mundial no mundo dos excluídos.

Essa exclusão, em escala internacional, cria um tipo ainda mais doloroso de exclusão local. É que população incluída construiu verdadeiros muros, a separá-la de seus semelhantes excluídos. Muros reais e virtuais. Reais, como o que separa os Estados Unidos do México. Ou como o que tenta impedir os palestinos de terem o seu próprio território. Ou o que se quer construir na fronteira do Brasil com o Paraguai. Ou, quem sabe, o que se imaginou erguer para isolar a maior favela do Rio de Janeiro da orla de suas praias mais famosas. Quem negaria que é esse o mesmo propósito de instalação dos condomínios nas grandes cidades? Fecham-nos de muros altos, longe do alcance, nem mesmo da visão de quem está fora. Criam-se novas ilhas de sossego e de segurança. Instituem-se governos paralelos. Criam-se leis próprias. Um Estado paralelo, à revelia do Estado legal. Tudo em nome da segurança. Tudo em razão da presença, cada vez mais precária, do Estado legal.

Essa substituição do Estado legal por um paralelo, local, de interesses de grupos, não é exclusividade da população incluída. A sua ausência cria, também, governos paralelos nas localidades e entre as populações mais pobres. No caso, com características mais preocupantes, porque a maior fragilidade dessas populações incentiva o poder do narcotráfico, da milícia ilegal e de outros grupos igualmente sub-reptícios.

Há, ainda, outros muros disfarçados em vidros de automóveis, em grades, em circuitos internos de segurança, verdadeiros *"big brothers"* do dia-a-dia, onde se confinam grupos de vizinhança nos prédios, de estudantes nas escolas, ou de trabalhadores, nos locais de trabalho. Igualmente, em nome da segurança.

Mas o muro mais vergonhoso é o virtual. É o que separa corações e mentes. Chama-se isso de racismo, de discriminação, de segregação ou de outro nome qualquer. Por exemplo, é o que manda prender o pobre e o negro por delitos menores, enquanto inocenta o rico, mui-

tas vezes o elege, embora com flagrantes de grandes falcatruas. É o que vê no excluído um ser menor, muitas vezes desprezível. É a *apartheid* social, aqui ou em qualquer outro lugar do planeta.

Enfim, meus irmãos, há uma grande divisão, hoje, entre dois grandes grupos sociais: de um lado, quem ultrapassou as divisas do mundo do mercado; de outro, quem ficou fora desses muros.

É aí que reside, nos dias atuais, o maior problema do planeta, gerador de diferentes tipos de conflitos: os valores do mercado nem sempre se regem pelo pudor. Ao contrário, eles se fundamentam pela competição. E, como se sabe, competir é sinônimo de disputar, ou rivalizar. O homem criou, portanto, com a globalização, um mundo de competição, de disputa, de rivalização.

A globalização deu origem a uma espécie de gladiador dos novos tempos. As arenas modernas são os vestibulares, o mercado de trabalho, o mundo digital, a concorrência comercial, os concursos com todos os tipos e características: pela vaga na escola, pelo emprego, pela beleza e tantos outros. Pior: pela vaga no hospital, pelo remédio, pela vida enfim!

Esse mundo de competição gerou novos conhecimentos, tecnologias de ponta e, não há como negar, melhorou a qualidade de vida para a parte "incluída": carros, redes de comunicação, computadores de última geração. Mas não se pode negar que, por outro lado, destruiu valores fundamentais do comportamento humano, gerou privilégios. E privilégio, segundo os melhores dicionários, é uma "vantagem que se concede a alguém com exclusão de outrem e contra o direito comum". Incentiva o ter no lugar do ser. Exclui. Gera fome e miséria. Mata e fere.

Esse mesmo mundo de exclusão incentivou o individualismo, no lugar do coletivo; o consumismo, no lugar dos valores interiores; a esperteza, no lugar da ética. O "mundo dos espertos" tomou o lugar da seriedade, da honestidade, da ética e dos então chamados "bons costumes". Há, sempre, que se "levar vantagem" em tudo, mesmo que em detrimento dos mais nobres sentimentos dos nossos semelhantes. A falta de pudor criou um vácuo, no qual se sepultou a solidariedade.

O homem passou a ser “um na multidão”. Muitas vezes, coberto por sentimentos paranóicos, de que há alguém a persegui-lo. Tudo isso porque as oportunidades de sobrevivência lhe são competitivas: é ele, no lugar de alguém, para não ser alguém no lugar dele. Repito: tudo isso porque as oportunidades de sobrevivência lhe são competitivas: é ele, no lugar de alguém, para não ser alguém no lugar dele. Sai de cena a figura do semelhante e dá lugar à imagem do concorrente. O resultado de tudo isso é o que já se chamou de esgarçamento do tecido social, cujas previsões sombrias dão conta de um verdadeiro caos social.

Não importa se esse mesmo homem mora no Brasil, na Alemanha, na Inglaterra ou na França. Ou na Bélgica, ou na Índia. Ou mesmo em Benin, em Zâmbia ou na Namíbia. Ele sempre será uma espécie de contemporâneo e conterrâneo de alguém que também reside em qualquer desses países, desde que se submeta igualmente às leis de mercado. Ele terá dificuldades, por exemplo, de manter seu “passaporte”, se não falar inglês, ou se não conhecer minimamente a linguagem digital, se não navegar pela Internet, se não acompanhar a cotação do dólar, se não se vestir segundo a moda ditada pela televisão, se não estiver de acordo com as tendências do mercado. Quem sabe, se não conhecer ainda Nova York. Existe aí, portanto, uma contradição: ele tem de parecer igual a todos os incluídos, ao mesmo tempo em que tem de se mostrar, na competição do dia-a-dia, diferente, sempre melhor, com “cara” de empreendedor, sob pena de ser também mais um excluído. Tem de estar conectado no mundo, mas vive sozinho entre quatro paredes. O seu padrão social é ditado pela TV e, principalmente, pela Internet. Ele é um ermitão, conectado com a multidão.

Esse “país-mercado” invadiu todos os demais numa guerra virtual. Quando se tenta impedir essa mesma invasão virtual, os senhores do poder apelam para a guerra real, para as invasões com mísseis de última geração. Defendem seus interesses disfarçados em falsos discursos, “em nome da democracia” e, sem medo do pecado, “em nome de Deus”. Invasão virtual, mortes veladas ou guerra real igualmente deixam vítimas. Na invasão virtual, mortes veladas, escamoteadas nas estatísticas da fome e da miséria. Na invasão real, mortes

reveladas para demonstrar o poderio dos mandantes. Em ambos os casos, mudam-se as formas, mas são os mesmos os objetivos: o poder e a ganância, mesmo que tomando santos nomes em vão. Fala-se em democracia para ter o petróleo e o poder; fala-se em Deus para garantir o mercado e a ganância.

Uma das maiores vítimas desta globalização é a soberania. Cai por terra o civismo, o patriotismo que se aprende na escola. A globalização não leva em conta a idéia de nação, pátria, país. Não há fronteiras para o mercado globalizado. Desmontam-se e demonizam-se estados-nações, derrubam-se governos, atacam-se moedas, desrespeitam-se símbolos nacionais. Privatização, endividamento, sucateamento de exércitos nacionais, desmoralização da representação política local, imposição de costumes alienígenas, usurpação de conhecimentos, tudo isso fundamenta as bases para ataques virtuais ou reais à soberania das nações. E para subtrair a “riqueza das nações”.

Esses fundamentos da globalização não se construíram como um passe de mágica. Ao contrário, eles se desenvolveram nos organismos financeiros internacionais, nas universidades do mundo desenvolvido e nos principais gabinetes do poder.

Quem não se lembra das missões internacionais do Fundo Monetário Internacional? Do Banco Mundial e do BID, com suas “pastas pretas” recheadas de cobranças e de receituários para países e para as nações pobres...

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Mão Santa, há orador na tribuna.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – ...que são verdadeiras cartilhas. Repito, Sr. Presidente: quem não se lembra das missões internacionais do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial e do BID, com suas “pastas pretas” recheadas de cobranças e de receituários para países e populações pobres, verdadeiras cartilhas políticas para os governantes locais? Quem não se lembra da grande discussão sobre o chamado “pensamento único”, uma espécie de lavagem cerebral nas melhores cabeças de todo o planeta, por meio de teorias que, posteriormente, seriam colocadas em prática, não importa

o nome e a localização do país? Quem não se lembra dos famosos “consensos”, como os de Washington, que, com sua pregação privatista e destruidora de Estados nacionais? Quem não se lembra do “Estado-Mínimo”, pregação contraditória dos “Estados-Máximos”?

É evidente que não se trata, em princípio, de qualquer idéia de contra-ataque imediato a esse país-mercado. Seria em vão. Como, por exemplo, mudar, de imediato, corações e mentes, dando conta de que produzir pão é mais importante que produzir canhão? Ou o feijão, no lugar do míssil? Como, hoje, difundir a idéia de que as mais belas, e mais caras, embalagens encarecem o produto, se elas se tornam, de fato, instrumentos de concorrência? Como fazer entender que moda é, muito mais, manipulação do que estilo? Como dissuadir a indústria bélica de sua produção de dor e de morte?

É evidente também que não se quer eliminar a idéia do supérfluo. O que se deseja é redistribuir o necessário – repito: o que se deseja é redistribuir o necessário. Que se propague uma luz no “lado escuro do mundo”. Não tenho esperança, porém, que esse venha a ser um “programa de governo”, do país-mercado. Este País trabalha com escalas de produção que permitem maiores lucros, como se depreende em suas mais básicas publicações de economia. No Brasil, por exemplo, se é verdade que a “parte incluída” da população soma 50 milhões, isso significa um mercado consumidor cativo equivalente a quase uma Argentina e meia! Há ainda outros quase 80 milhões que poderiam ser considerados “emergentes” no Brasil. Mas o que esse mesmo mercado estaria imaginando para os 50 milhões de brasileiros considerados “no escuro”?

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Mão Santa, V. Ex<sup>a</sup> não pode cochilar!

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu falava que o Brasil tem um mercado cativo de 50 milhões, uma e meia Argentina, que estão dentro do mercado consumidor. Ainda quase 80 milhões poderiam ser considerados emergentes, porque estão entrando, mas o que esse mesmo mercado estaria imaginando para os 50 milhões de brasileiros considerados “no escuro”? Como potencial ou como

fardo? Que perspectivas teriam esses mesmos 50 milhões, hoje pobres e miseráveis, de migrarem para o país-mercado? Qual o papel do Estado, ainda que desmontando por políticas ditas liberais, para esse grande País de excluídos? Políticas compensatórias ou degraus para galgar as portas do mercado?

Há, portanto, um longo caminho a ser percorrido. O consolo é que parece tratar-se de um caminho de volta; e os caminhos de volta são, por definição, conhecidos. Já se passou por eles algum dia, em algum tempo. É história vivida.

Em primeiro lugar, há que se resgatar valores. O ser humano não pode ser meramente um objeto de vitrine. Ele não pode ser visto tão-somente como consumidor em potencial, sob pena de exclusão. Neste caso, não vejo alternativa senão uma volta ao passado: restabelecer as relações de amizade, de vizinhança, de religião, de trabalho, de escola e de família; incentivar os eventos coletivos, para que possam ser discutidos os destinos da humanidade.

Rever currículos, criar instrumentos legais incentivadores de ações cooperativas, buscar ações que permitam reverter as migrações internas que incharam cidades e potencializaram os efeitos da exclusão social, como o desemprego, o analfabetismo e a violência. Mapear e potencializar experiências bem-sucedidas de trabalho voluntário. Resgatar o verdadeiro sentido de comunidade. E, quem sabe, o significado de felicidade.

Há que se resgatar, também, o chamado Estado-Nação, enquanto representante dos interesses coletivos, e que leva em conta a história, a geografia e a cultura de um povo. Quanto mais fortes os sinais da globalização, mais importante o papel do Estado. O que se viu, nos últimos tempos, é um Estado privatizado, controlado por interesses privados e longe das necessidades coletivas, principalmente da porção excluída da população.

No caso brasileiro, por exemplo, estarão prontas as bases para um plano de desenvolvimento verdadeiramente nacional, não um mero apanhado de medidas, quase sempre desconexas, viabilizadas, unicamente, dos interesses do mercado. Um plano legítimo por que concebido a partir das reais necessidades e dos interesses da população como um todo, e não sob pressão única de grupos que

objetivam o benefício individual em detrimento do coletivo. O Brasil, pela sua riqueza natural, é, e sempre será, o território mais cobiçado pelos interesses do mercado globalizado. Por enquanto, é através da guerra virtual. Se necessário, o será pela guerra real.

Quem sabe, então, estejamos no melhor dos momentos para reconstruir um só Brasil, com sua etnia, sua cultura, sua história e sua geografia? Quem sabe, também, um planeta com divisões geográficas demarcadas pela história de seus povos, cujas fronteiras sejam invadidas, aí sim, por sentimentos de humanidade, de respeito às diferenças e, sobretudo, pelos direitos mais fundamentais de todos os seus cidadãos? Nem “Belíndia”, nem “Alemâmbia”, nem “Inglamíbia”. A globalização, sim, porém, não a que provoque a exclusão social, mas a que promova a inclusão de todos os seres humanos no seu sagrado direito à cidadania, à democracia e à soberania. À vida, enfim, na sua plenitude.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

## Nomeação de Dom Odilo Scherer

*(Pronunciamento em 27 de março)*

Senhor Presidente, Senhoras Senadoras e Senhores Senadores, Reverências e Reverendíssimo, antes de entrar no assunto que motivou esta sessão especial, eu quero deixar registrada minha alegria pela nomeação de Dom Odilo Scherer para a Arquidiocese de São Paulo. Dom Odilo comandará, a partir de agora, a maior arquidiocese católica do Brasil.

Secretário-Geral da CNBB desde 2003, Dom Odilo Scherer reúne todas as condições necessárias para cumprir essa missão que lhe foi confiada por Deus, por meio do Papa Bento XVI.

A Arquidiocese de São Paulo é uma síntese deste Brasil de tantos contrastes.

É por isso que as palavras de Dom Odilo irão muito além das fronteiras de sua arquidiocese. Segundo suas próprias palavras, “é papel da Igreja a formação da consciência ética e o estímulo para que os cristãos leigos e leigas participem ativamente da política como cidadãos”. Portanto, como conterrâneo de Dom Odilo, e brasileiro como os cidadãos de todos os recantos deste imenso País, que se irmanam na Arquidiocese de São Paulo, peço a Deus que ilumine os seus passos, para que, com ele, trilhem os melhores caminhos.

Eu poderia iniciar, Sr. Presidente, este meu pronunciamento sobre a Campanha da Fraternidade deste ano, concedendo um aparte. Eu concedo um aparte para o silêncio, por um minuto. Um minuto de silêncio para Dom Ivo Lorscheiter, ex-Presidente e ex-Secretário-Geral da CNBB. Um minuto para reverenciar a humildade, característica própria de Dom Ivo. Como eu já disse desta mesma tribuna, na

última semana, Dom Ivo é daqueles homens de quem até a História sente saudade. Mas, talvez, o silêncio não seja o melhor cenário para reverenciá-lo. Não combina com a sua inquietude frente às mazelas deste nosso mundo de barbárie. Quem sabe, então, todos nós, como gostaria Dom Ivo, possamos conceder um aparte, não para o silêncio, mas para o grito. O grito dos excluídos, por quem ele dedicou toda a sua vida, como missionário da esperança.

É assim que eu vejo as Campanhas da Fraternidade, promovidas pela CNBB, e dirigidas por muitos anos por Dom Ivo, nos períodos anuais da quaresma: um grito. Um grito contra a fome, a miséria, o abandono. Um grito pela inclusão, como em 2000. Um grito contra as drogas, como em 2001. Um grito pelos povos indígenas, como em 2002. Um grito pelas pessoas idosas, como em 2003. Um grito pela água, como em 2004. Um grito pela solidariedade e pela paz, como em 2005. Um grito pelas pessoas com deficiência, como em 2006.

Neste ano de 2007, eu diria que a Campanha da Fraternidade é um grito pelo Brasil soberano. Um grito pelos povos da floresta. Um grito pela própria floresta. Um grito pelo nosso maior rio. Um grito pelos recursos naturais mais nobres que o Criador cuidou de plantar em todo o solo brasileiro. Um grito pela integridade do nosso território. Um grito contra a cobiça internacional. Um grito pela nossa geografia.

A Amazônia corresponde a quase 60% do nosso território. Mais de 11 mil quilômetros de fronteiras internacionais. Mais de 22 mil quilômetros de rios navegáveis. A maior floresta do mundo. A maior diversidade do planeta. O maior estoque de água doce. Ouro, prata, ferro, bauxita, cobre, cassiterita, caulim, diamante, nióbio, manganês, petróleo, gás.

Preocupa-me tamanha riqueza, nestes tempos de globalização. Preocupa-me o que fazem tantas organizações não governamentais “preocupadas” com a nossa Amazônia, nestes tempos de internacionalização.

Preocupam-me tantas bases militares dos donos do poder mundial em territórios fronteiriços vizinhos aos nossos nestes tempos de ocupação.

Essa cobiça sobre a nossa Amazônia não é nova. Algumas afirmações, não desmentidas, publicadas nos jornais, justificam as minhas preocupações. Al Gore, ex-vice-Presidente dos Estados Unidos, por exemplo, o guardião atual do meio ambiente do planeta, disse, em 1989: "Ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas de todos nós". Mitterrand, no mesmo ano, afirmou: "O Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia". Gorba-chev, em 1992, disse que "O Brasil deve delegar parte de seus direitos sobre a Amazônia aos organismos internacionais competentes".

Mas ninguém foi mais direto que John Major, em 1992, então Primeiro-Ministro da Inglaterra: "As Nações desenvolvidas devem estender o domínio da lei ao que é comum de todos no mundo. As campanhas ecologistas internacionais que visam à limitação das soberanias nacionais sobre a região amazônica estão deixando a fase propagandística para dar início a uma fase operativa, que pode, definitivamente, ensejar intervenções militares diretas sobre a região". Iguamente direto foi o ex-Secretário de Estado americano Henry Kissinger, em 1994: "Os países industrializados não poderão viver da maneira como existiram até hoje, se não tiverem à sua disposição os recursos naturais não-renováveis do Planeta.

Terão que montar um sistema de pressões e constrangimentos garantidores da consecução de seus intentos".

No final da década passada, circulou por este Congresso Nacional documento atribuído ao chamado Conselho Mundial das Igrejas Cristãs para a Amazônia Brasileira, o qual não poderia ser mais direto sobre o assunto. Diz o documento em um dos itens do seu capítulo de diretrizes: "É nosso dever defender, prevenir, impedir, lutar, insistir, convencer, enfim esgotar todos os recursos que, devida ou indevidamente, possam redundar na defesa, na segurança, na preservação desse imenso território e dos seres humanos que o habitam e que são patrimônio da humanidade, e não patrimônio dos países cujos territórios pretensamente dizem lhes pertencer".

Sintomaticamente, em relação às nações indígenas da Amazônia, o mesmo documento é claro: "A forma jurídica a ser dada a tais Nações incluirá a propriedade da terra, que deverá compreender o

solo, o subsolo e tudo que neles existir em forma de recursos naturais tanto renováveis como não renováveis”.

Dizem os cientistas, e os fatos estão aí para corroborar a tese, que as guerras do futuro não serão mais pelo petróleo, mas pela água, cada vez mais escassa em termos planetários. E qual será, então, o palco desse conflito em tempo não tão distante? Pelo andar dos acontecimentos, talvez não haja necessidade de conflito armado tal e qual o que acontece hoje no Iraque, pelo petróleo. Os noticiários televisivos dão conta de aldeias indígenas brasileiras onde a língua nativa convive com, e, em alguns lugares, está sendo substituída pelo inglês.

A ocupação da Amazônia, se mantidos os moldes de hoje, já permitirá o domínio internacional sem maiores esforços bélicos.

É por isso que me preocupa também, nos dias de hoje, tamanha inquietação mundial com o meio ambiente, as previsões dos cientistas da ONU com o chamado “aquecimento global”. Não que eu queira menosprezar os resultados desse trabalho que projeta uma catástrofe mundial para até o final do século. É que ele pode se transformar em mote para arranhar a nossa soberania, principalmente na Amazônia. Afirmações do tipo “eles não têm condições de preservar sozinhos a Amazônia” voltam sintomaticamente a povoar a imprensa mundial.

Circula também pela Internet um mapa mundial no qual a Amazônia surge como território independente, separado do Brasil. Verdade ou farsa, não deixa de ser um alerta para nós, cidadãos brasileiros.

Fatos como esses nada mais são que versões atualizadas, agora fundamentadas em estudos ditos científicos, das afirmativas dos principais líderes mundiais nos últimos tempos.

É por isso que a idéia da CNBB de incluir a Amazônia como tema central da Campanha da Fraternidade deste ano veio na melhor hora.

Todos nós devemos incluir nas nossas preocupações essa verdadeira ameaça à soberania nacional.

Ainda ontem, um dos principais noticiários televisivos deu conta de aldeias indígenas brasileiras, onde a língua nativa convive com o inglês e, em alguns lugares, está sendo substituída pelo inglês. E isso não se deve unicamente a razões de fronteira. Nas palavras do militar brasileiro que prestava serviços temporários à população

indígena no momento da notícia, “há um vácuo, e onde ele existe, pode ser ocupado por qualquer um”.

A Amazônia brasileira tem que ser ocupada por brasileiros. E não o será através da concessão de imensas áreas pelo tempo de gerações inteiras, como a que aprovamos no Congresso Nacional recentemente. Foi um projeto do Executivo chamado “Concessão de Florestas Públicas”, mas parecia de conteúdo encomendado. Nem mesmo aquilo que modificamos para tentar preservar a nossa integridade territorial e política, foi levado em consideração. O Presidente da República vetou as nossas emendas. Com isso, o Governo atual e o Congresso Nacional, porque deu o seu aval político, podem estar entrando negativamente para a história como os responsáveis pela dilapidação da nossa geografia e, conseqüentemente, da nossa soberania.

Tenho reiterado a tese de que não podemos deixar para nossos filhos e netos um território menor do que o que nós recebemos dos nossos pais. A manutenção da integridade do território é o primeiro mandamento de um governante.

Que bom que a CNBB, com a Campanha da Fraternidade deste ano, reacende o debate sobre um tema tão importante para todos nós brasileiros: uma tomada de consciência – e não só pelos problemas dos povos da floresta – de todo o povo brasileiro pela nossa floresta amazônica.

Concedamos, portanto, um aparte a todo o povo brasileiro, para que se manifeste pelos seus direitos à democracia, à cidadania e à soberania antes que seja tarde.

É claro que queremos uma Amazônia produzindo, queremos uma Amazônia onde nós estejamos cuidando com dignidade e seriedade da ocupação do seu território.

Queremos uma Amazônia onde a violência, a desocupação, os incêndios e os arbítrios não existam. Que tenhamos a coragem de fazer aquilo que é nossa obrigação, uma Amazônia com paz, uma Amazônia com respeito à natureza, uma Amazônia não brasileira, uma Amazônia do mundo, mas com o Brasil a sua frente.

*O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – V. Ex<sup>a</sup> me permitiria um aparte?*

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não.

O Sr. *Romeu Tuma* (PFL – SP) – Eu pediria licença, Sr. Presidente, para fazer este aparte, porque tenho que me retirar e eu não poderia deixar de cumprimentar o Senador Pedro Simon pela beleza do seu relatório. Sr. Secretário da CNBB, sou um amazônida por desejo, frequentei muito a Amazônia em missões da Polícia Federal e senti de perto tudo isso que o senador relatou no seu depoimento. Ele concedeu um aparte especial para todo o povo brasileiro, e estou pedindo um em especial por sentir de perto a necessidade de haver interferência no que vem acontecendo na Amazônia. E, para fazer isso, ninguém melhor que a CNBB, porque ela é ouvida por todos os cristãos e não cristãos não só do Brasil, mas também do mundo, Sr. Presidente. Às vezes eu digo que a Amazônia chora: as árvores retorcidas pelas queimadas, a fumaça que toma conta da região que até impedem aviões de pousar – tudo isso dá uma amargura profunda. Como também a situação dos ribeirinhos descritos neste livro e populações indígenas que tiveram que fugir para o interior, porque querem tomar conta de vários segmentos, inclusive da mineração. Só tenho que cumprimentar V. Ex<sup>a</sup>. Não vou falar mais, porque vou acabar emocionando-me, pois convivi com comunidades indígenas e sei o que passam naquele Estado brasileiro que o mundo tem que respeitar. Cumprimento, por intermédio do Senador Pedro Simon, a CNBB pela iniciativa.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado, Senador Romeu Tuma.

Eu não sou um omissor, Sr. Presidente, no sentido de achar que as coisas estão bem. Sei que estão mal.

Sei que o Brasil não dá o respeito que a Amazônia merece. Sei que nós mesmos, neste Congresso, deixamos passar uma lei que não poderia passar. Temos a obrigação e a responsabilidade de olhar pela Amazônia, de nos preocuparmos com ela e darmos o tratamento que ela merece. Nós, brasileiros, que aceitamos essa responsabilidade. E que não venham os americanos, que liquidaram com suas florestas e com as riquezas de vários Países do mundo, querer nos ensinar como deve ser feito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

## Fechamento da Varig e o Apagão Aéreo

(Pronunciamento em 30 de março)

Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> lembra Teotônio. Ontem, na coluna do jornalista Moreno, um dos mais brilhantes jornalistas do Brasil, que agora vive uma fase mais *light*. Uma jornalista me entrevistava questionando quem eram as pessoas mais importantes na política desta geração, de acordo com a minha opinião.

Eu disse que não poderia dizer um nome, mas quatro nomes: Teotônio, Tancredo, Ulysses e Mário Covas.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – E o Alberto Pasqualini?

Não vamos fazer cinco nomes?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não, não. Ela estava falando nesta geração que estamos vivendo, nesta caminhada, não de Pasqualini ou Getúlio, mas nesta caminhada que estamos vivendo, que começou em 1964.

O Sr. Edison Lobão (DEM – MA) – Para o meu gosto exigente faltou um: o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Gentileza é isso, Sr. Presidente. E agora, então, V. Ex<sup>a</sup> não é mais PFL, é um Democratas. Esse é o estilo do novo partido. Esse é a parte elegante de um democrata. Quero felicitar V. Ex<sup>a</sup>. Acho que foi de uma rara felicidade; mudou, mudou bem, escolheu bem o nome. Estão fazendo uma lista, um diz

que é DEM, não quero dar nenhuma interpretação. Acho que está bem dada.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pedro Simon, permita-me justificar. Quando falei em Alberto Pasqualini, foi porque me lembrei de Leonardo da Vinci, que disse que mau discípulo é o que não suplanta o mestre. V. Ex<sup>a</sup> foi esse discípulo e foi um bom discípulo: superou Alberto Pasqualini.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, estou aqui numa angústia com tanta coisa para falar e que, no fundo, acho que nem adianta falar.

Primeiro, as manchetes dos jornais de ontem. Ontem, a Varig foi enterrada, foi incinerada. E a notícia foi dada no Palácio do Planalto. O Presidente da República chama o Presidente da Gol e manda-o comprar o que tinha sobrado da Varig. E não é o que tinha sobrado da Varig. O que tinha sobrado era sei lá o quê. Eram os vôos internacionais que eram da Varig. Ontem morreu a Varig. Quem diria, o algoz foi o Presidente Lula. É verdade que o dono da Gol, como, aliás, o dono da sei lá o quê, era um dono de empresas de ônibus. E é a primeira vez na vida que a gente ouve falar que uma empresa de ônibus compra duas empresas de aviação. Quem diria que o destino da Varig, uma das melhores empresas de aviação do mundo, fosse ser comprada por um especialista em linha de ônibus? Só no Brasil! Só no Brasil! Quem diria que uma empresa como a Varig, exemplo para o mundo... O Brizola já dizia, com razão, que o exemplo da Varig deveria ser debatido, analisado. A Varig não tinha dono. Os associados, os funcionários da Varig eram os componentes da Fundação Rubem Berta. E os funcionários da Varig é que comandavam, que dirigiam, que tomavam o destino. Dizia o Brizola, e eu concordava: "Mas não estão querendo privatizar?" Porque naquela época o Fernando Henrique falava em privatizar, privatizar, e privatizou. "Por que, ao invés de privatizar, não se toma o exemplo da Varig, e se traz um trabalho nesse sentido?" Uma empresa que nem essa, apontada ao longo do tempo como exemplo de uma organização que não é comunista, não é capitalista, é uma cooperativa especial, um modelo espetacular.

A Varig foi considerada uma das melhores empresas aéreas do mundo. Mas ela não era de São Paulo! Era gaúcha. E aquele negócio de “Varig – Viação Aérea Rio-Grandense”! Em primeiro lugar, foram tirando, só aparecia “Varig”. Agora, para se ver que era Viação Aérea Rio-Grandense, tinha que pegar binóculo, e lá no cantinho havia: “Viação Aérea Rio-Grandense”. A Varig pagou caro. Claro que ela cometeu erros. Ela foi crescendo, foi crescendo, e os vôos internacionais eram tão espetaculares que o trecho São Paulo – Nova York se transformou no mais rentável no mundo. Aí a Varig trouxe cozinheiro italiano. A comida da 1ª classe era qualquer coisa de sensacional. Era a melhor 1ª classe do mundo. Foram criando vantagens. Quando saía do vôo da Varig, a gente levava para casa uma bolsa cheia de coisas. Com isso, a passagem ficou cara.

Aí aconteceu um fato. Quantas empresas de aviação americanas existem no mundo? Nos Estados Unidos há uma infinidade, mas a empresa americana no mundo é uma; na França é uma; na Inglaterra é uma; na Alemanha é uma. Apenas uma empresa faz o serviço internacional. No Brasil, o Governo resolveu liberar. Liberou para as outras empresas. E aí o que aconteceu? Não que a Varig não tivesse condições de competir com a Transbrasil ou com a TAM. É que a TAM colocava alguns vôos... Por exemplo, havia aquele que eu digo que era o mais espetacular em credibilidade: São Paulo–Nova York. Pois a TAM colocou o vôo Rio–São Paulo–Brasília–Washington–Nova York por quase metade do preço. Não dava para competir. Foi aí que começou.

Houve um momento em que o Governo trancou o aumento das passagens. A inflação subia, subia, subia, e o preço das passagens não subia. As empresas entraram em juízo e ganharam. A Varig ganhou. A Transbrasil recebeu, as outras receberam. A Varig acabou, e acho que agora vão dar para outra empresa os R\$5 bilhões que o Supremo Tribunal Federal mandou dar para a Varig, mas que não deram.

A Varig, para viajar, tinha que pagar no dia anterior o preço da gasolina e do óleo que iria usar. Tinha que pagar com antecedência. As dívidas da Varig eram todas com a Infraero e com a Petrobras, que a esmagaram.

Eu, como gaúcho, sinto-me envergonhado em ver a Varig morrer. Mas o doutor, o companheiro Lula... Eu não sei. Falava-se mui-

to, no início, não na Gol, mas na TAM. Falava-se muito da amizade do PT com a TAM. Começaram juntos. A gente se lembra – até era uma coisa considerada normal – que a TAM tinha uma enorme gentileza com o PT. O PT só comprava passagem da TAM, e a empresa dava prazo. Então, era uma amizade. Quando surgiu esse negócio de união, o Chefe da Casa Civil de então exigiu a coligação da TAM com a Varig. A Varig entrava com o seu nome, e a TAM ficava com o capital – 95%. Foi um escândalo tão grande que nos reunimos todos no gabinete da atual Chefe da Casa Civil e trancamos. Era um escândalo! Não podia ser! Era impossível! Trancamos. Mas eles nos deram o troco. Eles nos deram o troco! Ao invés de virem as medidas para salvaguardar a Varig, para retomar a Varig... Eu perguntei, por que o Governo não tomava a Varig? Que pegasse a Varig para si durante um, dois ou três anos, e depois visse o que fazer dela.

Não é uma coincidência, Sr. Presidente. Esse apagão, essa coisa toda nunca aconteceu nos 70 anos da Varig. Essa confusão, essa briga de preço, essa venda de passagens maior do que o número de cadeiras, essa coisa toda que está acontecendo, essa maluquice toda, nunca ocorreu no tempo da Varig.

Ontem não foi enterro, Sr. Presidente. O que fizeram foi a incineração. Parece que os restos da incineração estão numa caixinha que vai ficar lá no gabinete do Lula. Se depender de mim, ele leva para a casa dele depois que deixar a Presidência.

Eu tenho dito que vai haver uma CPI para analisar a privatização da Vale do Rio Doce. Mais dia, menos dia, nós vamos analisar o que houve na Vale do Rio Doce, que foi uma doação feita com o dinheiro do BNDES. Venderam por R\$3,5 bilhões uma empresa que hoje vale R\$55 bilhões. A Varig é a mesma coisa. Nós vamos ter a sensibilidade de analisar porque o Governo Lula matou a Varig.

Agora, nós temos inclusive uma lei espetacular: a antiga Lei de Falências foi melhorada e hoje é uma das coisas bonitas que o Brasil tem para o mundo. Em vez de Lei de Falências, é Lei de Recuperação de Empresas. Quando um coitado pede falência, está mal, está liquidado, a gente analisa se ele está mal porque é vigarista, porque é malandro, porque não tem condições, ou se ainda tem chance de se recuperar. Até essa Lei de Recuperação de Empresas nós apelamos

que fosse usada com a Varig. Não houve jeito. O Ministro, uma hora, deu a declaração: “Está mal, está devendo, tem que fechar. Empresa é assim: se vai mal, fecha e abre outra”. Como se fosse uma pequena empresa de fundo de quintal e que estivesse vendendo droga ou coisa que o valha.

Morreu a Varig. Meus pêsames, Lula. Pretendo mandar celebrar uma missa de 7º dia e peço que mandem flores para o Palácio do Planalto para o Sr. Lula recebê-las.

O segundo assunto diz respeito à CPI. Quem não sabia que o Supremo diria que a CPI seria criada? Alguém tinha dúvida disso? Quando se tomou a decisão no Senado e o Supremo mandou criar a nossa CPI, a Câmara tomou a mesma atitude. Aliás, a situação é ainda mais grave, porque algum gênio da Câmara achou que a questão era diferente naquela Casa, visto que lá o Plenário votou. Ao diabo, o Plenário! CPI é um direito da minoria: um terço pode decidir. E, se um terço assinar, pode o Plenário fazer o que quiser; isso não muda nada.

Engraçado, o PSDB de Fernando Henrique foi competente. Aliás, dizem que, agora, ele é competente em São Paulo, na Assembléia Legislativa, que não consegue criar CPI alguma. Retiram-se as assinaturas, fazem sei lá o quê, e não conseguem criar as CPI. As assinaturas estavam prontas para a criação da CPI da reeleição. Todo mundo sabe o nome do deputado, quanto ele ganhou, tantos mil reais, os telefonemas, foi tudo provado, mas não se conseguiu aprovar a CPI. Numa hora em que Lula tem maioria no Congresso – é praticamente todo dele –, não consegue trancar a CPI, por condições de competência, e o caso vai ao Supremo Tribunal Federal. Vai sair, e é uma pena que saia dessa maneira.

Espero que o Governo Lula tenha a competência de fazer uma CPI com seriedade. Já quiseram fazer a Comissão de Ética da Câmara, mas se deram mal. Colocaram na Comissão de Ética, inclusive na Presidência, os caras mais marcados, que tinham mais medo e ódio de ética. Voltaram atrás, porque a maioria da Comissão sentiu que era uma vergonha, e elegeram o Presidente anterior, com uma atuação excepcional.

Têm toda a força e toda a razão o PT e o Governo de não quererem que seja escolhido para ocupar a Presidência e a Relatoria da CPI

alguém da Oposição que quer brilhar e fazer um carnaval. Mas que se escolha alguém do Governo que tenha seriedade, responsabilidade, e que mantenha o padrão de correção e de respeito. Essa é a melhor maneira de ajudar o Governo. Mas impedir de convocar e de abrir as contas e fazer briga ou coisa que o valha é o pior que se pode fazer.

Lula começou o seu Governo com um lado negativo: a CPI foi convocada pelo Supremo Tribunal Federal. Nada de pior podia acontecer ao começar um novo governo. Nada de pior podia acontecer.

Terceiro assunto. O que aconteceu na Universidade de Brasília é muito sério. Temos de nos reunir e analisar. Aquele não foi um incidente isolado. Ali houve algo que, se não fizermos alguma coisa a respeito, terá continuidade.

Nos Estados Unidos – que são os Estados Unidos! –, onde estive como deputado estadual, eu vi o *apartheid*. Eu estive lá, em Houston, e era branco numa rua e negro na outra; ônibus de branco e ônibus de negro; restaurante de branco e restaurante de negro. Era isso, em 1965. Hoje, acabou.

O Kennedy tomou medida para valer. Os ônibus iam buscar os negros, nas zonas dos negros, cheios de militares; botavam os ônibus nos colégios dos brancos e os militares ficavam ali na porta. Pegavam os brancos, botavam nos ônibus, levavam lá nos colégios dos negros, e os militares ficavam ali, garantindo. E hoje é uma realidade, essa questão foi superada.

Agora queremos começar isso? Mas onde é que nós estamos? Então uma universidade como a de Brasília, feita, como dizia Darcy Ribeiro, para ser um padrão para a América, uma universidade que, além de ensinar, além dos livros, além da literatura, além da cultura, da física, da química, foi feita para ensinar o social, ensinar a moral, ensinar a ética, ensinar a convivência, ensinar a fraternidade... Incendiarem? Podiam ter morrido muitos! Incendiarem o apartamento dos estudantes estrangeiros das nações da América, os humildes? Mas onde nós estamos? Mas o que é isso?

O Sr. Edison Lobão (DEM – MA) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não.

*O Sr. Edison Lobão (DEM – MA)* – Senador Pedro Simon, penso que não possa haver neste País alguém que eventualmente dê cobertura a uma atitude insana como aquela. E logo numa universidade na Capital do País, gratuita! Se fosse uma universidade privada, dificilmente isso teria acontecido.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu paguei e posso ter direito ao que quero.

*O Sr. Edison Lobão (DEM – MA)* – Aqui, temos uma tradição de luta contra o apartheid e contra a discriminação racial. Ainda há pouco, o Presidente em exercício nesta Casa, Senador Mão Santa, lembrava a luta de Joaquim Nabuco. Afinal, conseguimos acabar com a discriminação. E é exatamente numa casa de ensino, numa universidade, portanto, com alunos já encaminhados na educação, na perspectiva de vida, que isso vai acontecer? Lembra V. Ex<sup>a</sup> o exemplo dos Estados Unidos: as autoridades americanas tiveram de jogar pesado, duro, para resolver o problema, e resolveram. Hoje, nos Estados Unidos, o cargo de Secretário de Estado é ocupado uma mulher de cor. O comandante na Guerra do Golfo, no Governo de Bush pai, era um general negro. Está passando na televisão um seriado de grande projeção, com grande audiência, em que o Presidente dos Estados Unidos é um negro. E é no Brasil que nós vamos fazer isto?! Que péssimo exemplo! Que coisa dolorosa! Esta Casa faz muito bem em condenar o episódio, lamentar tudo o que aconteceu, e é preciso tomar providências – não a Casa, mas o poder público, o Ministério da Educação, o Ministério da Justiça. Alguém precisa olhar para essa tragédia para que ela não se repita. Creio que faz muito bem V. Ex<sup>a</sup> – também já o fizeram o Senador Mão Santa e tantos outros ilustres Senadores – ao condenar esse episódio lastimável. Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> a tolerância.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Um grupo de senadores esteve ontem lá em reunião com o reitor, professores e alunos. Eu não vou falar por eles, mas eles ficaram muito chocados.

Creio que, diante de fato tão grave, o Lula deveria ter ido lá. O Lula deveria ter ido lá para demonstrar a repulsa nacional. O Lula ia representar o povo brasileiro e manifestar a repulsa da nossa sociedade a esse ato.

*O Sr. Valter Pereira* (PMDB – MS) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> poderá fazer o aparte sentado, pelo Regimento.

*O Sr. Valter Pereira* (PMDB – MS) – Mas posso fazê-lo de pé também, se for a minha opção.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Devemos procurar obedecer ao Regimento.

*O Sr. Valter Pereira* (PMDB – MS) – Mas vou divergir de V. Ex<sup>a</sup> neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> não diverge de mim, mas do Regimento. De mim V. Ex<sup>a</sup> tem a admiração.

*O Sr. Valter Pereira* (PMDB – MS) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa – PMDB-PI) – Quanto a mim, não, porque tenho respeito a V. Ex<sup>a</sup> pela ausência de Ramez Tebet, que está no céu.

*O Sr. Valter Pereira* (PMDB – MS) – Muito obrigado. Senador Pedro Simon, o gaúcho, efetivamente, é um bravo, e V. Ex<sup>a</sup> mostra isso. Com o poncho rasgado, o rebenque erguido, está aí na defesa de um patrimônio, que é um patrimônio da pátria gaúcha e do povo brasileiro também. Já tivemos perdas que ficaram na história do nosso País, como é o caso da Panair e de outras instituições que povoaram os corações de todos aqueles que voavam muito. E V. Ex<sup>a</sup> está, hoje, assinalando, fazendo registrar nesta Casa mais um triste evento que, certamente, vai se incorporar também à história do nosso País. Acho

que compensou ter permutado com V. Ex<sup>a</sup> o horário, porque, provavelmente, eu não teria tido o prazer de ouvir atentamente a sua fala, a fala de um gaúcho de fibra, de raça, inconformado com a atitude tomada pelo Governo Federal, que acabou permitindo que este patrimônio histórico que é a Varig também entre para a História, quando deveria estar fazendo a História.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado pela gentileza de V. Ex<sup>a</sup>. Muito obrigado.

Pergunto a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, ao Senador Cristovam Buarque e ao Senador Paulo Paim se não seria muito importante convocarmos o Ministro da Justiça, o brilhante companheiro Tarso Genro, para vir analisar essa questão da Universidade de Brasília, pela sua capacidade, pela sua competência.

A imprensa está dizendo que a Polícia Federal já está tomando providências. Acho correto a Polícia Federal tomar providências, mas, em nível internacional, não sei se a Polícia seria o órgão certo para ter a última palavra. Acho que, nesse caso, a última palavra não pode ser da polícia. Penso que o Ministro da Justiça deve acompanhar. Já que o Presidente não foi lá, o Ministro da Justiça poderia ir e dar uma resposta, porque ou se dá uma resposta para valer ou não sei.

Foi aqui, em Brasília, na nossa Capital, cidade símbolo da democracia e da liberdade, foi aqui que um grupo de jovens, filhos de intelectuais, de gente importante de Brasília, ateou fogo num índio. O índio estava dormindo, coberto, num banco da praça. Eles foram lá, pararam, olharam o índio e foram a um posto de gasolina onde compraram um litro de gasolina. Voltaram, despejaram a gasolina sobre o índio, atearam fogo e ficaram olhando. O dramático é que, quando foram depor na polícia e lhes foi perguntado como eles fizeram isso com o índio, eles responderam que não imaginavam que era um índio. Disseram que pensaram ser um miserável. Não é preciso dizer mais nada, não precisa ter explicação nenhuma no sentido do que é o senso da seriedade, da coletividade, da fraternidade neste País.

Meu querido amigo Tarso Genro, essa manchete da queima do apartamento na Universidade andou pelo mundo todo. É o que a nossa imprensa está dizendo. Por isso, penso que as providências

devem ser à altura. Considero feliz a decisão do Senado, que foi lá, olhou, visitou e providenciou. Mas a notícia que temos do Governo é de que a Polícia Federal está tomando providências. Isso é o que sempre vemos. Houve violência? Sim, mas a Polícia Federal está tomando providências e ponto final. Mas não sabemos que providências. Acho muito importante que o Governo Federal vá lá e assuma o comando.

Agradeço a gentileza de V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, e a gentileza do nosso querido companheiro Senador Valter Pereira, que nos honra representando o Mato Grosso do Sul.

V. Ex<sup>a</sup>, Senador Valter Pereira, representa um homem que foi irmão de nós todos. O seu antecessor era considerado o símbolo do Senado Federal na pureza, na dignidade, na cultura, na seriedade.

A bancada no Senado o indicou para ocupar um Ministério, para unificar, para encontrar uma saída. Ele estava tendo uma atuação excepcional no ministério, mas houve uma crise e o presidente do Senado, que era do PMDB, teve de renunciar. Qual a forma de resolvermos o problema da Bancada e do Senado? Ele renunciou ao Ministério e veio assumir a Presidência do Senado.

Nunca vou me esquecer de um fato. Eu, bobo que sou, certa vez, vendo o Tebet sentado onde está V. Ex<sup>a</sup>, disse a ele que ele apresentava um aspecto saudável, que parecia estar bem. Ele disse que acabara de receber dois litros de sangue e que, quando isso acontecia, ele ficava bem por algumas horas. Recebeu alguns litros de sangue e veio aqui, arrastando-se, fazer o seu pronunciamento. E a fala dele para o povo do seu Estado era a fala de alguém que iria durar a vida inteira, levando, como levou, no coração a sua gente.

V. Ex<sup>a</sup> ocupa um lugar muito importante e tenho certeza de que está seguindo o exemplo dele. Estamos do seu lado para que V. Ex<sup>a</sup>, com a sua presença, com a sua fala e com o seu carinho, nos dê o conforto da falta do Tebet.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

## Documento único de registro civil

*(Pronunciamento de 4 de abril)*

Sr. Presidente, Srs. Senadores, os brasileiros podem se dividir, ou serem divididos, em dois grandes grupos: o primeiro, os sem-registro; o segundo, os registrados em demasia.

Quantos serão os cidadãos sem rosto em quase tudo na vida, que nascem, que morrem sem ter tido nem mesmo uma estatística? Dizem que são 16 milhões. Como saber se eles são desconhecidos, se eles não têm Certidão de Nascimento, se eles não têm Certidão de Óbito? Recebem, ao nascer, um nome e uma cruz como fardo. Resumem-se, ao morrer, a uma cruz com um nome. Cruz com um símbolo. Nome quase sempre sem sobrenome.

Quantos serão os registros dos brasileiros mais que identificados, da Certidão de Nascimento à Certidão de Óbito? São cidadãos com rosto, nome, sobrenome e muitos algarismos: do RG, do CPF, do PIS, do Pasep, do INSS, do CNH, do Título de Eleitor, da Certidão de Casamento, da conta bancária, da Carteira de Trabalho, do Fundo de Garantia, do Certificado de Reservista, do conselho profissional, do passaporte, da carteira de saúde e muitos outros. São mais de 20 tipos de documentos, cada um com seu número. Cada um dos vinte documentos tem seu número especial.

Portanto, há um Brasil desconhecido, oficialmente. Seus habitantes não contam, mas são equivalentes a algo como cinco Uruguais. Por outro lado, um país de tantos registros que, se distribuídos um por um, identificariam mais de duas Chinas, ou quase um terço de toda a população do planeta.

Nem um Brasil, nem outro. O primeiro, desconhecido, quase clandestino, há que ter, no registro de identidade, o passaporte para a cidadania. Uma porta de entrada para a saúde, a educação, a segurança e para todos os programas públicos, principalmente os de combate à fome e à miséria. Um registro que não significa apenas um quantitativo censitário, mas que representa o ser humano na sua plenitude. Um número, portanto, que mais que significa: dignifica.

Mas, no outro Brasil, a quantidade excessiva de registros tem-se mostrado, na prática, uma enorme porta de entrada para a corrupção. As Comissões Parlamentares de Inquérito são a prova mais contundente da falta de controle sobre a vasta documentação dos brasileiros. Milhares de contas fantasmas, os chamados “laranjas” na locupletação com desvios de dinheiro público, na falsificação de registros de identidade e de cadastros bancários, fiscais e alfandegários. Exemplo mais que contundente foi o caso do fazendeiro Darly Alves da Silva, assassino do ambientalista Chico Mendes, que fugiu da cadeia, no Acre, e foi encontrado no Pará, com CPF falso, o que lhe permitiu, inclusive, tomar empréstimo no Banco do Brasil. Quem não se lembra também daquele ex-governador, pilhado com cinco CPFs igualmente falsos? Por aí se vê que, por serem tantos os registros, perdeu-se totalmente o controle sobre o falso e o verdadeiro.

No país sem registros, o cidadão é ninguém. No de registros em demasia, ele pode ser muitos.

Ele não pode, portanto, continuar sendo o cidadão “x” para a Receita Federal, “y” para o Detran, “z” para a Secretaria de Segurança Pública, “n” para a Justiça Eleitoral. Muito menos zero para o Estado. Nem alfabeto, nem analfabeto!

É bem verdade que, a cada quatro anos, ele é eleitor. Aí, o número de seu título eleitoral adquire o devido e, muitas vezes, o indevido valor. Quase que um registro único. O eleitor, então, pelo menos no discurso, passa a ser sinônimo de cidadão. No caso, um cidadão com rosto, com perfil de voto.

Em 1995, submeti a esta Casa o Projeto de Lei nº 32, instituindo o Número Único de Registro Civil, que se converteu em lei, aprovada por unanimidade na Casa e na Câmara dos Deputados: a Lei nº 9.454, de 7 de abril de 1997. Portanto, por essa mesma lei, no seu art. 1º,

ficou “instituído o Cadastro Nacional de Registro de Identificação Civil, destinado a conter o número único de Registro Civil, acompanhado dos dados de identificação de cada cidadão”.

A lei, discutida e votada nesta Casa, previa, em abril de 1997, quando foi sancionada pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso, o prazo de 180 dias para ser regulamentada e de 360 dias para o início efetivo de sua implementação. Essa regulamentação ficava a cargo do Poder Executivo. Todos os documentos que estivessem em desacordo com a lei perderiam a validade passados cinco anos. Portanto, por essa mesma lei, discutida e votada sob o agasalho de todos os requisitos regimentais do Congresso Nacional, todos os documentos que hoje são exigidos dos cidadãos brasileiros, com o imenso emaranhado de números, já teriam perdido o valor desde abril de 2002, portanto há outros cinco anos.

O projeto de decreto de regulamentação foi elaborado em tempo hábil por uma comissão nomeada pelo então Ministro da Justiça, Nelson Jobim, composta por técnicos de diversos ministérios e órgãos públicos, incluindo um profissional do meu gabinete.

Do ponto de vista eminentemente técnico, o assunto se esgotou após amplas e profundas discussões sobre sua importância. Entretanto, a Comissão foi dissolvida pelo Ministro Renan Calheiros, novo Ministro da Justiça, e o decreto, essencial para a implantação das disposições da lei, dormita até hoje, depois de doze ministros terem passado por lá, nas prateleiras frias do Ministério da Justiça.

Ocorre que, em abril de 2002, preocupado com o final do prazo para a validade dos documentos e com a não regulamentação estipulada na lei, apresentei novo projeto, o de nº 76, prorrogando, por mais cinco anos, o prazo para a tal regulamentação. Esse novo projeto foi aprovado, por unanimidade, no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. Até agora, o Congresso não tratou dessa matéria.

Enquanto isso, novos documentos, com seus respectivos números, foram criados, e a parafernália existente à época da decisão do Congresso tornou-se ainda mais inchada. E o cidadão brasileiro ou não tem registro algum, ou é um emaranhado de números.

A minha luta, que é de toda a população brasileira, para que essa lei seja prontamente regulamentada pelo Poder Executivo e

colocada em prática de imediato, não significa tão-somente que o brasileiro obtenha um único registro, o que já seria de grande importância. Não se trata apenas de um documento único, mas de um país único, em que cada ser humano tenha um nome, um sobrenome e um registro que lhe formalize a existência, para que todos, sem exceção, se habilitem ao exercício pleno da cidadania, com todos os direitos que lhes são devidos pela Constituição brasileira.

O programa Fantástico, da Rede Globo, demonstrou, há poucas semanas, a importância dessa lei. O repórter providenciou todos os trâmites burocráticos, com todos os carimbos e todos os números exigidos, para o enterro de um brasileiro que existia nos registros, mas que foi transfigurado em um boneco de areia na urna mortuária. Tudo indica que a corrupção tenha se escondido no emaranhado de registros. Mais do que isso: o programa também demonstrou o quanto é fácil sepultar alguém que, legalmente, nem tenha nascido; que basta uma cova rasa e uma cruz. Cruz, como fardo e, agora, como símbolo. O nome pouco importa se Pedro, José, Severino ou Maria. Um “cidadão sem rosto” que talvez tenha morrido, como disse o poeta, “de velhice, antes dos trinta, de emboscada, antes dos vinte, ou de fome, um pouco por dia”.

Sr. Presidente, eu não consigo entender. Hoje, cada brasileiro tem vinte, trinta documentos, cada um com um número diferente. Desafio meus colegas, ou você, telespectador, que está me assistindo: você talvez me dê o número da sua conta bancária. Mas qual é o número do seu título eleitoral? Qual é o número da sua certidão de nascimento? Qual é o número da sua carteira de motorista? Do seu certificado de alistamento militar? Isso é grave!

Já encerro, Sr. Presidente.

*O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador Pedro Simon?*

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já lhe darei.

É que, em função disso, há pessoas com dez carteiras de identidade, com dez números diferentes e dez nomes diferentes. Quando uma dessas quadrilhas é presa, em seu comando, o que mais se

vêm são coisas deste tipo, passaportes e mais passaportes com números e nomes falsos, títulos de propriedade de carros e caminhões com nome falso, título falso e carro falso. E, com esses documentos, anda-se por aí.

O cidadão tem um número, e o número é muito simples, eu sou Pedro Simon, nasci em Caxias do Sul, minha identificação é PS – C – RS, Rio Grande do Sul. Esse é meu número. Esse é meu número, o da minha certidão de nascimento, o meu título de batismo, o meu título para entrar na escola, o meu número da conta bancária, o meu número de certificado do colégio, o meu número de certificado militar, o meu número para carteira de identidade. Esse é o meu número; em qualquer lugar do Brasil, esse é o meu número.

Não posso sair de Porto Alegre, deixar minha mulher, deixar meus filhos, deixar conta, deixar um montão de coisas, pegar um título fantasma, pegar uma certidão fantasma, um nome fantasma, ir para o Nordeste, casar de novo, pegar nova mulher, novos filhos, fazer vida nova, e não acontecer nada.

Se houvesse um título de registro único, com prazo de cinco anos em todos os cartórios – está lá, você procura na Internet pelo computador e aparece o nome. Eu chego, pego a minha carteira, vou à ponte do rio Paraguai, entro com o caminhão e a minha carteira. A carteira é falsa, não é minha. Cadê o documento do caminhão? Esse aqui? Falso. Prendem-me na hora. Agora, hoje, se tenho uma certidão falsa, um título falso, uma carteira de identidade falsa, se tenho um passaporte falso, se tenho um título de propriedade de carro falso, se a placa é falsa, eu passo tranquilo.

O cidadão vai lá na casa do outro, se apresenta, namora a filha, casa com a filha mostrando todos os documentos, só que todos são falsos. Ele é fugitivo da penitenciária. Como aconteceu com o matador do Chico Mendes, que foi para o Paraná, casou, fez festa, pegou dinheiro no Banco do Brasil, viveu uma vida maravilhosa.

Sabe por que não se regulamenta a lei? Dizem que é porque há gente interessada. Dizem que as quadrilhas de títulos eleitorais falsos, de carteiras falsas, de documentos falsos é de tal ordem que os órgãos do ministério não conseguem levar o processo adiante.

*O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Pedro Simon.*

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não.

*O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Pedro Simon, V. Ex<sup>a</sup> apresenta argumentos para esse projeto que, no meu entender, é de bom-senso para que tenhamos um documento, facilmente compreensível, que servirá para o registro não apenas da nossa carteira de identidade, mas do título de eleitor, certificado de serviço militar e toda e qualquer obrigação ou responsabilidade nossa como cidadão neste País. Isso simplifica extraordinariamente tanto para o Poder Público quanto para o próprio cidadão, em quaisquer circunstâncias em que precisemos apresentar nossos documentos, seja para viajar, abrir conta em banco, identificarmo-nos na hora de, por ventura, algum acidente, incidente, ou registro policial. Não é à toa que esse seu projeto foi aprovado por consenso no Congresso Nacional. Faz-se necessário que venhamos a dar maior força para que o Executivo o coloque em prática. O projeto de V. Ex<sup>a</sup> guarda relação com outro projeto que V. Ex<sup>a</sup> conhece tão bem porque votou nele juntamente comigo, de minha autoria, aquele que confere a todo e qualquer cidadão – não importa sua origem, raça, sexo e idade, condição civil ou mesmo socioeconômica – o direito de participar da riqueza da Nação como o direito de brasileiros e brasileiras. De alguma forma percebo que um pode ajudar o outro. Por que razão? Porque, se for instituída a renda básica incondicional para todos os, hoje, mais de 180 milhões de brasileiros, obviamente, mesmo aquele que se encontra porventura distante de qualquer cidade, capital, prefeitura, terá o interesse de se registrar, porque sabe que, por meio do seu número de registro de existência, ele passará a ter o direito de receber essa renda como algo que a todos será pago. Desejo, Senador Pedro Simon, passar às suas mãos um estudo que acaba de ser realizado pelo economista Sérgio Luiz de Moraes Pinto – ao qual me referi no meu discurso de hoje à tarde – em que ele demonstra os efeitos que teria esse projeto para melhoria da cidadania.*

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O projeto de V. Ex<sup>a</sup> é importante, mas se o Governo não é sensível ao meu projeto, como o será ao de V. Ex<sup>a</sup>? O projeto de V. Ex<sup>a</sup> exige equilíbrio social, exige uma mentalidade de entender que todo cidadão nasce com direitos iguais. Mas se não querem dar título para o cidadão, não querem dar número para o cidadão, não querem dar garantia para o cidadão, vão dar dinheiro para o cidadão? Olha, o que estou dizendo é muito grave.

Fui alertado por gente de quadrilha, que fizeram chegar a informação ao meu conhecimento, de que eu estava fazendo papel de bobo. Esse projeto não vai ser aplicado porque existem interesses profundos contra ele. Alertaram-me: “O que o senhor pensa, Senador, desse mar de dinheiro que existe na lama de passaportes falsos, de documentos falsos e de números falsos?” Cá entre nós, Presidente, quantos políticos, inclusive deputados e senadores, têm várias contas no exterior? Quanta gente importante tem várias contas com nomes fantasmas no exterior? Essa gente não tem interesse na minha proposta.

Olha, fiz chegar ao Lula diretamente uma carta nesse sentido, no primeiro mandato, achando que o PT faria isso. Mas, parece piada, não faz. Querem falar em seriedade, em ética, em dignidade, em correção e não implantam um projeto que seria o mínimo necessário para saber quantos somos, quem somos e dar a garantia de que cada um de nós é quem de fato é.

Muito obrigado Sr. Presidente.

O ano político de 2007 foi marcado, no Senado Federal, pelo surgimento, a partir do final de maio, de denúncias contra o então Presidente da Casa. A crise só foi encerrada em dezembro, quando o Presidente pediu desligamento do cargo. Os pronunciamentos do Senador Pedro Simon em plenário abordam essa e outras importantes questões políticas do ano, como a tentativa de renovação da CPMF e a decisão do Supremo de acatar parecer da Procuradoria da República contra os mensaleiros.

Além dos discursos em que afirma que a situação do Senado correspondia a uma crise mais ampla – de todas as instituições brasileiras, seriamente desprestigiadas –, o Senador analisou a realidade brasileira no que ela tem de mais trágico: miséria, corrupção, omissão das autoridades e exclusão. Entre vários pronunciamentos sobre temas sul-rio-grandenses, destaca-se aquele em que o Senador aponta saídas para a crise financeira do Estado.

No que se refere à atividade legislativa, 2007 foi marcado pela deturpação de um dos mais relevantes princípios constitucionais: o que garante aos parlamentares a prioridade na iniciativa das leis. O Executivo usou e abusou das medidas provisórias, bloqueando a pauta do Senado.

Mesmo assim, o Senador Pedro Simon manteve o ritmo constante de sua produção legislativa, que tem como meta central assegurar condições para o exercício de uma cidadania plena.

Embora o aspecto quantitativo não seja o mais importante, é bom registrar que o Senador apresentou mais de 80 proposições legislativas, assim distribuídas: cinco Propostas de Emenda à Constituição, 24 projetos de lei, um projeto de decreto legislativo, dois projetos de resolução, 22 requerimentos, 25 pareceres/relatórios e uma Lei Federal sancionada.